

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

FABIANA FERREIRA SANTOS MIRANDA

**SOB A MÁSCARA DA (IN)SENSATEZ: LOUCURA E PODER EM CRÔNICAS E
CONTOS MACHADIANOS**

Uberlândia

2009

FABIANA FERREIRA SANTOS MIRANDA

**SOB A MÁSCARA DA (IN)SENSATEZ: LOUCURA E PODER EM CRÔNICAS E
CONTOS MACHADIANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Curso de Mestrado em Teoria Literária do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em Teoria Literária.

Linha de pesquisa: Poéticas do Texto Literário: Cultura e Representação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elaine Cristina Cintra.

Co-orientador: Prof. Dr. José Emílio Major Neto.

Uberlândia

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672s Miranda, Fabiana Ferreira Santos, 1982-

Sob a máscara da (in)sensatez: loucura e poder em crônicas e contos machadianos / Fabiana Ferreira Santos Miranda. - 2009.

110 f.: il.

Orientadora: Elaine Cristina Cintra.

Co-orientador: José Emílio Major Neto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Inclui bibliografia.

1. Assis, Machado de, 1839-1908 - Crítica e interpretação - Teses. 2. Crônicas brasileiras - Teses. 3. Contos brasileiros - Teses. 4. Loucura - Teses. I. Cintra, Elaine Cristina. II. Major Neto, José Emílio. III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 869.0(81)

FABIANA FERREIRA SANTOS MIRANDA

**SOB A MÁSCARA DA (IN)SENSATEZ: LOUCURA E PODER EM CRÔNICAS E
CONTOS MACHADIANOS**

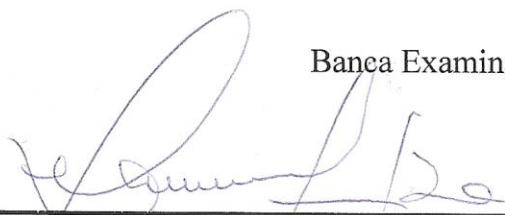
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Curso de Mestrado em Teoria Literária do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em Teoria Literária.

Linha de pesquisa: Poéticas do Texto Literário: Cultura e Representação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elaine Cristina Cintra.

Co-orientador: Prof. Dr. José Emílio Major Neto.

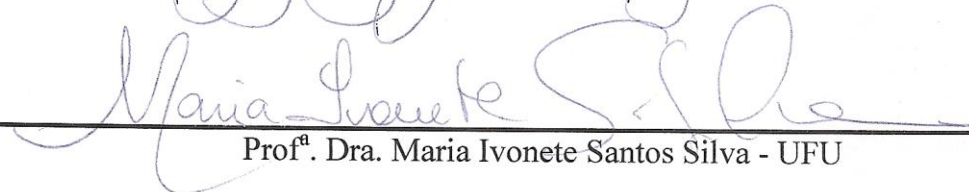
Banca Examinadora:



Prof^a. Dra. Elaine Cristina Cintra (Orientadora)



Prof. Dr. Luiz Gonzaga Marchezan – UNESP



Prof^a. Dra. Maria Ivonete Santos Silva - UFU

Uberlândia, 28 de agosto de 2009.

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. [...] A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.

ASSIS, Machado de. “A Semana”, 11 de novembro de 1900.

À doce amiga Leila, presença querida e inestimável.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Profa. Dra. Elaine Cristina Cintra, pelas valiosas discussões que delinearão os caminhos dessa pesquisa, proporcionando aprendizado e crescimento acadêmico.

Ao co-orientador Prof. Dr. José Emílio Major Neto, que, mesmo em um curto espaço de tempo, ampliou nossos debates e perspectivas, contribuindo para o sucesso desse trabalho.

Aos professores Ana Maria Mundim Passos e Luís André Nepomuceno, que, em diferentes momentos de minha história, conduziram-me de forma igualmente encantadora pelos caminhos da Literatura.

A todos os professores da pós-graduação, que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha querida mãe Dária, presença sempre afetuosa, que representou, durante a elaboração desse estudo, estímulo, apoio e segurança.

Ao meu pai Antônio, por acreditar em mim e em meus propósitos em todos os momentos.

À minha irmã Daniele que, de certa forma, compartilha comigo a vida e os sonhos.

Às amigas do mestrado, Karyne, Lívia, Priscilla e Simone, que, para além de discussões acadêmicas, revelaram-se companheiras para a vida toda.

A todos os amigos e amigas, que de perto acompanharam meu esforço para transpor os diferentes obstáculos, agradeço pelo incentivo e confiança.

RESUMO

O presente estudo se propõe a reflexões acerca do tratamento dado ao tema loucura em crônicas e contos machadianos, com o intuito de investigar a percepção do autor a respeito da utilização de máscaras sociais, ora de sensatez, ora de insensatez, e suas respectivas implicações. Desse modo, verifica-se como, ao apresentar o espaço da loucura na trama das relações humanas, Machado de Assis problematiza os limiares entre razão e demência, estabelecendo, sob o viés da máscara, discussões mais amplas acerca das relações de poder na sociedade. Serão foco desta análise crônicas da série intitulada “A Semana”, veiculadas de abril de 1892 a fevereiro de 1897 na *Gazeta de Notícias*, e os seguintes contos: “O alienista” (1881), pertencente à obra *Papéis avulsos* (1882); “O lapso” (1883) e “A segunda vida” (1884), de *Histórias sem data* (1884); “Entre santos” (1886), da coletânea *Várias histórias* (1895). Apesar de cada uma das composições selecionadas apresentarem fisionomia própria, com enfoques e traços específicos que as singularizam, percebem-se, inicialmente, laços que aproximam os textos, permitindo uma abordagem da loucura, em diferentes níveis e perspectivas. Na tentativa de compreender as relações estabelecidas entre representações da loucura e relações de poder serão consideradas reflexões da fortuna crítica machadiana, além de apontamentos sobre a história da loucura, a partir da perspectiva dos pensadores Michel Foucault e Erasmo de Rotterdam.

Palavras-chave: loucura, poder, máscara, crônicas, contos, Machado de Assis.

ABSTRACT

This study intends to consider the way the subject of madness is dealt with in Machado de Assis' chronicles and short stories, in order to analyze the way the author sees social masks – even the ones of sanity, even those of insanity – and their respective implications. Thus, it is analyzed the way that, on expounding on the space given to madness in human relationships, Machado de Assis raises the problem of the boundaries between reason and madness and proposes, under the guise of masks, larger discussions on the issue of power relations in society. The analysis will focus on the chronicles of the series called “A Semana” [“The Week”], published from April, 1892 to February, 1897 in the *Gazeta de Notícias* newspaper, as well as the following short stories: “O alienista” (“The Psychiatrist” - 1881), belonging to the collection entitled *Papéis avulsos* (“Odd Papers” - 1882); “O lapso” (“The Oversight” - 1883) and “A segunda vida” (“The Second Life” - 1884) from *Histórias sem data* (“Undated Stories” - 1884); and “Entre santos” (“Among Saints” - 1886), from the collection entitled *Várias histórias* (“Several Stories” - 1895). In spite of each of the selected works having their own physiognomy, with specific focuses and characteristics that single them out, one can notice at a first glance the bonds that bring them together and allow for an approach to madness on several levels and perspectives. In an attempt to understand the relationships created between the representation of madness and power relations, this study contains an analysis of the critical background on Machado de Assis, together with notes on the history of madness from the point of view of scholars such as Michel Foucault and Erasmo de Rotterdam.

Keywords: madness, power, mask, chronicles, short stories, Machado de Assis.

SUMÁRIO

A AVENTURA INSANA: HISTÓRIAS SOBRE A ALIENAÇÃO E O PODER.....	10
Representações da loucura em Machado de Assis: histórias de suspeita e engano..	11
Apontamentos sobre a história da loucura e de suas relações com o poder.....	22
CAPÍTULO 1 - NAS (ENTRE)LINHAS DA CRÔNICA: A VERDADE DA LOUCURA E A LOUCURA DA RAZÃO.....	43
As tessituras das crônicas machadianas: representação e subjetividade.....	44
A incerta identidade da loucura no Rio de Janeiro de Machado de Assis: o Hospício Pedro II.....	45
A alegria da demência e a tristeza da razão.....	54
CAPÍTULO 2 - SOB A MÁSCARA DA NORMALIDADE: UMA LEITURA DOS CONTOS “O ALIENISTA” E “O LAPSO”.....	60
Loucura, palavra e poder em “O alienista”.....	61
Humor e ironia: linhas curvas em “O lapso”.....	74
CAPÍTULO 3 - O DISCURSO DA LOUCURA E A MÁSCARA DA INSENSATEZ EM “A SEGUNDA VIDA” E “ENTRE SANTOS”.....	84
Interfaces da alienação em “A segunda vida”.....	85
“Entre santos”: o medo da loucura.....	93
PONTOS DE CHEGADA: O VIÉS DA LOUCURA ATRAVÉS DAS MÁSCARAS EM MACHADO DE ASSIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

A aventura insana: histórias sobre a alienação e o poder

Representações da loucura em Machado de Assis: histórias de suspeita e engano

O ser humano tem descrito sua subjetividade ao longo dos tempos de diferentes modos. O reconhecimento de que o espaço de criação artística implica a tradução de conteúdos e sentimentos numa linguagem acessível ao outro, resultado de uma negociação entre o subjetivo e sua conversão em símbolos articulados culturalmente, faz com que a arte se revele como fonte privilegiada para se perceber as formas como o homem tem compreendido a si próprio e ao mundo. Nesse sentido, a loucura, tema que envolve receio, mas também fascínio, tem alimentado processos criativos, já que o discurso do louco abre espaço para a fala do inconsciente e do delírio, integrantes válidos da representação da experiência do homem no mundo. Passando do real à ficção, as artes, em seus diversos segmentos, retratam com coerência a experiência do insensato¹ ao longo da história, que assume diferentes feições, de acordo com a cultura e período em que se encontra inserida. Segundo Maria (2005, p. 13), em prefácio à obra em que analisa a razão e a loucura na literatura brasileira, a loucura

[...] traz um longo currículo enriquecendo-lhe a bagagem: esteve presente na paisagem da Grécia antiga, confundindo-se com a *doença sagrada* ou vendo seus efeitos interpretados como possessão das musas; atravessou episódios do Velho e do Novo Testamento, onde esteve muito próxima do papel desempenhado pelos antigos profetas; foi alvo de estranha polaridade, sendo lida ora como selo divino, ora como marca demoníaca; frequentou festas sagradas e profanas da Idade Média, onde também ardeu nas fogueiras da Inquisição; conquistou um célebre Elogio de Erasmo de Rotterdam em tempos de Reforma e de mudança; obteve as boas-graças de príncipes e nobres nas cortes européias, travestida de bobo-do-rei; imortalizou-se nos personagens shakespearianos e, principalmente, no delirante Dom Quixote; tornou-se *persona non grata* no Século das Luzes; foi confundida com a luminosidade do Gênio na estética romântica; tornou-se, a partir do século XVIII, alvo de inquietantes reflexões tanto dos homens de ciência, como também dos artistas e escritores, e de tal modo insinuou-se no pensamento moderno, que os surrealistas acabaram por conceder-lhe o prestígio de assumir – com iguais créditos – a outra face da festejada moeda que se denomina Razão.

¹ A palavra *insensato* será aqui utilizada como sinônimo de *louco*, uma vez que, conforme os estudos que se apresentam como suporte teórico da pesquisa, por longo tempo a loucura não se associou à doença mental, mas sim à transgressão de preceitos éticos e morais, estabelecidos socialmente. As crônicas e contos analisados se situam num período em que surge o asilo psiquiátrico, mas em que loucos ainda são confundidos e tratados juntamente com outras pessoas que apresentam, segundo o julgamento de uma sociedade, comportamentos e condutas diferenciadas.

No presente estudo, será ressaltada apenas a arte literária e suas representações da loucura. Como tema ou personagem, a desrazão surge em textos por meio de imagens ou alegorias que possibilitam também uma compreensão da racionalidade em diferentes épocas, uma vez que cada visão da loucura está embasada em valorações. Torna-se possível, portanto, tirar conclusões sobre o sistema de valores de cada época a partir do que era considerado “anormal”. Assim, percebe-se que, de um modo geral, essas manifestações artísticas também oferecem um rico contraponto às verdades científicas acerca da loucura, permitindo relativizá-las, abandoná-las ou superá-las. Por esse motivo, teóricos da psicanálise serviram-se também da literatura para observação e elaboração de teorias, visto que esse espaço oferece excelente possibilidade de estabelecer um olhar distanciado e crítico sobre as breves certezas da ciência e dos saberes em vários momentos e espaços históricos. Sigmund Freud (1856-1939), médico fundador da psicanálise, por exemplo, tem sua obra marcada pelo literário e pela interlocução com diversos escritores.

Nesse sentido, a obra de Machado de Assis (1839-1908) fornece interessante material para a análise aqui proposta, uma vez que se destaca frente a outros textos literários do Brasil do século XIX pela abordagem de questões psicológicas. Ao longo de toda a obra machadiana a temática da loucura reaparece de forma constante e significativa. Uma galeria de loucos se espalha por seus romances, crônicas e contos, e é composta por perfis diversos de insensatos, nos quais, por vezes, a normalidade não se distingue do sutilmente patológico. Na literatura machadiana, encontram-se subjacentes ao texto concepções sobre a conduta e o funcionamento psíquico, e, ainda, a representação do ser humano em sua relação com o mundo. De fato, muitos estudos têm revelado a profundidade psicológica da obra do autor, bem como o intenso diálogo que ele, por meio da ficção, estabeleceu com a psiquiatria de seu tempo. Todavia, deve-se considerar que Machado de Assis não apenas se apropria das teorias psiquiátricas da época², como vai além, tratando a loucura dentro da dinâmica do homem com o seu meio social. Desse modo, por meio de um humor reflexivo e lúcido, da utilização de ironias verbais e de insinuações semânticas, o autor tece textos questionadores, que conduzem à reflexão e inquietam.

Apesar do repertório de estudos já existentes acerca de Machado de Assis e de sua obra, o autor continua sendo pensado pela crítica contemporânea, que busca delimitações, redimensionamentos e acréscimos sobre o lugar ocupado por sua literatura. No ano de 2008,

² Em *A biblioteca de Machado de Assis* (2001), volume organizado por José Luiz Jobim, são catalogados os livros da biblioteca pessoal do escritor e vários ensaios investigam relações entre diferentes obras e a produção ficcional machadiana.

em virtude de homenagens ao centenário da morte do escritor, muitas foram as publicações que buscaram mais uma vez compreender suas ideias e desvendar sua escrita. Neste estudo, considera-se que há ainda muito a ser revelado em pesquisas, principalmente em relação a suas crônicas e contos, já que estes sempre foram, em relação aos romances, relegados a um segundo plano. Como cronista, Machado de Assis produziu, para diversos jornais, textos em que, além de comentar os mais variados assuntos da vida do Rio de Janeiro e do país, veiculava reflexões críticas e posicionamentos frente à realidade brasileira em diferentes âmbitos.

Embora o conto já viesse se firmando no Brasil a partir de meados do século XIX, será com Machado de Assis que o gênero irá mostrar todas as suas possibilidades. Nos contos do autor, revela-se uma sociedade de convenções, que a todos esmaga, impondo-lhes vidas sem autenticidade. Na maioria dos contos machadianos, vários sentidos dialogam entre si, e o leitor tem em mãos tramas abertas, que superam o final dos contos tradicionais. Enquanto no conto tradicional há unidade de ação, a plurissignificação dos textos de Machado de Assis conduz o leitor a mais de uma visão sobre o conflito, sugerindo o ambíguo. Machado conta duas histórias como se fossem uma só. Há o uso estratégico da elipse como procedimento de composição, pois, sob uma história aparentemente desprezível, há uma segunda história cifrada, alegórica e irônica. Desse modo, a preferência do autor estava em desenhar aspectos do psiquismo humano e revelar os valores desgastados de uma sociedade desencadeadora de comportamentos e situações equívocas.

Segundo Schwarz (2004), em Machado de Assis não há frase sem segunda intenção ou propósito espirituoso. Assim, ler um texto machadiano não é uma tarefa simples, pois envolve uma dupla decodificação: do que está sendo afirmado no nível da história e do que está sendo veiculado sobre um texto anterior na inversão quase sistemática proposta pelo autor. Nesse sentido, apesar da acusação feita pela crítica, de que o texto machadiano recua da particularidade brasileira para o universalismo, o autor afirma a correspondência entre seu estilo e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo. O fato de, à primeira vista, Machado parecer enfatizar o universal, pode ser considerado uma estratégia de embuste, já que não desconsidera o provinciano, tampouco deixa de lado o objetivo de captar a feição brasileira. Esta ousadia crítica, que traz um modo diferenciado de falar do nacional, ainda desconcerta, sendo para Schwarz (2004) um dos aspectos que sustenta a importância dos grandes livros machadianos. Machado de Assis encontrará na ficção espaço para, com seu senso crítico e discernimento histórico e social, retratar a sociedade brasileira.

Ao assimilar o movimento sinuoso da sociedade e explicitá-lo em sua literatura, o autor encontra um modo particular de problematizar o comportamento dos poderosos. Recria a essência da realidade social, realizando uma façanha estética, e proporcionando uma visão mais verdadeira de nós mesmos e a possibilidade de, com isso, ser assumido um compromisso crítico com uma efetiva dignidade humana em nossa sociedade. Ao representar a conduta da classe dominante brasileira, apresenta o ritmo da assimilação e da superação das posturas e ideias, a alternância entre o entusiasmo pelas novidades e o tédio em relação ao que foi adquirido, o reconhecimento e a banalização dos antagonismos e a volubilidade desrespeitosa que constituíam, por assim dizer, a conduta habitual da elite.

Desse modo, as interpretações sociológicas de Raymundo Faoro e Roberto Schwarz, tomam a obra de Machado de Assis como uma releitura do tecido social brasileiro. Faoro (2001), ao inventariar elementos sociopolíticos presentes na obra machadiana, trata do colapso de um tipo de sociedade que chama de estamental, dentro do capitalismo brasileiro da época, ainda escravocrata ou apenas recém-saído da escravatura. Essa sociedade, em declínio histórico, é uma sociedade em que os valores ou padrões – essencialmente padrões de honra e de serviço – estão em perda irremediável; e as novas relações sociais, pertencentes a uma outra fase, a capitalista, instalam a confusão dos valores. É aí que Machado irá construir seu humorismo, sua visão niilista do homem e da sociedade. Assim, na famosa tese “As ideias fora de lugar” apresentada por Schwarz (2000), a obra machadiana pode ser compreendida como uma estratégia simbólica de resposta a essa situação histórica.

Portanto, diferentes estudos críticos acerca do autor e de sua obra evidenciam como, na instância do literário, Machado foi capaz de reproduzir criticamente as relações que se estruturavam a sua volta, no Rio de Janeiro do final de século XIX. Desse modo, em textos repletos de ironia, digressões e relações intertextuais, em que é preciso ir além da superfície da história para ler indícios, explora de modo sutil as complexidades das relações humanas:

Nem utópica nem conformista, a razão machadiana escapa das propostas cortantes do *não* e do *sim*: alumia e sombreia a um só tempo, espelha esfumando, e arquiteta fingidas teorias que mal encobrem fraturas reais. A perspectiva de Machado é a da contradição que se despista, o terrorista que se finge diplomata. É preciso olhar para a máscara e para o fundo dos olhos que o corte da máscara permite às vezes entrever. (BOSI, 2003, p. 126).

É proposta desta pesquisa associar a aparente “sensatez” ou “insensatez” de personagens de contos machadianos à noção da utilização de máscaras sociais, exposta inicialmente por Lúcia Miguel Pereira em *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*

(1949) e estudada e defendida pelo crítico Alfredo Bosi em ensaio intitulado *A máscara e a fenda* (1999). Em sua análise, Bosi (2003) observa, desde os contos iniciais de Machado de Assis, “histórias de suspeita e engano”, em que a conduta humana é determinada pelo horizonte do status, apontado como segunda natureza do corpo. Desse modo, explicita a existência de uma consciência acerca da máscara e do jogo instituído socialmente, no qual as relações e envoltórios são assimétricos e repletos de interesses. O crítico reconhece, no entanto, uma evolução dessa abordagem machadiana de *Contos fluminenses* (1870) para a coletânea *Histórias da meia-noite* (1873), sendo que a partir da publicação do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e dos contos de *Papéis avulsos* (1882) essa fórmula toma consistência, revelando as contradições entre “[...] parecer e ser, entre a máscara e o desejo, entre o rito claro e público e a corrente escusa da vida interior.” (BOSI, 2003, p. 84). Assim, Bosi considera que:

À medida que cresce em Machado a suspeita de que o engano é necessidade, de que a aparência funciona universalmente como essência, não só na vida pública mas no segredo da alma, a sua narração se vê impelida a assumir uma perspectiva mais distanciada e, ao mesmo tempo, mais problemática, mais amante do contraste. (BOSI, 2003, p. 84).

Portanto, na literatura de Machado de Assis, cujos textos investigaram de modo cada vez mais profundo e crítico a alma e as ações humanas³, percebe-se, em diferentes proporções, como a necessidade de proteger-se e o desejo de vencer na vida, de ser aceito socialmente, fazem com que o indivíduo adote uma aparência dominante, passando a utilizar a máscara da conveniência. As forças recaem, pois, sobre o indivíduo, incitando-o a um pacto social que exige a representação, em que as aparências satisfazem, levando-o a reconhecer o disfarce e o logro como úteis e lucrativos. A esse respeito, Bosi faz as seguintes reflexões:

Chegando mais perto dos textos vê-se que a vida em sociedade, segunda natureza do corpo, na medida em que exige máscaras, vira também irreversivelmente máscara universal. A sua lei, não podendo ser a da verdade subjetiva recalcada, será a da máscara comum exposta e generalizada. O triunfo do signo público. Dá-se a coroa à forma convencionada, cobrem-se de louros as cabeças bem penteadas pela moda. Todas as vibrações interiores calam-se, degradam-se à veledade ou rearmonizam-se para entrar em acorde com a convenção soberana. Fora dessa adequação só há tolice, imprudência ou loucura. (BOSI, 2003, p. 86).

³ A crítica reconhece que ao longo das publicações machadianas podem ser observadas mudanças. O autor deixa de publicar narrativas que ainda se prendiam às convenções da estética romântica, para entrar em uma fase mais madura, na qual há uma intensificação retórica que culminaria na escrita de textos que se encarregam do desmascaramento das condutas.

Nesse sentido, o leitor encontrará nos enredos machadianos muitas pistas de como a ação humana é determinada por razões sociais. Em suas memórias, o personagem Brás Cubas, com toda a franqueza que a sua posição de defunto lhe permite, pondera:

Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender o mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso, poupa-se o vexame, que é sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 657-658).

Do mesmo modo, em trecho do romance *Esau e Jacó* (1904), o experiente Conselheiro Aires irá explicitar sábias opiniões acerca da convivência social. O personagem revela o aprendizado de que ninguém deve dizer tudo o que pensa ou acredita. Assim, ouve mais do que fala e concilia o quanto pode, pois já atinara para a fórmula de ouro: “[...] a vocação de encobrir e descobrir. Toda a diplomacia está nestes dois verbos parentes.” (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 1201).

É recorrente em análises da literatura machadiana a ideia de que não há em Machado de Assis a explicitação de verdades ou certezas, nem de posicionamentos ou julgamentos moralistas, mas apenas um olhar que impassivelmente mostra e atenua, que traz observações que ampliam sentidos e favorecem o exercício do questionamento e da reflexão. Todavia, o presente estudo partilha com Bosi (2003) a ideia de que uma análise do conto “O espelho: esboço de uma teoria sobre a alma humana” (1882) pode apresentar ao leitor a única certeza ou teoria desenvolvida pelo autor ao longo de sua obra, a de que “[...] só há consistência no desempenho do papel social; aquém da cena pública a alma humana é dúbia e veleitária.” (BOSI, 2003, p. 102). No referido conto, encontra-se o relato de Jacobina, um homem de quarenta anos, que contará como de rapaz pobre consegue o posto de alferes e torna-se o centro das atenções da família. Ganhando respeito e admiração, verifica-se uma passagem de classe, e um aprendizado sobre as aparências. O personagem discorre sobre como ter status é existir, sobre como se torna importante e prazeroso ser visto e reconhecido. A farda torna-se o símbolo de sua posição e, desse modo, sem o uniforme, sentia-se sem identidade.

O texto evidencia a importância dada ao olhar do outro, a necessidade do outro para a constituição do “eu”, da subjetividade: “A alma exterior vive nas suas relações com o mundo; ela só existe porque os outros existem. [...] Seu reino se compõe da opinião, tecido de equívocos e astúcias, das homenagens, dos louvores e da inveja.” (FAORO, 2001, p. 539).

No conto, de profunda análise psicológica, o objeto espelho é uma metáfora que reflete tanto a indefinição da alma interior quanto a nitidez da alma exterior do personagem. É responsável pelo desdobramento do eu, revela a duplicidade inerente ao ser. O espelho é mediador. Por meio dele, o alferes contempla e é contemplado. Em termos visuais, o espelho mostra que, onde parece existir um, há dois. Nos termos da linguagem, a metáfora é uma espécie de espelho mostrando que, onde parece haver apenas um significado, há no mínimo outro significado. Assim como a imagem do rosto não é igual ao próprio, o significado subjacente à metáfora não é igual ao significado aparente da palavra.

Nesse sentido, o texto favorece uma discussão acerca do duplo, da existência de uma alma exterior, que tem características alteradas e a forte marca da instabilidade; e de uma face genuína que seria a interior, muitas vezes anulada pela exterior. Na literatura machadiana, “A outra face, a que se partira e se esfumara diante do vidro, permanece uma interrogação.” (BOSI, 2003, p. 102). “A causa secreta” (1885), conto da coletânea *Várias Histórias* (1895), apresenta a temática do sadismo e o impulso de agressividade humana, por meio do personagem de Fortunato, um homem de aparência impecável e perfeitamente entrosado em seu meio social. Há uma máscara perfeita de normalidade, de proprietário abastado e sóbrio, que vive de rendas e do respeito coletivo. Machado irá lhe desvendar a alma, tornando públicas camadas morais, explicitando a existência de um homem interior e de um exterior, de um homem individual e de outro social.

Esse condicionamento social para o uso da máscara é legitimado, reconhecido, já que a ascensão social exige o mascaramento. O desejo de poder é visto como algo que faz parte da natureza humana: “A máscara não é simples aparência, mas algo que pertence à condição humana.” (BORNHEIM, 1976, p. 74). Quando o personagem Brás Cubas perde a cadeira de deputado e vê terminada a sua carreira política, sente-se abatido, desesperado, e confessa: “[...] a paixão do poder é a mais forte de todas.” (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 745).

O conto “Teoria do Medalhão” (1881) apresenta a fórmula de como construir uma máscara de medalhão, uma imagem de medalhão, uma alma exterior de medalhão. O medalhão é a metáfora que se concretiza no comportamento da maioria dos personagens machadianos que alcançam prestígio social, que se levantam acima da obscuridade comum e firmam-se como ornamento da sociedade. Torna-se evidente um princípio de seleção dos mais fortes ou mais espertos.

A mesa-redonda organizada pela Editora Ática em 1980 reuniu especialistas em Machado de Assis para um reexame crítico do autor e de sua obra, considerada sempre atual e inesgotável. Entre as questões levantadas, destaca-se o debate instaurado pelos professores

Alfredo Bosi e Roberto Schwarz acerca da noção da máscara em Machado de Assis, tema que também é interesse desta pesquisa. Bosi considera a necessidade da máscara nas relações sociais, explicitando como o texto machadiano desmascara comportamentos, mostrando que as motivações reais não são as explícitas: “Existe a máscara e a descrição da máscara, e existe o que está por trás da máscara, que nós podemos chamar um pouco abstratamente vontade de sobrevivência, de poder [...]” (p. 333). Entretanto, Schwarz considera a utilização da noção de máscara como problemática, uma vez que ela pressupõe a existência de uma cara propriamente dita, encoberta pelo disfarce. Esse crítico aponta ainda que, na literatura machadiana, não há cara para ser reconhecida, pois o leitor buscará sempre o implícito no explícito, restando mais de uma possibilidade de entendimento, a ambiguidade. Em contrapartida, Bosi diz que o que há por detrás da máscara é simplesmente a vontade de viver. Para Schwarz, a vontade de viver inegavelmente também estaria na máscara, e não poderia ser entendida como algo oculto. Schwarz encerra seus comentários sobre o tema, dizendo que não há máscara, coisa esfriada, sendo a dissimulação uma escolha que dá satisfação. A questão não é bem resolvida, sendo que cada um dos críticos manterá ao final do debate sua posição.

Pode-se concordar, em termos, com a perspectiva crítica de Alfredo Bosi quanto à questão da máscara em Machado de Assis, sendo essa a principal hipótese desta pesquisa. A opinião social favorece o desdobramento de faces, costura atitudes contraditórias e compõe o caráter, o que gera a ambiguidade que prevalece em grande parte dos textos machadianos. Nesse ponto, é preciso ressaltar que algumas das interpretações críticas de Alfredo Bosi não poderiam ser sustentadas no desenvolvimento desta pesquisa, visto que, ao divergir e redimensionar a visão sociológica apresentada por Roberto Schwarz, irá considerar um engano ver em Machado de Assis e em seus textos alguma preocupação política ou mesmo histórica. Para Bosi, a política entra nos textos machadianos apenas como cena. Este trabalho parte do pressuposto de que Machado empreende essa reflexividade política através da construção de tramas e personagens, e também faz história fazendo literatura.

Nessa perspectiva, a máscara em Machado de Assis é um exercício político e crítico de uma sociedade hipócrita, representando várias faces de um momento histórico específico do país. A loucura, em textos machadianos, seria pretexto para discussões mais amplas acerca das relações de poder na sociedade, e a máscara é o viés pelo qual Machado denuncia esses jogos de poder presentes na Ciência e em instituições tidas como irrefutáveis, como a Igreja.

Desse modo, Machado apresenta o espaço da loucura na trama das relações humanas, problematizando os limiares entre sensatez e insensatez, como se pode verificar em um trecho

do capítulo VIII do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), intitulado “Razão contra Sandice”:

Já o leitor compreendeu que era a Razão que voltava à casa, e convidava a Sandice a sair, clamando, melhor jus, as palavras de Tartufo:

“La Maison est à moi, c’est à vous d’en sortir.”

Mas é sestro antigo da Sandice criar amor às casas alheias, de modo que, apenas senhora de uma, dificilmente lha farão despejar. É sestro; não se tira daí; há muito lhe calejou a vergonha. Agora, se advertimos no imenso número de casas que ocupa, umas de vez, outras durante as suas estações calmosas, concluiremos que esta amável peregrina é o terror dos proprietários. No nosso caso, houve quase um distúrbio à porta do meu cérebro, porque a adventícia não queria entregar a casa, e a dona não cedia da intenção de tomar o que era seu. Afinal, já a Sandice se contentava com um cantinho no sótão.

— Não, senhora, replicou a Razão, estou cansada de lhe ceder sótãos, cansada e experimentada, o que você quer é passar mansamente do sótão à sala de jantar, daí à de visitas e ao resto.

— Está bem, deixe-me ficar algum tempo mais, estou na pista de um mistério...

— Que mistério?

— De dois, emendou a Sandice; o de vida e o da morte; peço-lhe só uns dez minutos.

A razão pôs-se a rir.

— Hás de ser sempre a mesma coisa... sempre a mesma coisa... sempre a mesma coisa...

E dizendo isto, travou-lhe dos pulsos e arrastou-a para fora; depois entrou e fechou-se. A Sandice ainda gemeu algumas súplicas, grunhiu algumas zangas; mas desenganou-se depressa, deitou a língua de fora, em ar de surriada, e foi andando... (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 636).

Como se vê nesse capítulo, ao rememorar os momentos que antecederam sua morte, o narrador-personagem Brás Cubas revela ao leitor um quadro mental em que razão e delírio oscilam. Desse modo, apresenta seu cérebro por meio da imagem de uma casa que é disputada entre a Razão e a Sandice. A casa, metáfora para o cérebro, é ocupada durante o período de devaneio pela Sandice, até que a Razão, reconhecida como a verdadeira proprietária, a expulsa. A Sandice contentaria-se apenas com um cantinho do sótão, mas a Razão recusa sua presença, dizendo já conhecer suas estratégias, e de como, passaria mansamente ao resto da casa. Desse modo, a Sandice é descrita como uma “peregrina amável”, que acaba por se tornar o “terror dos proprietários”.

Assim, pode-se dizer que uma constante busca pelo “mínimo e o escondido” das motivações humanas⁴ justifica o interesse do autor pela loucura: “Para Machado, não se trata de apropriação do pitoresco na figura do louco, mas de entrar na morada do homem,

⁴ Referência à frase utilizada como epígrafe deste trabalho, e que abre aquela que provavelmente foi a última crônica publicada pelo autor, em 11 de novembro de 1900.

perscrutar a sala de visitas, ganhar intimidade e passar à de jantar, caminhar até o sótão, a modo de descobrir ali a sandice escondida.” (MARIA, 2005, p. 183). Nesse sentido, a Sandice, ou a loucura, se relaciona aos mais profundos sentimentos humanos, foco do interesse do autor. O olhar machadiano pretende atravessar os limites do espaço reservado às relações sociais e ganhar o sótão, território do que não é dito pelo indivíduo, conforme a interpretação de Faoro (2001, p. 53): “A ficção de Machado de Assis está interessada no homem, no seu destino individual, psicologicamente visualizado. As ações sofrem contínuo processo de desmascaramento, em proveito dos mecanismos íntimos e ocultos da alma.”

No romance *Quincas Borba* (1891), a loucura de Rubião pode ser compreendida como consequência da mudança do meio e da fortuna. O personagem passa a apresentar atitudes desmedidas, diálogos ensandecidos, imaginação desenfreada, desvios da conduta estabelecida pelo senso comum. O papel social passa a dar consistência ao eu e as relações falsas com o mundo exterior vão lhe tirando a noção da realidade. Os novos valores, as adaptações impostas para a ascensão social provocam um desdobramento de personalidade, e o que o conduz à loucura é justamente o fato de ter perdido sua identidade. Enquanto o personagem se refugia no devaneio e delírio, o leitor pode perceber a lucidez machadiana na investigação dos estados e limites do ser humano. A loucura de Rubião resulta da dinâmica entre o homem e a sociedade, do choque inconsciente entre a multiplicidade e a unidade do eu.

Nesta pesquisa, acredita-se que, no contexto representado por Machado de Assis, o homem enfrenta o desafio das normas sociais e não pode ser ele mesmo. Assim, o que o indivíduo é não corresponde ao que ele deve parecer ser. Daí, a necessidade da máscara, do negaceio, da hipocrisia e da mentira. Na esfera dos indivíduos, são apresentadas as marchas dos interesses e desejos do poder no nível microssocial: entre homem e mulher, irmãos, amigos e famílias. O autor, grande analista dessas relações turvas, constata o disfarce e o ergue, revelando os desejos primeiros e a vontade de poder, já que o status parece ser a grande ambição.

A noção estabelecida neste estudo é a de que Machado de Assis, no final do século XIX, apresenta a loucura não apenas como uma prerrogativa de agentes insanos, mas como instrumento de uma crítica muito mais ampla, que contempla as relações produzidas na sociedade brasileira. Com seu interesse pela exploração da alma humana, sua fineza e leveza no trato das questões mais complexas, foi capaz de revelar certas experiências da loucura e descortinar os mecanismos de poder nelas envolvidos.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do tratamento dado ao tema loucura em crônicas e contos machadianos. Buscar-se-á explicitar, sob a percepção

do autor, a utilização de máscaras sociais, ora de sensatez, ora de insensatez, e suas respectivas implicações, compreendendo as relações estabelecidas nos textos entre representações da loucura e diferentes relações de poder.

No capítulo **Nas (entre)linhas da crônica: A verdade da loucura e a loucura da razão**, será investigado o tratamento dado por Machado de Assis ao tema loucura em algumas de suas crônicas. Os textos selecionados para análise pertencem à série de crônicas intituladas “A Semana”, veiculadas de abril de 1892 a fevereiro de 1897 na *Gazeta de Notícias*.

No segundo capítulo, intitulado **Sob a máscara da normalidade: uma leitura dos contos “O alienista” e “O lapso”**, serão analisados os contos “O alienista” (1881), pertencente à obra *Papéis avulsos* (1882) e o “O lapso” (1883), de *Histórias sem data* (1884). Os textos evidenciam importantes mecanismos sociais e políticos do século XIX que ligam a loucura à ciência e ao poder. Além disso, em ambos, encontram-se protagonistas ligados à medicina e sob uma máscara de aparente normalidade e respeito. Assim, apesar de suas especificidades, os contos aparecem em um mesmo capítulo com a justificativa de que contemplam uma loucura encoberta por máscaras de sensatez, e que alcança formas de poder.

Em **O discurso da loucura e a máscara da insensatez em “A segunda vida” e “Entre Santos”**, os contos “A segunda vida” (1884), de *Histórias sem data* (1884), e “Entre santos” (1886), da coletânea *Várias histórias* (1895) serão foco de investigação. Tais análises irão abordar, em contextos ligados à religião, a existência da máscara a partir de suas relações com a loucura e o poder. Ao revelarem o discurso do louco que tem conhecida essa condição, os textos irão tratar do medo da loucura e da exclusão dela decorrente. A fala do insensato será apresentada como inverossímil, destituída de credibilidade e de poder.

Apesar de cada uma das composições em análise apresentarem fisionomia própria, com enfoques distintos e traços específicos que as singularizam, percebem-se, inicialmente, laços que aproximam os textos, um fio condutor que permite uma análise da loucura, em diferentes níveis e perspectivas.

Parte-se da hipótese de que, com seus textos, Machado de Assis não procura pela natureza da loucura nem de alguma teoria científica. O que interessa é a grande loucura científicista e positivista, que implica a busca dos limites entre razão e desrazão, a loucura de se pretender alcançar uma explicação exaustiva e racional para a mente humana.

A pesquisa empreendida apresenta natureza bibliográfica e apoia-se no método investigativo. Assim, a partir de obras teórico-críticas que perpassam o discurso literário, a Filosofia e ainda outras áreas pertinentes, espera-se fundamentar reflexões acerca do discurso da loucura em crônicas e contos machadianos.

Apontamentos sobre a história da loucura e de suas relações com o poder

As temáticas abordadas nesse estudo, o discurso da loucura e do poder em textos machadianos, serão teoricamente contextualizadas a partir dos estudos de Michel Foucault e de Erasmo de Rotterdam, pensadores que desenvolvem estudos sobre a loucura a partir de suas relações com o poder.

Michel Foucault (1926-1984), pensador multifacetado, que tratou em livros, artigos, entrevistas e cursos de assuntos diversos, pertencentes não apenas ao domínio da Filosofia, mas também ao de outras áreas, como Direito, História, Literatura, Medicina e Psicologia, marcou de modo decisivo os estudos de seus contemporâneos. Em sua trajetória intelectual, pensando filosoficamente por meio de investigações históricas, Foucault estabelece limiares entre períodos, buscando conhecimento acerca de sociedades passadas, para um melhor entendimento do que somos e do que poderemos vir a ser.

Um olhar para a diversidade temática da produção teórica de Foucault revela certos eixos comuns que possibilitam sua divisão em três blocos: arqueológico, genealógico e ético. O projeto arqueológico pode ser identificado nas investigações que, “procurando estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam.” (FOUCAULT, 2005, p. X). É o eixo da “verdade”, em que se problematiza a questão da constituição de saberes em discursos qualificados como verdadeiros a partir da desqualificação de outros. Nesse primeiro momento, estariam as principais publicações da década de 1960: *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *O nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico* (1963), *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969). As análises dos saberes chamadas genealógicas pretendem “explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político.” (FOUCAULT, 2005, p. X). O poder, então, prática social que se constitui a partir da história, passa a ser o eixo a partir do qual se pode compreender o surgimento dos saberes. Os dois grandes livros da década de 1970, *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1975) e *A vontade de saber*, primeiro volume de *A História da Sexualidade* (1976), representam esse período. O último bloco, denominado ético, tem como eixo o sujeito, e trata da constituição do homem por si próprio no plano da ética. Esse terceiro momento compreende os volumes II e III de *A História da Sexualidade*, intitulados *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984). Assim, a distribuição acima apresentada

Encontra fundamento na predominância sucessiva de um ou outro daqueles três eixos articuladores: nas primeiras obras, o predomínio das preocupações com saberes considerados verdadeiros; nas obras do segundo momento, a acentuação dos vínculos entre verdade e poder; nas últimas, a dimensão ética na abordagem das relações consigo e com os outros. (MUCHAIL, 2004, p. 48).

O percurso do louco e o próprio perfil da loucura em suas formas ambíguas marcam os estudos analíticos arqueológicos de Michel Foucault, fundamentais para as ciências humanas. Por meio de *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), esse pensador realiza um estudo a partir da observação da loucura em diferentes períodos, procurando estabelecer o momento e as condições de nascimento da psiquiatria. Dessa maneira, aponta comportamentos e condutas de segmentos que traçaram caminhos de tratamento, internação e isolamento para as pessoas que se portavam diferentemente das demais. Ao considerar a loucura em diferentes campos históricos e culturais, o autor problematiza relações de verdade e subjetividade, sendo que seus limites não são pensados a partir da neutralidade do discurso racional, mas por meio de uma linguagem singular e repleta de imagens. A obra em questão, tese que se localiza no limiar da Filosofia, História e Literatura, está historicamente centrada na época clássica (séculos XVII e XVIII), sendo que o estudo do Renascimento parece ter apenas a função de esclarecer a concepção clássica da loucura e o confinamento do louco. Entretanto, toda a argumentação se organiza com o objetivo de esclarecer a situação da loucura na modernidade, ou seja, intenciona, fundamentalmente, tratar da psiquiatria. Desse modo,

Desenvolvendo uma argumentação que tematiza não essencialmente o discurso psiquiátrico, mas o que lhe é anterior ou exterior, *História da loucura* tem na psiquiatria seu alvo principal: seu objetivo é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental. (MACHADO, 2006, p. 52).

A psiquiatria é apresentada por Foucault como uma ciência recente, sendo que antes do final do século XVIII, momento em que se inicia o processo de patologização do louco, torna-se impossível falar de doença mental. O reconhecimento da história da psiquiatria destrói, ainda, a ideia de humanismo terapêutico, já que “desmascara as imagens que dão à psiquiatria o mérito de ter possibilitado à loucura ser finalmente reconhecida e tratada segundo sua verdade, mostrando o caminho que a história precisou seguir para que a psiquiatria tornasse o louco doente mental.” (MACHADO, 2006, p. 52).

Para tanto, a argumentação do autor parte do imaginário da renascença, o qual é identificado a partir da tela *A nau dos loucos*, de Hieronymus Bosch (1450-1516), reproduzida abaixo:



The Ship of Fools, de Hieronymus Bosch, séc. XV
Óleo sobre madeira, 58 x 33 cm, Museu do Louvre
Fonte: www.boschuniverse.org

Vemos uma religiosa e um sacerdote como personagens centrais da tela. Eles estão rodeados por pessoas embriagadas, e sua única preocupação parece ser alcançar um pedaço de comida pendurado por um fio. Sequer reparam que o alimento sobre a mesa está prestes a ser roubado. Acima da bandeirola trêmula, no meio da árvore, observa-se uma caveira, que provavelmente representa a morte, uma ameaça real para todos os que estão a bordo. Jogos, comida, álcool e música, os detalhes da tela se relacionam diretamente às sensações e desejos. Assim, além de retratar o costume de um navio com loucos que segue sem destino, esta pintura crítica, de forma alegórica, todos os grupos sociais, incluindo o clero. De um modo geral, as imagens da loucura podem ser vistas, nesse período, como uma forma de revelação da sociedade, oferecendo aos homens a verdade sobre si mesmos, suas fraquezas, seus vícios e seus sonhos.

Conforme Foucault, nesse período não havia hospital ou prisão para os alienados, que viviam soltos, sendo com frequência, deixados sob a responsabilidade de marinheiros que os levavam a portos longínquos: “Não é fácil levantar o sentido exato desse costume. Seria possível pensar que se trata de uma medida geral de expurgo que as municipalidades fazem incidir sobre os loucos em estado de vagabundagem.” (FOUCAULT, 2004, p. 10). Vale ressaltar a significação que a água ainda recebe, fonte de vida, purificadora e regeneradora da vida biológica e psíquica:

Com efeito, embarcar os loucos é assegurar-se de que partirão para longe e serão prisioneiros de sua própria partida. É uma purificação e uma passagem para a incerteza da sorte. A água e a navegação asseguram essa posição altamente simbólica da loucura: encerrado no navio de onde não escapa, o louco é entregue à correnteza infinita do rio, à fluidez instável e misteriosa do mar. (FRAYZE-PEREIRA, 2002, p. 49).

Não são aprofundados conhecimentos sobre a realidade do louco, mas em nível simbólico é abordada uma inquietação própria do período: o aparecimento do alienado como uma ameaça. Foucault atesta, por meio desta elaboração simbólica, o início de um processo de dominação da loucura pela razão, processo que pode ser considerado decisivo para o estatuto que a loucura irá adquirir na cultura ocidental.

Uma outra imagem, característica da experiência clássica da loucura, é o grande confinamento. Em *Stultifera Navis*, capítulo introdutório de *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), a lepra e as doenças venéreas são apresentadas como os grandes objetos de exclusão até a Idade Média. O leprosário subsistia com uma estrutura vazia após o desaparecimento da lepra e a loucura passa a povoá-lo a partir da segunda metade do século XVII, quando “A loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade,

ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens.” (FOUCAULT, 2004, p. 14). Desse modo, paulatinamente, a loucura que era sagrada, manifestação cósmica a ser interpretada, irá tornar-se imoralidade profana.

Com a fundação do Hospital Geral em 1656, em Paris, a loucura perde, na percepção clássica, sua significação simbólica, mítico-religiosa, e lhe é atribuído um significado moral que prevalece durante toda a Idade Média:

A partir da criação do Hospital Geral, da abertura (na Alemanha e na Inglaterra) das primeiras casas de correção e até o fim do século XVIII, a era clássica interna. Interna os devassos, os pais dissipadores, os filhos pródigos, os blasfemadores, os homens que “procuram se desfazer”, os libertinos. E traça, através dessas aproximações e dessas estranhas cumplicidades, o perfil de sua experiência própria de desatino. (FOUCAULT, 2004, p. 111).

O hospital surge como instituição que “agrupa o que aparece como outro, como diferente, como estrangeiro aos olhos da razão e da moral e classifica como desrazão, desatino, o que pretende desclassificar.” (MACHADO, 2001, p. 17). Nesse sentido, entre os muros do internamento, além dos loucos, está a transgressão da sexualidade, os ociosos, os libertinos e os adeptos da feitiçaria. Assim, a loucura é associada ao conceito de desrazão, termo caracteristicamente moral, que se referia àquele que não obedeceu, que transgrediu limites, perdendo-se na imoralidade. A percepção da loucura é, portanto, ética, passando por uma ética do trabalho, uma ética sexual e por uma ética religiosa, que formam, em conjunto, a ética da razão e da desrazão. O louco, na época clássica, é parte integrante de um perigo que a razão clássica, pautada na moralidade, classifica como desrazão e exclui da sociedade. Prevalece a ideia de que a loucura precisa ser reprimida, e o louco punido por sua terrível escolha. O Hospital Geral, bem como outras instituições da época, atende a fins de internamento, mas não a objetivos médicos, já que a figura do médico não tem o intuito de atuar sobre o interno como doente, mas sim de proteger os cidadãos dos riscos oferecidos por esses seres, incapazes de seguir os ritmos da vida coletiva e perturbadores da ordem do espaço social:

Na época clássica, as instituições que recebiam os loucos, os critérios de internação, a designação de alguém como louco e sua consequente exclusão da sociedade não dependiam de uma ciência médica, mas de uma “percepção” do indivíduo como ser social; que o estatuto de louco era conferido não pelo conhecimento médico, mas por uma percepção social, dispersa e produzida por diversas instituições da sociedade como a polícia, a justiça, a família, a Igreja etc., a partir de critérios que dizem respeito não à medicina, mas à transgressão das leis da razão e da moralidade. (MACHADO, 2006, p. 57).

O internamento constitui-se mecanismo de segregação social. Numa sociedade materialista, voltada para a produção e o lucro, a loucura começa a inserir-se ao lado da pobreza e da incapacidade para o trabalho, sendo destituída da liberdade imaginária da renascença, e passando a se constituir em uma problemática social. Portanto, os grandes hospícios e casas de internamento nascem dicotômicos: obras de assistência e punição, um emaranhado de ligações com significações políticas, sociais, morais, religiosas e econômicas.

Desse modo, na época clássica a dominação do louco é radicalizada. Michel Foucault questiona o valor do corpo que permanece sob vigilância, punição e controle, bem como sua classificação como sujeito. Haveria sujeito quando há loucura? O louco seria capaz de falar sobre sua realidade e condição, ou teria que pegar emprestado dos profissionais da ordem médico-político-social-científica os discursos reveladores de sua frágil subjetividade? Recusando as tentações de um discurso oficial e linear sobre a loucura, Foucault propõe dar ouvidos ao louco silenciado na história. Problematiza a partir das ideias de Descartes a loucura excluída da ordem da razão: “[...] Descartes, na primeira das *Meditações metafísicas*, ao afastar a possibilidade de a loucura comprometer o processo de dúvida, exclui-a do pensamento. Se alguém pensa, não pode ser louco. Se alguém é louco não pode pensar.” (MACHADO, 2006, p. 55). Para Descartes a loucura representaria o descontrole mais absoluto de si, inclusive do próprio corpo, configurando-se como obstáculo absoluto ao pensamento e impossibilitando o exercício racional. Assim, a trajetória da história da loucura aponta para um esvaziamento do sujeito louco.

No balanço realizado por Foucault, Descartes operacionalizou uma dissolução de uma unidade estabelecida pelo renascimento, um convívio pacífico entre a razão e a desrazão. Na instauração do racionalismo moderno, *Cogito* e loucura anulam-se reciprocamente. Eis, portanto, o golpe de força cujas consequências serão evidenciadas nas ocorrências históricas que se sucedem, e que tornam o louco destituído de cidadania e de seu direito à corporeidade. O legado de Descartes provê uma racionalidade que encarcera a loucura.

O Hospital Geral, segundo Machado (2006, p. 57), “[...] não se trata, apesar do nome, de uma instituição médica, mas de uma estrutura ‘semijurídica’, entidade assistencial e administrativa que se situa entre a polícia e a justiça e seria como a “ordem terceira da repressão”. Desse modo, o *grande enclausuramento*, como nomeia Foucault, resulta de uma negatividade da desordem moral, obstáculo à ordem social. Com funções econômicas, exclui na tentativa de produzir uma sociedade homogênea: “Enfim, politicamente, ele significa a incorporação de um projeto moral a um projeto político, a integração de uma exigência ética à

lei civil e à administração do Estado sob a forma da correção da imoralidade através da repressão física.” (MACHADO, 2006, p. 58).

Nesse período, conforme os estudos do autor, a medicina é classificatória, uma medicina das espécies patológicas que, seguindo o modelo da história natural, em relação às plantas e aos animais, estabelece identidades e diferenças entre as doenças, organizando um quadro em termos de classes, ordens e espécies. Limita-se a descrever e ordenar o que é visível, estabelecendo um quadro classificatório a partir da sexualidade imoral, da profanação do sagrado, das desordens do coração, da libertinagem e da loucura. Tal classificação demonstra que o louco ainda não era percebido como doente mental: “O século XVIII percebe o louco, mas deduz a loucura. E no louco o que ele percebe não é a loucura, mas a inextricável presença da razão e da não-razão.” (MACHADO, 2006, p. 61). Vale citar que, nesse projeto de conhecimento da loucura, princípios heterogêneos, confusos e abstratos viabilizam o surgimento de teorias e tratamentos questionáveis acerca de um conjunto de sintomas. Medicamentos naturais, com princípios ocultos na natureza, são privilegiados, mas esquemas simbólicos sobrevivem nos métodos de cura da era clássica. Segundo documentos médicos da época, por exemplo, para que a castidade fosse preservada, era dada a seguinte receita: “Pegue cânfora, alcaçuz, sementes de vinha e meimendo, conserva de flores de nenúfares e xarope de nenúfar [...] Toma-se de manhã dois ou três dracmas, bebendo em cima um copo de soro no qual se apagou antes um pedaço de ferro aquecido ao rubro.” (LEMERY, apud FOUCAULT, 2004, p. 304). Assim, o desejo e seus fantasmas se extinguiriam do mesmo modo com que o metal ardente se esfriava.

Posteriormente uma reformulação discursiva e institucional acerca do significado social da prática do internamento acarretará a transformação dos conceitos de desrazão e loucura, de modo que a conotação moral não será mais atribuída. Portanto, há uma constituição histórica de sentido das práticas institucionais e dos discursos acerca da loucura. A alteração funcional dessas práticas implica necessariamente uma alteração de seu sentido ou de seu significado social. O banimento, de alto teor simbólico, será substituído pelo internamento, de forte e complexa conotação moral, culminando no asilo, de função e significado social médico-terapêutico. É a partir dessa configuração histórico-semântica que se constituem as diversas figuras da loucura inventariadas por Foucault.

A categoria psiquiátrica da doença mental surge no final do século XVIII e início do século XIX. Até então, a loucura estava integrada como as outras doenças à racionalidade médica própria da época clássica. Os trechos abaixo, que se referem ao asilo de Tuke e ao hospital Bicêtre, são familiares à história da psiquiatria, tendo por vezes a função de ilustrar

esse período feliz em que a loucura passa, enfim, a ser reconhecida e tratada. A calma paternal da casa de Tuke, onde são apaziguadas as desordens de espírito, é assim explicitada:

A respeitável sociedade dos quacres [...] desejou garantir aos membros que tivessem a infelicidade de perder a razão sem dispor de uma fortuna suficiente para recorrer aos estabelecimentos dispendiosos, todos os recursos da arte e todos os confortos da vida compatíveis com seu estado; [...] Esta casa [asilos] está situada a um quilômetro e meio de York, no meio de um campo fértil e aprazível; não é absolutamente a ideia de uma prisão que ele apresenta, mas antes a de uma grande fazenda rústica [...] (FOUCAULT, 2004, p. 459-460).

Na França, o hospital Bicêtre, sob a direção de Pinel, havia tomado a decisão de tirar as correntes dos prisioneiros das celas, conforme retrata o diálogo abaixo entre o psiquiatra e um representante do governo: “Voltando-se para Pinel: ‘Ah, cidadão, serás doido para desejar tirar os grilhões de semelhantes animais?’ Pinel respondeu calmamente: ‘Cidadão, estou convencido de que estes alienados estão assim intratáveis apenas por estarem privados de ar e de liberdade.’” (FOUCAULT, 2002, p. 460).

Segundo Hegel, “a positividade da psiquiatria encontra-se no fato de que nela o louco já não é mais tratado como um Estranho ou Animal, mas como um ser humano parcialmente privado da razão.” (BILLOUET, 2003, p. 24). Entretanto, apesar de não ignorar a crueldade do mundo clássico, Foucault se recusa a considerar o humanismo e os métodos morais da modernidade como um progresso. A terapêutica moderna não teria origem em uma generosidade humanista, mas no medo diante dos internos e no aprisionamento da loucura em um mundo moral. O pensador sustenta que a libertação dos loucos por Pinel, símbolo da psiquiatria positivista, não modifica a exclusão do outro, mas a reforça. As imagens apresentadas têm, sem dúvida, uma função crítica e reflexiva: o louco do período barroco anda de cidade em cidade, o louco da era clássica perde esta liberdade infeliz no confinamento, o louco da era moderna é medicalizado, um procedimento de apropriação do louco pelo saber-poder psiquiátrico:

O asilo da era positivista, aquele pelo qual se glorifica Pinel por sua fundação, não é um livre campo de observação, de diagnóstico e de terapêutica; é um espaço judiciário onde se é acusado, julgado e condenado e do qual não se é libertado senão pela versão desse processo na profundidade psicológica, ou seja, pelo arrependimento. A loucura será punida no asilo, mesmo sendo inocentada fora dele. Por muito tempo, e até nossos dias pelo menos, ela está aprisionada em um mundo moral. (FOUCAULT, 2004, p. 496).

No entanto, a loucura como desrazão não será a última verdade dessa história repleta de viravoltas, contadas por Foucault, uma vez que:

Antes do nascimento da psiquiatria, e por um processo de que ela não será a causa mas o resultado, se produzirá uma transformação da realidade e do conceito de loucura que lhe dará autonomia e individualidade com relação à desrazão, ao mesmo tempo em que situará os fundamentos a partir dos quais poderá emergir a categoria de doença mental. (MACHADO, 2006, p. 65).

Foucault situa na segunda metade do século XVIII a diferença que começa a se delinear entre loucura e desrazão. Enquanto a experiência da desrazão era afetiva, imaginária e atemporal, a reflexão sobre a loucura é temporal, histórica e social. A individualização da loucura vai significar a criação de instituições destinadas exclusivamente aos loucos. Desse novo tipo de reclusão, que vai atingir e dominar o louco, resulta um novo estatuto da loucura que antecede e prepara a “revolução psiquiátrica” do século XIX:

Com esse novo estatuto da loucura, adquirido por uma transformação tanto no nível do conhecimento quanto no da percepção, o caminho está preparado para o surgimento da psiquiatria. Deixando de ser elemento do conjunto da desrazão clássica, o louco já pode se metamorfosear no alienado da figura moderna da medicina mental, isto é, em doente mental. (MACHADO, 2006, p. 71).

Vale ressaltar que essa transformação do espaço de reclusão não se deve basicamente à medicina, mas a fatores políticos, econômicos e sociais. Também não irá significar libertação, já que a indignação não é de ver os loucos misturados a uma população que começa a ser percebida como heterogênea, mas de ver presos confundidos e coabitando com loucos. Surge, ainda, uma consciência de que o internamento não constitui meio adequado para a solução de problemas como o desemprego. Se, antes, acreditava-se acabar com a miséria, mantendo reclusa a pobreza, agora ela devia ser libertada do internamento e colocada à disposição da sociedade. No capitalismo, é preciso tornar a população força de trabalho produtiva. Desse modo, não se criam mais instituições, elas são limitadas, uma das consequências do capitalismo e do novo pensamento econômico:

Na economia mercantilista, a população pobre – ociosa, vagabunda, desempregada –, não sendo produtora ou consumidora, devia ser internada nas instituições para ela destinadas como meio de excluí-la do circuito econômico. Com o capitalismo nascente, que tem necessidade de operários e para quem o homem aparece como criador de valor, não se pode mais confundir a pobreza – rarefação de gêneros alimentícios e de dinheiro – com a população, que é a força produtora de riquezas e, por isso, ela mesma uma riqueza. (MACHADO, 2006, p. 67).

Essa nova maneira de enfrentar os problemas econômicos favorece a transformação da política assistencial. Há o entendimento de que não se deve internar, mas assistir aos pobres em liberdade. No entanto, vale ressaltar que tal política não se apresentou de forma homogênea, já que distinguia “pobres válidos” de “pobres doentes”. Assim, enquanto o válido é considerado positivo para a sociedade, o doente, sem utilidade econômica, é um dever social, devendo ser recolhido por grandes instituições ou pela família. Essa segunda alternativa é defendida pela maioria por apresentar vantagens sentimentais, econômicas e médicas.

O hospício pode ser considerado o principal instrumento terapêutico da psiquiatria do século XIX, fazendo uso de elementos como a religião, o medo, o trabalho, e criando o hábito da regularidade, da atenção e da obrigação, o permanente olhar dos outros, no intuito de produzir autocontenção e o julgamento. Tudo isso aponta para o fato de a psiquiatria ser uma terapêutica sem medicina, cujos procedimentos atuam como técnicas de controle, relações de força organizadas em termos de autoridade e dominação. Se a loucura é alienação, sua cura é o retorno ao estado inalienável pela ação exercida pelo hospício. Chega, portanto, para o louco, a era do patológico.

Assim, *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) faz uma abordagem histórica da loucura, sem, contudo, privilegiar o discurso científico. Ao contrário, leva em conta um conjunto heterogêneo de discursos que a constituem como objeto: discursos filosóficos, teológicos, poéticos, literários, entre outros. Portanto, verifica-se que a história da loucura contada por Foucault é permeada pelo domínio exercido pelas concepções médicas em seu tratamento. O autor problematiza, portanto, o grande jogo da história que será de quem se apoderar das regras. Demonstrará como, na história do Ocidente, o louco teve sua figura construída junto com o saber psiquiátrico, ou melhor, a psiquiatria é que constrói o louco, à medida que dá a si mesma o direito e o poder de estruturar uma verdade acerca desse louco. Nesse sentido, conclui lembrando o surgimento de obras como as do artista Antonin Artaud (1896-1948), figura irredutível à cura de sua alienação, que resiste com todas as suas forças ao aprisionamento moral:

E o que é um autêntico louco?

É um homem que preferiu ficar louco, no sentido socialmente aceito, em vez de trair uma determinada ideia superior de honra humana.

Assim, a sociedade mandou estrangular nos seus manicômios todos aqueles dos quais queria desembaraçar-se ou defender-se, porque se recusaram a ser seus cúmplices em algumas sujeiras.

Pois o louco é o homem que a sociedade não quer ouvir e que é impedido de enunciar certas verdades intoleráveis.

Nesse caso, a reclusão não é sua única arma e a conspiração dos homens tem outros meios para triunfar sobre as vontades que deseja esmagar. (ARTAUD, apud MARIA, 2005, p. 165).

A obra *O nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico* (1963) confere continuidade às análises arqueológicas iniciadas com *História da Loucura na Idade Clássica* (1961). Entretanto, seu objeto não será a loucura, mas a doença em geral; não somente a psiquiatria, mas a medicina moderna que surge no início do século XIX. O que *O nascimento da clínica* faz é retomar a análise histórica do livro anterior de Foucault, procurando estabelecer as características básicas da ruptura entre a medicina classificatória e a clínica médica moderna.

O curso *O poder psiquiátrico*, apresentado por Michel Foucault entre 07 de novembro de 1973 e 06 de fevereiro de 1974 no Collège de France, apresenta uma continuidade em relação ao trabalho empreendido na obra *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), em cujo último capítulo se chegava ao poder asilar. O autor havia tratado de representações, de percepções acerca da loucura e agora os dispositivos de poder e a formação das práticas discursivas são o núcleo das discussões que envolvem o psiquiatra e a loucura. Assim, se em 1961, Foucault insistia sobre a problemática do internamento e da violência, em 1974 sua preocupação será a de analisar o modo como se estabelecem e circulam as relações de poder dentro desse espaço médico que é a psiquiatria. Agora, mais que analisar “a imagem que se tinha da loucura nos séculos XVII e XVIII, o medo que ela suscitava, o saber a seu respeito que se formava, seja tradicionalmente, seja a partir de modelos botânicos, naturalistas, médicos, etc.” (FOUCAULT, 2006, p. 17), serão estudados os modos como se articulam, saber, verdade e poder, por referência ao fenômeno ambíguo da loucura.

Segundo Foucault (2006), a ordem disciplinar é descrita por Pinel como condição para observação exata e cura. Nesse sentido, a instância médica funciona como poder antes de funcionar como saber. A antipsiquiatria vem questionar o poder que o médico detém de decidir sobre o estado mental de um indivíduo. Como só há poder quando há redes e apoios recíprocos, também em torno do médico haverá intermediários como, por exemplo, os vigilantes, uma espécie de olhar por meio do qual se exercerá o olhar científico do psiquiatra. O curso evidencia as novas preocupações do autor que seriam re-problematizadas por meio da publicação de *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975), numa análise da instituição penal.

Ao longo de seus trabalhos Foucault evidencia, ainda, uma categorização entre as pessoas normais e as anormais. As sociedades, as relações poder/saber e as ciências humanas definiram, desde o século XVIII, as diferenças entre normal e anormal, usando essas

definições para regular o comportamento das pessoas. O estudo da anormalidade é uma das mais importantes formas em que as relações de poder se estabelecem na sociedade viabilizando procedimentos de exclusão. *Os anormais* é um conjunto composto a partir de onze aulas ministradas em curso no Collège de France entre 08 de janeiro e 19 de março de 1975. A série apresenta o projeto de estudo acerca da articulação de elementos que permitiram, na história do Ocidente moderno, a formação do conceito de normalidade. As elaborações teóricas errôneas empreendidas terão efeitos reais e duradouros:

A grande família indefinida e confusa dos “anormais”, que amedrontará o fim do século XIX, não assinala apenas uma fase de incerteza ou um episódio um tanto infeliz na história da psicopatologia; ela foi formada em correlação com todo um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e distribuição [...]. (FOUCAULT, 2002, p. 413).

Por meio de dossiês médicos e penais recolhidos, são realizadas análises de casos que caracterizam três categorias de anormais. A primeira categoria se refere ao monstro humano, cuja identificação tem como referência as leis, incluindo a transgressão, tanto de noções jurídicas como das leis da natureza. O indisciplinado representa a categoria que precisa de correção e o internamento é uma alternativa de melhora, de fazer com que os bons sentimentos retornem ao indivíduo. Por fim, o onanista, figura que surge a partir das novas relações entre a sexualidade e a organização familiar, representará também um anormal.

Os processos de exclusão são culturais e são acumulados, desenvolvem-se e se reproduzem através do tempo, por meio de um sem número de formas que se entrelaçam no tecido social e se movimentam através das instituições, dos regulamentos, dos saberes, das técnicas e dos dispositivos que se instalam na cultura. O diferente fica fora de determinados espaços, mas lhe são definidos outros lugares. Tem-se, então, a inclusão pela exclusão: não só os manicômios e prisões, mas também são exemplos as escolas especiais para deficientes, as casas de correção para menores infratores. Eizirik (2002, p. 44) ressalta, entretanto, que “Há indivíduos, diz Foucault, que estão excluídos em todos os sistemas, são os resíduos de todos os resíduos, estão marginalizados da sociedade. Estes indivíduos são os loucos; excluídos, do trabalho, da família, da linguagem e do discurso, do jogo.”

Nas obras discutidas, relações de poder são evidenciadas, todavia *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975) introduz mais explicitamente nas análises históricas foucaultianas a questão do poder como um instrumento político capaz de explicar a produção dos saberes. A obra trata das relações entre poder e opressão, das origens da prisão e formas

de punição, inaugurando um novo modo de entender a história das ideias. Novos temas e problemáticas começam a ser abordados: o poder disciplinar, a normalização, a articulação entre verdade e poder, as estratégias e táticas de controle do tempo e do espaço. Nessa etapa, chamada genealógica por influência de Nietzsche, o interesse pela *episteme*⁵ se desloca para o interesse pelos diagramas de poder: “Objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.” (FOUCAULT, 2007, p. 23).

O discurso, tudo o que podemos discutir ou saber, não é um meio transparente que “espelhe” o mundo. Deste modo, o conhecimento é reconhecido como um conjunto de declarações que não poderá ser classificado como falso ou verdadeiro em um sentido objetivo, mas apenas a partir da perspectiva de algum grupo ou instituição. Essas perspectivas ou conhecimentos são uma função das relações de poder e, nesse sentido, somente poderiam ser avaliados a partir do questionamento de suas condições históricas, de seus efeitos, dos interesses a que servem e das relações de poder defendidas. Assim, segundo Michel Foucault (2006, p. 12),

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Ainda segundo Foucault, a “verdade” estaria centrada no discurso científico e nas sociedades que o produzem, sendo de várias formas veiculada pelos aparelhos de educação ou de informação. Produzida e transmitida sob controle dominante de aparelhos políticos ou econômicos, torna-se por vezes objeto de debates e confronto social, por isso “considera que mais importante do que criar grandes teorias é estabelecer uma possibilidade de pensar e de combater com o pensamento.” (EIZIRIK, 2002, p. 27). A partir de tais proposições, pode-se concluir que o sujeito surgiria como um “ser artificial”. Entretanto, Foucault faz uma análise que não evidencia o poder somente em termos negativos ou como uma prática unicamente repressiva, violenta e coerciva, mas como poder que recompensa, que apresenta eficácia

⁵ Ordem ou princípio sistematizador das regras de construção dos objetos, sujeitos e conceitos. Campo de possibilidades de um saber, que permite o surgimento de idéias, a constituição de ciências e de racionalidades.

produtiva, uma positividade: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (FOUCAULT, 2006, p. 08). Assim, em suas análises, evidencia que, apesar de apresentar objetivos claramente políticos e econômicos,

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas atividades. (MACHADO, 2006, p. 172).

Durante a realização de pesquisa sobre a história da penalidade – *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975) –, Foucault verifica que o poder sobre indivíduos incidia sobre seus corpos, por meio da utilização de tecnologia própria de controle, que poderia do mesmo modo ser identificada em outras instituições, como o hospital, o exército, a fábrica e a escola. O poder disciplinar produziria comportamentos, fabricando o homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial e capitalista por meio de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 118). Em suas investigações são explicitados procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado e minucioso do corpo: gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Vale ressaltar que em artigos e entrevistas que compõem o livro *Microfísica do Poder* (1979), tais discussões são retomadas pelo autor para exemplificar mecanismos de poder exercidos por diferentes segmentos da sociedade, entre elas o governo e a ciência.

O primeiro dos princípios que caracteriza a ciência da disciplina seria a distribuição dos indivíduos no espaço, individualizando-os e classificando-os. Hierarquizados, tornam-se capazes de desempenhar funções diferentes, segundo um objetivo específico exigido. São citados ainda pelo autor o controle minucioso do tempo que produziria a rapidez e a eficácia no desenvolvimento das atividades e a vigilância contínua que implica uma complexa rede de autoridade e treinamento. O registro contínuo do que é observado produziria, então, conhecimento, saberes que são extraídos da própria prática. Desse modo, ao contrário da escuridão da masmorra ou da punição exemplar transformada em espetáculo por meio do suplício até o final do século XVIII, o poder disciplinar projeta luz sobre o condenado, baseando-se na visibilidade, na regulamentação minuciosa do tempo e na localização precisa

dos corpos no espaço, o que possibilita o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados, tornados dóceis e úteis à sociedade. Essas técnicas se inter-relacionam e se adaptam às diversas especificidades de instituições. A psiquiatria, por meio desta normalização, utilizaria um processo em que o indivíduo não só é classificado, mas também controlado e até mesmo construído, pelo poder investido nas instituições e práticas sociais. Desse modo, conforme Machado (2006, p. 174),

[...] quando a medicina, com a psiquiatria, inicia um controle do louco, ela cria o hospício, ou hospital psiquiátrico, como um espaço específico; institui a utilização ordenada e controlada do tempo, que deve ser empregado sobretudo no trabalho, desde o século XIX considerado o meio terapêutico fundamental; monta um esquema de vigilância total que, se não está inscrito na organização espacial do hospício, se baseia em uma “pirâmide de olhares” formada por médicos, enfermeiros, serventes; extrai da própria prática os ensinamentos capazes de aprimorar seu exercício terapêutico.

Em constante transformação, o poder é constituído historicamente. De acordo com Eizirik (2002, p. 65), “Ao apresentar suas pesquisas sobre o poder, Foucault está desmontando o conceito estabelecido, segundo o qual alguns têm o poder e outros estão destituídos dele.” A partir das evidências fornecidas por suas pesquisas, o pensador viu delinear-se uma não sinonímia entre Estado e poder e, ao contrariar a tese de que o Estado seria o órgão central e único de poder, considera outras variáveis essenciais para sua sustentação e atuação eficaz: “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado [...]” (FOUCAULT, 2005, p. XII). Assim, o poder circula pelo conjunto do corpo social, tornando-se impessoal por não ser exercido por indivíduos específicos ou por uma classe. Os indivíduos, ao mesmo tempo em que são constituídos pelo poder, se tornam seu veículo, já que o sujeito se expressa na ilusão de controlar a origem de seu discurso, sem se dar conta de que o determinante dos sentidos desse discurso é a história, que se manifesta através das diferentes formações discursivas nas quais está inserido.

Nesse sentido, surge uma das teses fundamentais da genealogia, que caracteriza o poder como produtor da individualidade, opondo-se à habitual explicação de que o poder capitalista descaracteriza e massifica, sufocando, dominando e impedindo ao sujeito a expressão de subjetividades. Desse modo, por exemplo, o nascimento do hospício não destrói a especificidade da loucura, mas sim produz o louco como doente mental, personagem individualizado de uma população vasta, caracterizada pela desrazão. Portanto, o poder disciplinar não destrói o indivíduo, nem o anula, ao contrário, o fabrica:

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história a figura singular, individualizada do homem como produção do poder. (MACHADO, 2006, p. 176).

Ainda sobre a temática da loucura, será importante subsídio para nosso trabalho o texto *Elogio da Loucura*, publicado em 1511 por Erasmo de Rotterdam (1464-1536). No ensaio satírico, em que humor e ironia se combinam, a Loucura é personificada como uma divindade e descreve-se ressaltando suas qualidades e importância para a humanidade, que seria incapaz de existir sem sua colaboração. É preciso ressaltar que Machado de Assis possuía em sua biblioteca um exemplar francês da obra, editado em 1877⁶. Nesse sentido, consideramos que, além de um diálogo com os críticos da ciência e da medicina da época, o texto machadiano também se relaciona fundamentalmente às ideias veiculadas por Erasmo.

Nascido na Holanda, Erasmo de Rotterdam é ordenado padre em 1492, chegando a ocupar importantes cargos eclesiásticos, como o de secretário do Bispo de Combai, na França. Entretanto, isso não o impedirá de se tornar também um crítico sensato da Igreja e um grande pensador, reconhecido como uma figura central da vida literária da Europa de seu tempo. Várias vezes reeditada e traduzida já durante a sua vida, o *Elogio da loucura* é com certeza a obra mais conhecida e bem-sucedida do autor. O livro foi publicado num contexto de tensões espirituais que resultariam na Reforma Protestante, e, portanto, sua leitura é reconhecida como imprescindível para uma compreensão do humanismo renascentista.

A obra é explicitamente dedicada a Thomas More⁷, amigo de Erasmo, sendo que seu próprio título, em grego, "Moriae Encomium" pode ser lido como "Elogio a More". No texto, o autor critica muitas das ações humanas, identificando nelas mediocridade e hipocrisia. Na linha das críticas mordazes de precursores da comédia antiga⁸, o autor prevê, ainda na apresentação de sua obra, a insatisfação de muitos de seus leitores, que irão lhe censurar as ofensas e o tom de galhofa. Entretanto, em relação a seu texto, irá ressaltar que: "Uma sátira que não poupa nenhuma das condições humanas não pretende atacar homem algum em

⁶ Em *A biblioteca de Machado de Assis* (2001), volume organizado por José Luiz Jobim, são catalogados os livros da biblioteca pessoal do escritor.

⁷ Thomas More (1478-1535) foi um pensador inglês ligado às ideias humanistas. É o autor de *Utopia* (1516), obra em que criou um reino-ilha imaginário, cuja sociedade funcionava de modo justo e perfeito.

⁸ Na obra, Erasmo de Rotterdam cita fontes de inspiração para a escrita do *Elogio da Loucura*. Entre elas estão: Glauco, que havia escrito o conflituoso elogio da injustiça; Virgílio, com seus elogios do mosquito e do queijo; Sinésio, que fez o elogio da calvície; e o escritor grego Luciano, autor dos elogios do parasita e da mosca. Assim como Erasmo, Machado de Assis seria influenciado pela tradição da sátira menipéia luciânica, fazendo amplo uso de vários recursos discursivos e estilísticos criados ou disseminados pelo filósofo.

particular, mas sim os vícios de todos. Se alguém se ergue a gritar que foi ofendido, confessa que se sente culpado, ou pelo menos que em segredo se inquieta” (ROTTERDAM, 1973, p. 13).

Na obra, a Loucura fala em primeira pessoa, defendendo sua imagem. Ao apresentar-se ao leitor, revela-se filha de Plutus, o mais poderoso dos deuses, e da Mocidade, a mais bela das ninfas. Amamentada por duas ninfas, a Embriaguez, filha de Baco, e a Rusticidade, filha de Pan, cresceu cercada por uma corte dedicada:

Aquele que vos olha de sobranceira franzida é Filúcia (o Amor-Próprio); a de rosto alegre e mãos prontas a aplaudir é a Colácia (a Lisonja). Esta outra, sempre a dormir, é Lete (o Esquecimento). Mais além, de mãos cruzadas e apoiada aos cotovelos, está Misoponia (a Preguiça). Coroada de rosas e perfumada de essências, reconheceréis, naquela outra, Hedoné (a Volúpia). A de olhos errantes é Anóia (a Leviandade). Aquele de pele tão lustrosa e corpo bem nutrido é Trifé (a deusa das Delícias). Entre elas encontrareis também dois deuses: o deus da Boa Carne e Morfeu, o do Sono Profundo. Eis todos os meus fiéis servidores, que me ajudam no governo do mundo e me auxiliam a reinar mesmo sobre os que governam. (ROTTERDAM, 1973, p. 23).

O relato feito pela Loucura revela a existência de uma rede de relações que mantém com deuses e ninfas já bastante próximos da humanidade, possibilitando que se manifeste no cotidiano de todos os seres humanos, e que distribua os seus benefícios.

Nesse viés, a sabedoria é apresentada como algo que gera sofrimentos e, sendo assim, a Loucura faz apelos aos homens para que prefiram a liberdade, o prazer, a fuga dos valores tradicionais impostos. De modo espontâneo e divertido, Erasmo de Rotterdam mostra que, onde a loucura se instala, pode ser encontrada também a alegria de viver, os melhores delírios e emoções. E, do modo lúcido como a Loucura se explica, é quase impossível discordar de suas ideias: “Os mortais têm a meu respeito opiniões díspares, e não ignoro o mal que se ouve dizer da loucura, mesmo entre os loucos. No entanto, sou eu, e eu só, quem alegra os deuses e os homens”. (ROTTERDAM, 1973, p. 15).

Assim como é defendido por Erasmo, Machado de Assis irá explicitar, por meio do personagem Quincas Borba, como a consciência da razão é que faz chorar, enquanto a consciência da loucura pode ser responsabilizada pela alegria. Em aparição do personagem na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é feito um paralelo entre a alegria da demência e a tristeza da razão:

Quincas Borba não só estava louco, mas sabia que estava louco, e esse resto de consciência, como uma frouxa lamparina no meio das trevas, complicava muito o horror da situação. Sabia-o, e não se irritava contra o mal; ao

contrário, dizia-me que era ainda uma prova de Humanitas, que assim brincava consigo mesmo. Recitava-me longos capítulos do livro, e antífonas, e litâneas espirituais; chegou até a reproduzir uma dança sacra que inventara para as cerimônias do Humanitismo. A graça lúgubre com que ele se levantava e sacudia as pernas era singularmente fantástica. Outras vezes, amuava-se a um canto, com os olhos fitos no ar, uns olhos em que, de longe em longe, fulgurava um raio persistente da razão, triste como uma lágrima. (ASSIS, 2008, vol. 1, p. 757).

Ambos os autores defendem a ideia de que a vida, em todas as suas dimensões, não seria concebível sem a loucura. Nesse contexto, a Loucura é apresentada como uma deusa que conduz as ações humanas: “Não encontraríeis aí a alegria ou felicidade, sem o meu auxílio. Vede, primeiro, com que providência a Natureza, mãe do gênero humano, teve o cuidado de em tudo deixar o tempero da loucura.” (ROTTERDAM, 1973, p. 35). Na obra de Erasmo, a loucura é identificada nos costumes e em diversos atos como o casamento e a guerra. Ainda, segundo o relato, ela forma as cidades, mantém os governos, a religião e a justiça.

Distribuidora de imensos benefícios entre os homens, intitula-se responsável pelo primeiro e mais importante dos bens, a própria vida, pois explica que é à loucura que todos recorrem para a concepção. Na visão do autor, nem os casamentos seriam realizados não fosse uma certa dose de sandice dos noivos. Do mesmo modo, nenhuma mulher geraria um filho, se meditasse sobre as dores do parto e os trabalhos para a educação da criança.

Além da vida, todos os prazeres e paixões da existência teriam origem na Loucura: alegrias, volúpias, inconseqüências. Assim, a crítica de Erasmo se volta contra aqueles que valorizam a razão, usando-a como apoio para menosprezar os movimentos da alma. O pensador viveu em meio aos mais diversos tipos humanos e formas de tirania. Observando, com desenvoltura, a sociedade em que vivia e com um olhar de cronista, atentou para os inúmeros deslizes de seus contemporâneos, denunciando a presumida sabedoria e o obscurantismo dos filósofos. Nesse sentido, considera que:

Apesar de os filósofos gabarem-se de serem os únicos sábios, se tirarmos o véu de orgulho e presunção veremos que não passam de ridículos loucos. A natureza parece zombar de suas conjeturas, e é risível sua teoria de infinidade dos mundos. Falam de astronomia como se conhecessem os astros palmo a palmo. Na verdade, eles não têm nenhuma ideia segura. (ROTTERDAM, 1973, p. 97).

Desse modo, o livro critica a racionalidade emergente na época, a loucura dos homens e instituições, que sacrificam suas paixões em nome da razão e que, intolerantes, julgam-se os

únicos equilibrados:⁹ “Passai agora em revista, ó louco sábio, todas as noites e infinitos dias em que a inquietação crucifica a tua alma.” (ROTTERDAM, 1973, p. 65). Assim como na perspectiva apresentada por Michel Foucault, a verdade surge como um conceito permeável aos interesses, que resulta de pontos de vista e é definido sempre a partir de uma dupla face: “Há tanta obscuridade e diversidade nas coisas humanas, que é impossível certificarmos de alguma verdade [...]” (ROTTERDAM, 1973, p. 81).

A loucura é apontada ainda como a personificação da sinceridade: “Tudo o que o louco tem na alma mostra-o no rosto e a sua boca di-lo sem hesitar; os sábios, pelo contrário, têm duas línguas, uma para dizer a verdade, outra para dizer o que é oportuno.” (ROTTERDAM, 1973, p. 66). Em *Hamlet* (1600), o príncipe forja sua loucura, já que o papel do bobo, ao longo da Idade Média e principalmente no Renascimento, permitia-lhe falar a verdade por meio da zombaria: “A mesma frase que na boca do sábio lhe traria a morte, dita por um bobo consegue divertir o senhor. A verdade, quando não ofende, consegue agradar e só aos loucos e deuses concedem esse dom.” (ROTTERDAM, 1973, p. 67). Assim, por meio da crítica humanista de Erasmo, verificamos como a loucura se transforma de indício do pecado e da ação demoníaca em instrumento de auto-compreensão, alegoria da dissimulação e espelho da humanidade, refletindo nesse período da história, a dualidade do ser humano.

Por todo o seu elogio, a loucura irá ressaltar que, quanto menor é a prudência e a sabedoria, maior será a felicidade: “[...] a vida seria triste, aborrecida, enfadonha, insípida, insuportável, se a ela não se misturasse o prazer, isto é, a Loucura”. (ROTTERDAM, 1973, p. 65). Desse modo, pessoas muito racionais são consideradas desagradáveis e enfadonhas, já que mesmo em ocasiões festivas permanecem em silêncio severo ou resolvem fazer dissertações aborrecidas. Nesse sentido, a Loucura irá narrar como age sobre cada fase da vida: infância, juventude e velhice. As crianças trazem a sedução da loucura, e por isso a infância é considerada a idade mais alegre e agradável. Recompensam com seus encantos os que as educam e assim alcançam sua proteção. Na juventude, inicia-se o estudo, aprendem a disciplina da vida e, deste modo, o vigor e alegria diminuem. A velhice somente poderá ser suportada com a ajuda da Loucura. A Loucura reconduz, assim, os velhos à infância, não permitindo que o tédio da existência e nem os males próprios da sabedoria os atinjam. Sua intervenção os torna felizes, agradáveis à convivência, os rejuvenesce: “Eu restituo, sem nada mudar, o homem ao tempo melhor e mais feliz de sua vida. Se os mortais se decidissem a

⁹ Como se pode ver, essa ideia de que a loucura é atribuída a partir de parâmetros imprecisos, que geralmente excluem o diferente, também é abordada por Michel Foucault. Reflexões sobre tal noção, recorrente também na obra ficcional machadiana, serão desenvolvidas nos capítulos seguintes deste trabalho.

romper de vez com a sabedoria e a viver sempre na minha companhia, conheceriam, em vez dos dissabores da velhice, a alegria da eterna juventude.” (ROTTERDAM, 1973, p. 29).

Na obra, Erasmo faz a distinção entre duas espécies de demência e esclarece que a loucura de que trata não é aquela que tem origem nos “Infernos”. Esta é considerada ruim e nefasta por induzir a ação criminosa, por semear “[...] nos corações dos mortais o ardor da guerra, a sede inextinguível, o amor desonroso e culpável, o parricídio, o incesto, o sacrilégio e tantos outros crimes.” (ROTTERDAM, 1973, p. 69). Por outro lado, a loucura que tem origem na narradora é o mais agradável de todos os bens, permitindo o esquecimento de todos os males: “Surge cada vez que uma ilusão deliciosa faz esquecer os cuidados da alma e a entrega às mais variadas formas de prazer.” (ROTTERDAM, 1973, p. 69). Portanto, Erasmo afasta-se da noção de negatividade comumente atribuída à loucura, aproximando-a de um princípio de prazer e da ideia de que aos homens agrada mais a ilusão que a realidade.

A constatação de que a vida não passa de uma representação também foi feita por Erasmo de Rotterdam e, deste modo, seus argumentos também servirão de subsídio para o desenvolvimento da ideia de máscara em textos de Machado de Assis:

Se os actores estão em cena desempenhando o seu papel e um deles tenta arrancar as máscaras para mostrar ao público a sua verdadeira face, conseguirá apenas perturbar toda a representação e deveria ser expulso do teatro como louco. Pois a donzela da peça surgiria aos vossos olhos como um homem; o jovem transformar-se-ia num velho; o rei num escravo e o deus num miserável humano. Destruída toda a ilusão, a obra destrói-se. Era o travesti e o disfarce que atraíam o espectador. O mesmo acontece na vida, que não passa duma comédia, em que cada qual representa o seu papel, conforme a máscara que usa, até que o contra-regra o faz sair de cena. Este, de resto, confia ao mesmo actor papéis muito diversos, de tal modo que aquele que antes se revestia da púrpura de um rei reaparece agora sob os andrajos de um escravo. Por todo o lado só existe o disfarce, e a comédia da vida representa-se do mesmo modo. (ROTTERDAM, 1973, p. 53).

A ousadia de Erasmo em seu enfrentamento diante da forte tradição religiosa da época causa fascínio. O autor trata com tom irônico todas as instâncias hierárquicas da igreja, criticando hábitos e condutas de diferentes figuras do clero, não poupando nem mesmo o Papa a suas denúncias. O texto explicita como os membros da Igreja Católica se consideravam superiores a todos os outros homens. Desse modo, narra como estes “ilustres sábios” tiram conclusões próprias a partir de interpretações forçadas sobre as sagradas escrituras e passam a pronunciá-las como incontestáveis verdades, considerando-se, pretensiosamente, censores do mundo. Em seus sermões, mostram-se perfeitos oradores e seu discurso enfático, um hábil instrumento de poder, apesar de incompreendido pela maioria dos fiéis, reforça a suposta

sabedoria da igreja: “A sua erudição é tanta que os próprios Apóstolos precisariam receber outro Espírito Santo para discutirem esses assuntos com os novos teólogos.” (ROTTERDAM, 1973, p. 100). Toda a argumentação de Erasmo conduz à percepção de como a instituição religiosa havia se afastado de princípios básicos cristãos como o amor, a simplicidade e a caridade, o que explicaria, por exemplo, muitas condutas problemáticas do clero e as guerras realizadas em nome da fé.

Em relação às Ciências, ironicamente, a Loucura chega à conclusão de que são “ [...] tão inúteis para a felicidade humana que nem sequer servem para conseguir o bem que se espera de cada uma delas.” (ROTTERDAM, 1973, p. 60).

Nota-se, no texto eloquente de Erasmo de Rotterdam, sua habilidade discursiva, uma perfeita adequação entre a palavra e aquilo que se pretende dizer. Por meio de uma narrativa alegórica, o autor irá ao longo da obra satirizar costumes da época, atacando o forte moralismo arquitetado na hipocrisia religiosa; ironizar as instituições e as relações de poder; desnudar os sentimentos humanos e atacar os sábios que se colocam no direito de criar diretrizes e regras sociais a partir de suas próprias convicções.

Diante das proposições expostas, torna-se pertinente uma análise de textos machadianos sob o ponto de vista crítico de Michel Foucault e Erasmo de Rotterdam, uma vez que as temáticas abordadas e o próprio contexto de produção dos textos literários retratam relações sociais e políticas que se relacionam diretamente aos questionamentos de ambos os pensadores.

Capítulo 1

Nas (entre)linhas da crônica: a verdade da loucura e a loucura da razão

As tessituras das crônicas machadianas: representação e subjetividade

Com colaboração intensa na imprensa escrita de sua época, Machado de Assis pode ser reconhecido como um dos principais fundadores da crônica brasileira. A prática foi trazida para o Brasil na segunda metade do século XIX e, inicialmente, os textos se assemelhavam muito aos veiculados nos jornais franceses: comentavam de forma crítica acontecimentos ocorridos durante a semana, e, portanto, apresentavam sentido documental e serviam como os outros textos jornalísticos para informar o leitor. Ao longo do tempo, a crônica brasileira foi distanciando-se desse modelo francês, passando a ter um caráter mais literário, fazendo uso de linguagem mais leve e envolvendo lirismo e ficção. Assim, a objetividade do jornalismo misturou-se à subjetividade do artista, fazendo com que, na crônica, além de seu valor indiscutível como documento histórico, surja uma fascinante face literária. É preciso que se reconheça a qualidade das crônicas machadianas, percebendo que recursos como o humor e a ironia estão sempre presentes, a serviço da composição de um texto literário coeso e fortemente crítico.

Além das circunstâncias cotidianas, as crônicas de Machado de Assis refletem de modo sutil e singular a complexidade do ser humano. Desse modo, desconstruindo a noção de efemeridade geralmente atribuída a esses textos, podemos afirmar que muitas das discussões e reflexões impulsionadas pelo olhar do cronista não perdem sua atualidade.

Segundo Granja (2006), os estudos críticos que se interessam pelas crônicas escritas por Machado de Assis são relativamente recentes e ainda poucos. Além da impossibilidade de encontrar esses textos bem editados e reunidos em sua totalidade¹⁰, são muitas as dificuldades na apreensão do sentido de muitos dos comentários e expressões utilizadas nas crônicas. Cada vez mais reconhecido como material para historiadores e estudiosos da literatura, esses textos prometem fazer muitas revelações importantes sobre o autor, a partir de variados pontos de vista, que vão desde a obra até o homem, passando pela coleção de suas ideias sobre a política, a vida social e intelectual do Brasil de seu tempo e, necessariamente, sobre o seu fazer literário. As crônicas, que numa primeira leitura parecem supostamente leves e triviais, revelam ao leitor encadeamentos consistentes e complexos, bem como a desfaçatez e a ironia do cronista Machado de Assis:

¹⁰ Questionando o valor, bem como a efemeridade de seus textos jornalísticos, Machado de Assis optou por não editar uma reunião de suas crônicas. Desse modo, o próprio escritor deu origem a um problema ainda não resolvido pela crítica: não é possível encontrar, nem mesmo nas edições de *Obra Completa*, uma coletânea realmente ampla das crônicas machadianas e com um texto bem cuidado. Até o presente momento, apenas John Gledson publicou boas edições de duas séries dessas crônicas, com texto confiável e notas explicativas que associam passagens a acontecimentos do período retratado pela crônica machadiana.

[...] as crônicas de Machado são, no mínimo, surpreendentes, pelo desvelamento do homem e do escritor, pelo compromisso que implicam com o cotidiano da vida social, política e cultural do país, pela verdadeira militância que traduzem em face dos problemas da época, pela atualidade de temas e ideias e finalmente pelo trabalho formal de composição e escritura. (GRANJA, 2006, p. 386).

Em consonância com as ideias expostas por Granja (2006), esta pesquisa reconhece as crônicas machadianas como um meio privilegiado para se compreender a interação entre o escritor e a sociedade na qual se inseria. Nesse sentido, acredita-se que, especialmente nesses textos, há indícios reveladores da opinião de Machado de Assis acerca de questões que se relacionam à representação social, decorrente dos jogos de interesse e do desejo de poder que permeariam, de algum modo, todas as relações humanas, mascarando identidades e reais motivações. Para ilustrar essa perspectiva, tome-se a citação de um trecho da crônica veiculada em 30 de dezembro de 1894: “Os acontecimentos tecem-se como as peças de teatro, e representam-se da mesma maneira. A única diferença é que não há ensaios; nem o autor nem os atores precisam deles. Levantando o pano, começa a representação, e todos sabem os papéis sem os terem lido.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1134). Nesse viés, que considera a função dos papéis sociais, buscar-se-á elucidar em que medida o estatuto da máscara se relaciona, em crônicas machadianas, às temáticas loucura e poder.

As crônicas selecionadas para a análise pertencem à série mais longa e famosa do autor, intitulada “A Semana”, veiculada de abril de 1892 a fevereiro de 1897 na *Gazeta de Notícias*.

A incerta identidade da loucura no Rio de Janeiro de Machado de Assis: o Hospício Pedro II

Em suas crônicas, Machado de Assis sempre acompanhou as discussões e os incidentes relacionados ao Hospício Pedro II, primeira instituição psiquiátrica brasileira, fundada em 18 de Julho de 1841, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Em crônica de 02 de dezembro de 1894, por exemplo, participa, à sua maneira, do debate sobre os direitos do Estado ou da Santa Casa de Misericórdia na administração do Hospício Nacional dos Alienados¹¹, argumentando, na voz de um louco “inspirado” por Erasmo de Rotterdam, a favor da sensata solução de entregá-la aos alienados:

¹¹ Com a instauração da República o Hospício Pedro II foi rebatizado como Hospício Nacional dos Alienados.

— Se é verdade que o Hospício foi levantado com o dinheiro de loterias e de títulos nobiliários, que o José Clemente chamava de impostos sobre a vaidade, é evidente que o Hospício deve ser entregue aos doidos, e eles que o administrem. O grande Erasmo (ó Deus!) escreveu que andar atrás da fortuna e de distinções é uma espécie de loucura mansa; logo, a instituição, fundada por doidos, deve ir aos doidos – ao menos, por experiência. É o que me parece! É o que parece ao grande príncipe Estelário, bispo, *episcopus, papam...* O seu ao seu dono. (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1126).

Mas quais são os loucos que, na opinião de Machado de Assis, deveriam se responsabilizar pela administração do Hospício? Os próprios internos, ou os loucos “mansos”, cuja existência é lembrada por meio de uma interlocução com o texto *Elogio da Loucura*? Na crônica, ao mover-se de um tema para outro num todo articulado, o próprio autor já anuncia, ironicamente, que seu parágrafo final, o que irá tratar do caso do Hospício, não será claro ao leitor: “Menos claro que tudo, é este período final.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1126).

Será válido esclarecer que José Clemente Pereira, citado no trecho lido da crônica, era provedor da Santa Casa de Misericórdia e havia liderado uma campanha pública para a criação do primeiro hospício de alienados do Brasil. O imperador D. Pedro II contribuía com parte da verba e a população com o restante. Machado de Assis, na voz de um louco, para quem a sociedade já prevê a expressão de ideias e opiniões inusitadas ou ligadas ao não-senso, insinua que os responsáveis pela fundação da instituição também possuem uma espécie de loucura típica daqueles que buscam admiração e prestígio. Nesse sentido, como já apontado no início deste trabalho, a arte se utiliza da figura do louco e de seu discurso para o questionamento da natureza humana e dos valores por ela instituídos.

Nesse mesmo texto, vale ressaltar que a contribuição da medicina e a eficácia de seus tratamentos são questionadas pelo autor, que comenta sobre a peste e a descoberta de um bacilo. Provavelmente, Machado de Assis se referia, nesse trecho, ao bacilo responsável pela peste bubônica, descoberto por um suíço, naquele ano de 1894:

Francamente, prefiro os tempos em que as doenças, se não eram maleitas, barrigas d’água, ou espinhela caída, tinham causas metafísicas e curavam-se com rezas e sangrias, benzimentos e sanguessugas. A descoberta do bacilo foi um desastre. Antigamente, adoecia-se; hoje mata-se primeiro o bacilo da doença, depois adoce-se, e o resto da vida dá apenas para morrer. (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1125).

Críticas relacionadas ao cientificismo são frequentes nos textos machadianos, sendo que essa discussão, bem como a relação estabelecida pelo autor entre ciência e loucura, será retomada nas análises que integram o próximo capítulo desta pesquisa.

Em crônica publicada em 31 de maio de 1896¹², o leitor machadiano reencontra discussões críticas que envolvem a loucura e o Hospício Nacional dos Alienados. Por ocasião de uma fuga de doidos dessa instituição, surge a crônica em questão, na qual o autor diz se sentir inseguro, ter perdido uma das “escoras” de sua alma, e problematiza que, nas ruas, “O juízo passou a ser uma probabilidade, uma eventualidade, uma hipótese.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1283). Sem método preciso para distinguir um louco de um homem de juízo, o cronista passa a desconfiar de todos, por meio da observação dos seus gestos e discursos. Entretanto, conclui ironicamente, a partir da observação da engenhosidade perfeita do plano de fuga dos doidos, que custou “cálculo, raciocínio e arte”, a existência de muita sensatez em suas ações, o que desconcerta seus antigos posicionamentos sobre os limiares entre a sandice e a razão:

A fuga dos doidos do hospício é mais grave do que pode parecer à primeira vista. Não me envergonho de confessar que aprendi algo com ela, assim como que perdi uma das escoras da minha alma. Este resto de frase é obscuro, mas eu não estou agora para emendar frases nem palavras. O que for saindo saiu, e tanto melhor se entrar na cabeça do leitor.

Ou confiança nas leis, ou confiança nos homens, era convicção minha de que se podia viver tranquilo fora do Hospício dos Alienados. No bonde, na sala, na rua, onde quer que se me deparasse pessoa disposta a dizer histórias extravagantes e opiniões extraordinárias, era meu costume ouvi-la quieto. Uma ou outra vez sucedia-me arregalar os olhos, involuntariamente, e o interlocutor, supondo que era admiração, arregalava também os seus, e aumentava o desconcerto do discurso. Nunca me passou pela cabeça que fosse um demente. Todas as histórias são possíveis, todas as opiniões respeitáveis. Quando o interlocutor, para melhor inculcar uma ideia ou um fato, me apertava muito o braço ou me puxava com força pela gola, longe de atribuir o gesto a simples loucura transitória, acreditava que era um modo particular de orar ou expor. O mais que fazia era persuadir-me depressa dos fatos e das opiniões, não só por ter os braços mui sensíveis, como porque não é com dois vinténs que um homem se veste neste tempo.

Assim vivia, e não vivia mal. A prova de que andava certo, é que não me sucedia o menor desastre, salvo a perda da paciência; mas a paciência elabora-se com facilidade; perde-se de manhã, já de noite se pode sair com dose nova. O mais corria naturalmente. Agora, porém, que fugiram doidos do hospício e que outros tentaram fazê-lo (e sabe Deus se a esta hora já o terão conseguido), perdi aquela antiga confiança que me fazia ouvir tranquilamente discursos e notícias. É o que acima chamei uma das escoras da minha alma. Caiu por terra o forte apoio. Uma vez que se foge do Hospício dos Alienados (e não acuso por isso a administração) onde

¹² Em algumas coletâneas de crônicas de Machado de Assis, esse texto pode ser encontrado sob o título de “Fuga do Hospício”.

acharei método para distinguir um louco de um homem de juízo? De ora avante, quando alguém vier dizer-me as coisas mais simples do mundo, ainda que me não arranque os botões, fico incerto se é pessoa que se governa, ou se apenas está num daqueles intervalos lúcidos, que permitem ligar as pontas da demência às da razão. Não posso deixar de desconfiar de todos.

A própria pessoa, ou para dar mais claro exemplo, o próprio leitor deve desconfiar de si. Certo que o tenho em boa conta, sei que é ilustrado, benévolo e paciente, mas depois dos sucessos desta semana, quem lhe afirma que não saiu ontem do hospício? A consciência de lá não haver entrado não prova nada; menos ainda a de ter vivido desde muitos anos, com sua mulher e seus filhos, como diz Lulu Sênior. É sabido que a demência dá ao enfermo a visão de um estado estranho e contrário à realidade. Que saiu esta madrugada de um baile? Mas os outros convidados, os próprios noivos que saberão de si? Podem ser seus companheiros de Praia Vermelha. Este é o meu terror. O juízo passou a ser uma probabilidade, uma eventualidade, uma hipótese.

Isto, quanto à segunda parte da minha confissão. Quanto à primeira, o que aprendi com a fuga dos infelizes do hospício, é ainda mais grave que a outra. O cálculo, o raciocínio, a arte com que procederam os conspiradores da fuga foram de tal ordem, que diminuí em grande parte a vantagem de ter juízo. O ajuste foi perfeito. A manha de dar pontapés nas portas para abafar o rumor que fazia Serrão arrombando a janela do seu cubículo, é uma obra-prima; não apresenta só a combinação de ações para o fim comum, revela a consciência de que, estando ali por doidos, os guardas os deixariam bater à vontade, e a obra da fuga iria ao cabo, sem a menor suspeita. Francamente, tenho lido, ouvido e suportado coisas muito menos lúcidas.

Outro episódio interessante foi a insistência de Serrão em ser submetido ao tribunal do júri, provando assim tal amor da absolvição e conseqüente liberdade, que faz entrar em dúvida se se trata de um doido ou de um simples réu. Não repito o mais, que está no domínio público e terá produzido sensações iguais às minhas. Deixo vacilante a alma do leitor. Homens tais não parecem artífices de primeira qualidade, espíritos capazes de levar a cabo as questões mais complicadas deste mundo?

Não quero tocar no caso de Parareda Júnior, que lá vai mar em fora, por achá-lo tardio. Meio século antes, era um bom assunto de poema romântico. Quando, alto mar, o infeliz revelasse, por impulsão repentina, o seu verdadeiro estado mental, a cena seria terrível, e a inspiração germânica, mais que qualquer outra, acharia aí uma bela página. O poema devia chamar-se *Der närrische Schiff*. Descrição do mar, do navio e do céu; a bordo, alegria e confiança. Uma noite, estando a lua em todo o esplendor, um dos passageiros contava a batalha de Leipzig ou recitava uns versos de Uhland. De repente, um salto, um grito, tumulto, sangue: o resto seria o que Deus inspirasse ao poeta. Mas, repito, o assunto é tardio. De resto, toda esta semana foi de sangue – ou por política, ou por desastre, ou por desforço pessoal. O acaso luta com o homem para fazer sangrar a gente pacata e temente a Deus. No caso de Santa Teresa, o cocheiro evadiu-se e começou o inquérito. Como os feridos não pedem indenização à companhia, tudo irá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. No caso da Copacabana, deu-se a mesma fuga, com a diferença que o autor do crime não é cocheiro; mas a fuga não é privilégio de ofício, e, demais, o criminoso já está preso. Em Manhauçu continua a chover sangue, tanto que marchou para lá um batalhão daqui. O comendador Ferreira Barbosa (a esta hora assassinado) em carta que escreveu ao

diretor da *Gazeta* e foi ontem publicada, conta minuciosamente o estado daquelas paragens. Os combates tem sido medonhos. Chegou a haver barricadas. Um anônimo declarou pelo *Jornal do Commercio* que, se a comarca de São Francisco tornar à antiga província de Pernambuco, segundo propôs o sr. senador João Barbalho, não irá sem sangue. Sangue não tarda a escorrer do jovem Estado (peruano) do Loreto...

Enxugemos a alma. Ouçamos, em vez de gemidos, notas de música. Um grupo de homens de boa vontade vai dar-nos música velha e nova, em concertos populares, a preço cômodo. Venham eles, venham continuar a obra do Clube Beethoven, que foi por tanto tempo o centro das harmonias clássicas e modernas. Tinha de acabar, acabou. Os *Concertos populares* também acabarão um dia, mas será tarde, muito tarde, se considerarmos a resolução dos fundadores, e mais a necessidade que há de arrancar a alma ao tumulto vulgar para a região serena e divina... Um abraço ao dr. Luís de Castro.

Pela minha parte, proponho que, nos dias de concerto, a Companhia do Jardim Botânico, excepcionalmente, meta dez pessoas por banco nos bondes elétricos, em vez das cinco atuais. Creio que não haverá representação à Prefeitura, pois todos nós amamos a música; mas dado que haja, o mais que pode suceder é que a prefeitura mande reduzir a lotação às quatro pessoas do contrato; em tal hipótese, a Companhia pedirá, como agora, segundo acabo de ler, que a Prefeitura reconsidere o despacho – e as dez pessoas continuarão, como estão continuando as cinco. Há sempre erro em cumprir e requerer depois; o mais seguro é não cumprir e requerer. Quanto ao método, é muito melhor que tudo se passe assim, no silêncio do gabinete, que tumultuosamente na rua: *Não pode! não pode!* (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1282-1285).

O texto em questão revela como os mesmos procedimentos utilizados por Machado de Assis em seus contos e romances também estão presentes em suas crônicas. São elementos de literariedade que contribuem principalmente para a sutileza no tratamento de significados ocultos, e para uma crítica bem humorada das instituições, das relações entre as pessoas e dos padrões de comportamento. Nesse caso, cabe ressaltar a interlocução estabelecida com o leitor e a devastadora ironia que sustenta suas reflexões.

No texto, mesclam-se abordagens de diferentes temas, bem como a utilização de expressões informais e citações eruditas. A leitura atenta da crônica orienta para uma percepção de que a transição feita num único texto, entre tópicos aparentemente distintos, pode revelar elos e descobertas significativas. Assim, apesar de um mosaico de temas, o cronista garante a costura semântica de seu texto.

Assumindo uma postura metalinguística e um tom de confissão em sua conversa com o leitor, o próprio cronista esclarece pontos acerca da estrutura de sua crônica. Sua segunda confissão, que, na organização do texto, curiosamente antecede a primeira, expõe que sua confiança em relação às leis e aos homens está abalada. Sua primeira confissão irá se referir à constatação da lucidez dos loucos. Num segundo momento da crônica, fará comentários

diversos acerca do dia-a-dia, ficando implícita, nesses relatos, uma inversão que evidencia a seguinte visão do autor: a de que, em oposição à “sensatez” existente nas atitudes dos alienados envolvidos na fuga do hospício, Machado de Assis reconhece a insensatez e a incoerência nas ações de homens e instituições reconhecidas como cheias de juízo.

Desse modo, ao se apropriar de discursos do cotidiano, desloca significações, estabelecendo uma perspectiva crítica para seu texto. Machado de Assis bane certezas e embaralha as fronteiras entre juízo e alienação, ao considerar que em sociedade, entre pessoas consideradas sãs, pode-se perceber muitas vezes menos coerência do que nas ações daqueles internos do hospital psiquiátrico classificados como loucos: “Francamente, tenho lido, ouvido e suportado coisas muito menos lúcidas.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284). Em seu *Elogio da Loucura*, Erasmo de Rotterdam (1973, p. 34) já havia atentado para tal fato: “[...] encontraremos por todo o lado traços de loucura.”

Ao fazer referência na crônica a um dos internos envolvidos na fuga, chamado Custódio Alves Serrão, Machado de Assis põe em discussão um caso amplamente divulgado pela imprensa da época e problematiza a existência de um duplo papel para o Hospício: o de hospital e o de prisão. Como apontaria Foucault, em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975), essa instituição estabelecia, naquele período, um diálogo entre a psiquiatria e o judiciário, entre a loucura e o crime, apresentado como solução para casos em que os acusados eram considerados criminosos natos ou degenerados. Vale ressaltar que, na passagem do século XIX para o século XX, o aumento da criminalidade, ligado à crescente urbanização, torna-se um desafio a ser enfrentado pela sociedade.

Segundo as pesquisas de Carrara (1998), Serrão foi preso, em 1896, aos 21 anos, por haver confessado o assassinato, a tiros, de Berlamino Brasiliense Pessoa de Melo, funcionário público e tutor de sua irmã. O rapaz foge do hospício porque tinha plena consciência de sua lucidez, e, portanto, queria ir para uma prisão, onde seria julgado e tratado como um criminoso. A fuga gerou conflitos que envolveram nomes como o do Dr. João Carlos Teixeira Brandão, médico responsável pela assistência médico-legal aos alienados. Já criticado por abolir o uso de grades no hospício e por proibir a presença das irmãs de caridade na instituição, o médico volta a sofrer retaliações ao solicitar a transferência de Serrão, a quem considerava apenas um criminoso comum, para um presídio. O rapaz é julgado e absolvido, mas considerado louco. Apesar da oposição do Dr. Teixeira Brandão, é novamente recolhido ao Hospício, já que estavam em jogo razões de ordem disciplinar e moral. A reclusão de Serrão como louco parece ser o modo encontrado por aquela sociedade para silenciar o seu discurso e a acusação que lançara sobre o tutor da irmã. Essa discussão, assim como outras

que a sucederam, conforme diversas pesquisas histórico-sociais demonstram, conduziriam à criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro em 1920, que enfim aprisionaria os criminosos avaliados como loucos.

Sobre a temática abordada, o cronista, em tom de desafio, tenta compreender se as mesmas sensações expostas em seu texto não passam agora a ser também de seu leitor. E, assim, conclui: “Deixo vacilante a alma do leitor.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284).

A presente leitura percebe evidências de que Machado de Assis, nessa crônica, considera a atribuição de máscaras de insensatez como recurso de gerenciamento e controle de indivíduos. Em função da manutenção de modelos normativos e da ordem social, Custódio Alves Serrão, por exemplo, é destituído de sua identidade, o que atenua ou até mesmo desqualifica suas palavras, fazendo com que seja definido como homem sem consciência e conseqüentemente sem credibilidade. Tratando-o como criminoso, a justiça validaria a justificativa apresentada para o crime cometido; no entanto, afastando-o do convívio público como louco, alcançavam silêncio sobre os fatos. Essa linha de análise aproxima as ideias de Machado de Assis de conclusões foucaultianas acerca da história da loucura e de suas relações com o poder:

[...] o que estava implicado, antes de tudo nessas relações de poder, era o direito absoluto da não-loucura sobre a loucura. Direito transcrito em termos de competência, exercendo-se sobre a ignorância, de bom senso, de acesso à realidade, corrigindo os erros (ilusões, alucinações, fantasmas), da normalidade, impondo-se à desordem e ao desvio. (FOUCAULT, 2006, p. 56).

Nessa crônica, ainda ao falar sobre a loucura e sobre homens que, apesar de serem considerados loucos, mostram-se muito sagazes, o autor diz não querer tocar no caso de Parareda Junior. Todavia, como é próprio da escrita machadiana, ao negar o interesse por um tema, acaba por sutilmente chamar para ele a atenção do leitor. Nesse caso, ao explorá-lo, o autor sugere que um poema, de inspiração germânica, seja redigido em louvor a Parareda, o qual, no meio de uma viagem, dentro do navio, poderá revelar “[..] por impulso repentina, o seu verdadeiro estado mental.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284). E propõe que “O poema devia chamar-se *Der närrische Schiff*.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284), expressão que pode ser traduzida como “A nau dos insensatos”. Pode-se concluir que Machado de Assis faz uma referência ao poema *Narrenschiff*, de Sebastian Brant (1497), poema que Foucault também irá citar na obra *História da Loucura* (1961). O certo é que o navio dos loucos, tema do quadro de Bosch citado no capítulo anterior deste trabalho, é uma antiga alegoria utilizada em

composições literárias e artísticas na cultura ocidental, retomada na Renascença como símbolo da consciência do pecado e da insensatez.

Apesar de supostamente tratar, no restante do texto, de assuntos diversos, que não necessariamente apresentam relações de sentido entre si, uma leitura atenta revela que a crônica mantém sua unidade temática em torno da incerta definição da loucura e do não-senso, intrínseco a muitas atitudes socialmente aceitas. Ironicamente, por meio de posicionamentos questionáveis atribuídos a “gente pacata e temente a Deus” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284) posicionamentos esses que, se analisados de modo racional, não poderiam ser justificados, o autor problematiza os limites entre “normalidade” e “anormalidade”, definidos na sociedade a partir de jogos de interesse e conveniência.

Nesse caso, Machado de Assis cita conflitos armados que resultam em sangue, disputas políticas pela expansão e controle territorial de estados, exemplificando nas entrelinhas de seu texto como a insensata ambição e a busca pelo poder alimentam os combates e causam o sofrimento humano: “Ora que haverá de mais louco em suscitar, sem se saber bem porquê, tais lutas, de que ambos os contendores retiram mais prejuízos do que benefícios?” (ROTTERDAM, 1973, p. 44). Em seguida, irá considerar “a necessidade que há de arrancar a alma ao tumulto vulgar para a região serena e divina...” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1284), o que se tornará possível por meio da arte, especialmente de concertos populares que ocorreriam no Rio de Janeiro.

Por ocasião dos concertos, o escritor considera conveniente que o número de pessoas por banco no bonde, motivo de representações junto à prefeitura, por exceder em uma pessoa o número definido no contrato, agora passasse a excedê-lo em seis, o que se justificaria pelo consenso de que todos teriam apreço por essa arte. Segundo Machado de Assis, essa medida nem precisaria de autorização prévia da prefeitura, já que “Há sempre erro em cumprir e requerer depois; o mais seguro é não cumprir e requerer.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1285), o que explicita mais uma vez, em consonância com as ideias de Erasmo de Rotterdam, como atitudes insensatas são corriqueiras no cotidiano das pessoas. Por isso, neste estudo, considera-se a existência de máscaras de sensatez, que encobriam comportamentos questionáveis, mas aceitos e justificados socialmente. O cronista Machado de Assis, mesmo que sutilmente, explora a dinâmica social que valida a máscara e todas as implicações dela decorrentes.

Assim, por meio do relato da fuga de pacientes do hospício carioca e de outros fatos cotidianos, Machado de Assis envolve seu leitor em reflexões, permeadas de ironia, sobre a impossibilidade de definição das fronteiras entre a loucura e a sanidade, põe em julgamento a

eficiência do sistema psiquiátrico, e ainda sugere a importância de que desconfiemos de tudo e de todos.

Em crônica publicada em 30 de agosto de 1896, Machado de Assis registra uma outra tentativa de fuga dos loucos do Hospício Nacional dos Alienados, a qual também irá considerar bastante lúcida:

Alguns doidos tinham preparado um movimento para matar os guardas, abrir as portas e vir gozar cá fora o ar livre, ainda que nublado. Essa curiosa conspiração é sintoma de algum juízo. Tramar a fuga no mais ardente dos sucessos exteriores, quando a polícia era pouca para guardar a cidade, mostra que os conspiradores, ou são menos alienados do que parecem, ou andam em comunicação com outros doidos cá de fora. Mas quem serão estes? (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1312).

Como observado por Muricy (1988, p. 34): “As poucas nítidas fronteiras entre a loucura e a razão, a relatividade do que possa ser considerado razoável ou insensato sempre é assunto na literatura de Machado de Assis.” Desse modo, ao considerar a sensatez de muitos dos atos dos pacientes internos e a provável existência de insensatez fora do Hospício, o autor problematiza, de modo irônico e crítico, o saber psiquiátrico e a insistente classificação realizada pela sociedade entre a lucidez e a loucura:

Nem sempre é fácil distinguir, neste fim de século, um alienado de um ajuizado; ao contrário, há destes que parecem aqueles, e vice-versa. Tu que me lês, podes ser mentecapto, e talvez rias desta minha lembrança, tanta é a consciência que tens do teu juízo. Também pode ser que o mentecapto seja eu. Em verdade, não há certeza nesta matéria; à vista da sagacidade de uns e do estonteamento de outros. (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1312).

Os limiares entre razão e loucura se confundem por toda a obra machadiana, pois o autor parece concordar com a ideia exposta por Erasmo de Rotterdam (1973, p. 70), de que “[...] não há, em todo o mundo, um só homem que a todo o momento se mostre sábio e sem qualquer espécie de loucura.” Num dos capítulos finais de suas memórias, Brás Cubas relata ao leitor ter tido um sonho no qual era nababo. No dia seguinte, levanta com a ideia fixa de ser nababo e confia esse seu íntimo desejo ao companheiro, Quincas Borba, o qual o encara cheio de bondade e afirma, com naturalidade, que o amigo está doido. Brás Cubas sente-se alarmado, mas tenta se defender. Todavia, reconhece que “A única objeção contra a palavra do Quincas Borba é que não me sentia doido, mas não tendo geralmente os doidos outro conceito de si mesmos, tal objeção ficava sem valor.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 754).

Diante da impossibilidade de definir com segurança o que é a loucura e quem são os verdadeiros loucos, o autor chega à conclusão bem-humorada de que a atitude mais prudente

seria abolir a alienação e conseqüentemente o risco iminente de internação que existe para todos:

O melhor seria uma lei que abolisse a alienação mental, revogando as disposições em contrário, e ordenando que os supostos doidos fossem restituídos à sociedade, com indenização. Sei que, em geral, preferimos violar a lei a pôr outra nova; mas, para segurança dos hóspedes da Praia Vermelha, aconselho este segundo processo. E não só daqueles, se não também para a tua e minha segurança; podemos ir um dia para lá, sem outro recurso mais que a conspiração, que pode ser descoberta; o melhor é não ir ninguém. (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1312-1313).

A breve análise das crônicas selecionadas evidencia que, enquanto a insensatez era definida pelo “bom senso” de uma burguesia em ascensão, no fim do Segundo Império brasileiro e da nossa Primeira República, Machado de Assis ria desse mundo que se supunha estável, e que se acomodava em valores fixos e consagrados. Em seus desdobramentos literários, o autor explicita dúvida diante do discurso progressista de seu tempo, e oferece à ficção brasileira obras que superam limitações e inconsistências e que apontam para uma verificação satírica de funcionamentos sociais e das relações humanas. Sobre o fato de o autor mostrar-se crítico em relação às correntes científicas da época, Muricy (1988, p. 19) faz a seguinte consideração: “Crítica capaz de ironizar [...], capaz de ser cética em face das noções de progresso, de ciência, de verdade, tecidas pela racionalidade burguesa, principalmente visada no tema, tão caro a Machado de Assis, da partilha entre a sandice e a razão.”

Nesse sentido, pode-se dizer, as discussões que emergem dos textos machadianos desestabilizam discursos, apontando para a inconsistência de saberes impostos como autênticos. Os elementos fixos estabelecidos como discursos de verdade nas matérias científicas do período são desarticulados na realidade carioca cotidiana, flagrada pelo cronista Machado de Assis. O autor questiona os mecanismos de verdade como meio de manutenção da ordem na sociedade, e aponta para a existência de relações de poder que resultam na representação e na utilização de máscaras.

A alegria da demência e a tristeza da razão

Erasmus de Rotterdam (1973, p. 128), em relação à loucura, considera que “O coração do sábio está com a tristeza, o coração do louco com a alegria.”. Machado de Assis, leitor do pensador Erasmo, utilizará, de modo recorrente, em seus textos, essa noção de que a alienação

está intimamente relacionada à “felicidade”, enquanto a racionalidade humana e o apego excessivo à realidade culminariam em sentimentos de tristeza e incompletude.

Em crônica veiculada na *Gazeta de Notícias*, em 15 de setembro de 1895, Machado de Assis relata que, por aqueles dias, passeando pela rua Sete de Setembro, no Rio de Janeiro, presenciou uma pequena confusão que o deixaria intrigado:

Um dia destes, indo a passar pela guarda policial da rua Sete de Setembro, fronteira à antiga capela imperial, dei com algumas pessoas paradas e um carro de polícia. De dentro da casa saía um preto, em camisa, pernas nuas, trazido por dois praças. Abriam a portinhola do carro e o preto entrou sem resistência, sentou-se e olhou placidamente para fora. Um das praças recebeu o ofício de comunicação, e o carro partiu.

— Que crime cometeu este preto? — Perguntei a um oficial.

— É um alienado.

Grande foi o abalo que me deu essa simples resposta. Esperava um maníaco ou gatuno, que tivesse lutado e perdido as calças. Sempre era alguém. Mas um pobre homem doido, que daí a pouco estaria no hospício, era um desgraçado sem personalidade, um organismo sem consciência. E fiquei triste, fiquei arrependido de haver passado por ali, quando a cidade é assaz grande e todos os caminhos levam a Roma. Às vezes basta um sucesso desses para estragar o dia e eram apenas dez horas da manhã. Não podia andar sem ver o carro, duas pernas nuas, dois praças que as metiam no carro... Desviava os olhos, dobrava uma esquina, mas aí vinham os praças e as pernas. A visão perseguia-me.

De repente, bradou-me uma voz de dentro: “Mas, desgraçado, examinaste bem aquele preto? Sabes qual é a sua loucura?” A princípio não dei atenção a esta pergunta, que me pareceu tola, porquanto bastava que as ideias dele não fossem reais para serem a maior desgraça deste mundo; a curiosidade de saber o que efetivamente pensava o alienado fez-me entrar no cérebro do infeliz. Qualquer outro acharia já nisto um princípio de alienação mental; mas a presunção que tenho de imaginar as coisas que andam na cabeça dos outros, e acertar com elas algumas vezes, deu-me ânimo para a tentativa.

Lembrou-me que o preto, posto que sem calças, não era precisamente um *sans-culotte*. Tinha um ar mesclado de sobranceira e melancolia. Não se opusera à entrada no carro, nem tentou sair, não falou, não resmungou. Os olhos que deitou para fora eram, como acima disse, plácidos. Suponhamos que ele acreditava ser o grão-duque da Toscana. Tanto melhor se já não há os ducados; era a maior prova da força imaginativa do homem.

Assim, em vez de ser levado em carro de polícia, ia metido no esplêndido coche ducal, tirado por duas parelhas de cavalos negros. A rua da Assembléia, por onde subiu, apareceu-lhe larga e limpa, com vastas calçadas, e muitas senhoras nas janelas dando vivas a Ernesto XXIV; era provavelmente o nome deste grão-duque póstumo. No largo da Carioca fizeram-lhe parar o coche, diante da bela estação da Companhia de Carris do Jardim Botânico. Uma porção de senhoras, abrigadas da chuva, à espera dos bondes, saudaram respeitosamente a sua alteza. Sem sair do coche, Ernesto XXIV admirou o edifício, não só pelo estilo arquitetônico, como pelo conforto interior.

Chegado à rua do Lavradio, apeou-se à porta da secretaria da polícia. Tapetes, em vez de pontas de cigarros, receberam os pés do grão-duque,

conduzido para o salão dos embaixadores, enquanto redigiam uma alocução. Cansado de esperar, ordenou que lhe levassem a alocução onde o achassem, e saiu a pé. Na praça Tiradentes viu a própria estátua na de Pedro I, e admirou a semelhança da cabeça, não menos que o brio do gesto. Depois de fazer a volta do gradil, foi convidado por uma comissão a entrar e repousar na estação dos bondes de Vila Isabel; aceitou e não gostou menos deste edifício que do do largo da Carioca. Achou até que os bancos de palhinha de Vila Isabel eram preferíveis aos bancos da Companhia Jardim Botânico, estofados e forrados de couros de Córdova. Ao sair, deixou paga a passagem de mil pessoas indigentes.

Já então muito povo o acompanhava. Descendo a rua do Ouvidor, não deixou de notar que era excessivamente larga.

— Uma rua destas — disse Ernesto XXIV —, não pode exceder de duzentos metros de largura. Também não pode ter uns cinco ou seis metros, como se fosse um beco dos Barbeiros ilustrado. Não é que os becos estejam fora da civilização; ao contrário, toda civilização começa, moralmente, por um beco. Mas os becos, estreitos em demasia, servem antes ao mexerico, ao boato, à crítica mofina etc. Com um piscar de olhos de uma calçada à outra indica-se uma senhora ou um cavalheiro que passa, e a facilidade do gesto convida à murmuração. Há mais a desvantagem de se atopetar depressa e com pouco. Não se dirá isto da rua do Ouvidor; mas assim tão larga, que mal se distinguem as pessoas de um para outro lado, traz perigo diverso e perde talvez na beleza...

Falando e andando, ordenou que o conduzissem à Câmara dos deputados. A multidão o levou até lá, entre aclamações. A mesa, logo que soube da presença do grão-duque, mandou recebê-lo, e daí a pouco sentava-se sua alteza na tribuna do corpo diplomático. De pé, a Câmara inteira saudou com vivas o ilustre hóspede, e, a um gesto deste, continuou a discussão de um projeto relativo ao câmbio. “Desta tribuna, senhores...” continuou o orador; e Ernesto XXIV, guiando o binóculo que lhe dera um camarista, viu efetivamente o orador no alto da tribuna. A lei que se discutia, proposta pelo dito orador, tinha por objeto fazer baixar o câmbio, cuja alça afigurava-se a alguns antes um mal que um bem. E o orador citava anedotas pessoais:

— Tudo o que se vendia por alto preço, há dois meses, longe de ficar nele, como presumiam ignorantes, vai baixando de um modo, não direi vertiginoso, mas rápido. Ontem deixei de comprar um chapéu alto por 5\$000; perguntando ao chapeleiro que razão tinha para pedir tal vil preço por um objeto importado e quando o câmbio estava abaixo do par, explicou-me que a elevação do câmbio a 34 permitia-lhe comprar barato os objetos do seu uso, e não seria justo nem econômico exigir agora por um chapéu mais do que lhe custavam as calças e as gravatas. (*Apoiados e não apoiados*).

UMA VOZ. — E por que não comprou v. ex. o chapéu?

— Respondo ao nobre deputado que por um motivo superior ao meu próprio entendimento. (*Nenhum rumor*). Sinto, receio, assombra-me a possibilidade de ver tudo a decrescer tanto no preço, que se dê nova crise econômica, ainda não vista ou prevista.

Indo a entrar em votação o projeto, Ernesto XXIV deixou a Câmara e procurou a Intendência municipal. Achou o edifício sólido e asseado. Os empregados estavam alegres com o pagamento adiantado que lhes fizeram dos vencimentos de três meses. Estranhando este costume, ouviu do prefeito que ele se perdia na noite dos tempos e explicava-se pelo excesso de dinheiro que havia nas arcas da prefeitura. Pagas todas as dívidas do município, calçadas e reformadas as ruas, desentulhada a praia

da Glória de um princípio de ponte que ali ficou, e a enseada de Botafogo de um esboço de muro com que se queria alargar a praia, seria desastroso suspender tão velho uso de fazer adiantamentos aos empregados em proveito de quê? Em proveito do bolor, que é o que dá no dinheiro parado.

— Sim, confesso que...

— Não pôde acabar. Cerca de cem mil pessoas vieram aclamar o gentil grão-duque da Toscana, que honrava assim as nossas plagas. Ernesto XXIV ouviu e proferiu discursos, recebeu uma taça de ouro, com dizeres de brilhantes, cinco moças bonitas entre dezessete e vinte anos, para seus amores, sapatos envernizados, anéis, uma comenda...

Quando acabei essas e outras imaginações, perguntei a mim mesmo se o alienado na rua Sete de Setembro era tão infeliz como supusera. Que é para ele uma esteira, um cubículo e um guarda? coxins, um palácio e moças bonitas. Talvez o que presumes serem moças, palácio e coxins não passe de um guarda, uma esteira e um cubículo.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1207-1209).

A crônica apresenta inicialmente um tom narrativo, com a ocorrência de procedimentos literários típicos dessa sequência textual, como, por exemplo, o discurso direto. Os parágrafos que se seguem ao episódio em que o alienado é recolhido descrevem com riqueza de detalhes os pensamentos do cronista, que, imaginando o que se passa na mente daquele homem, inicia o relato de um suposto delírio. Desse modo, a primeira parte da narrativa está voltada para o pensamento do escritor, para o relato inicial da reclusão do louco e as ponderações dela decorrentes. Na segunda parte, focada na imaginação do insensato, e de seu passeio por lugares e instituições do Rio de Janeiro, vemos a total falta de lógica no desencadeamento das ideias e ações. Esse relato inclui cenas bem-humoradas, nas quais o cronista parece zombar da realidade carioca daquele período, incluindo em suas sátiras situações públicas e pessoas, apontando para fatos inusitados, com ares artificialmente aristocráticos, mas com estilo essencialmente brasileiro. No fim de suas divagações, Machado de Assis inverte seu primeiro posicionamento acerca dos sentimentos do louco, questionando inclusive definições a respeito do real e do imaginário.

A revelação inesperada de que o homem levado no carro de polícia se tratava de um alienado parece causar em Machado de Assis intensa inquietação, o que pode ser observado pelo modo como irá descrever o louco: “pobre homem doido”, “desgraçado sem personalidade” e “organismo sem consciência”. Por meio dessa descrição, a loucura é apresentada em toda a sua face negativa, como destitutiva de razão e de identidade, elementos vistos como indispensáveis para o convívio e a felicidade humana. Essa perspectiva torna-se tão evidente no texto, que acaba por envolver o leitor, tornando-o cúmplice do ato narrativo, e levando-o a compartilhar da indignação e da tristeza inicialmente relacionadas ao episódio.

A crônica surgirá, então, como uma tentativa de elucidar o olhar daquele louco, que simultaneamente apresentava-se altivo e melancólico. Como explicitado no texto, o exercício de imaginar o pensamento alheio faz parte da literatura machadiana, interessada em investigar sentimentos e desejos ocultos em decorrência da representação social¹³. O próprio Machado de Assis mostra consciência em relação a essa prática, considerando-se bem-sucedido em grande parte de suas especulações sobre a alma humana.

Supondo que aquele homem de olhar plácido e atitudes resignadas acreditava ser um nobre, o personagem passa, na imaginação machadiana, de um louco ao suposto Ernesto XXIV, grão-duque da Toscana e, a partir daí, a descrição do cenário e a construção de personagens dão sustentação a essa outra realidade. Se no papel de louco era presença indesejada, não alcançando nenhum respeito ou credibilidade, como duque é admirado por todos, experimentando uma ilusão que tornava a vida encantadora e enchia-lhe de alegria e de oportunidades.

Durante a leitura da crônica, torna-se inevitável a lembrança de Dom Quixote, uma vez que, em seu delírio, as atitudes e determinações do duque se assemelham às ações heróicas do cavaleiro medieval. Ambos os personagens são loucos, e sua loucura os eleva a posições privilegiadas, fazendo com que vejam em si mesmos homens importantes e realizadores de grandes façanhas. A realidade do Duque da Toscana é inusitada e reconhece na cidade do Rio de Janeiro ruas largas e limpas, preços baixos no mercado, salários de funcionários públicos pagos com adiantamento, e o progresso representado pelos bondes da Estação do Jardim Botânico. Certamente, o contraste entre esse quadro imaginativo e a realidade vivida pelos leitores da *Gazeta de Notícias* naquele período arrancou risos e direcionou as ideias de todos para as mesmas conclusões a que chegaria Machado de Assis.

Apesar de, no início da crônica, provocar a piedade do leitor em relação à condição que a loucura impõe aos homens, Machado de Assis organiza suas reflexões, em torno da hipótese de que os loucos são verdadeiramente felizes, esquecidos das várias mazelas e infortúnios que lhes permeiam a vida, e afagados pelo amparo da ilusão. Assim, a partir de toda a argumentação tecida, o autor convence seu leitor de que não há mais motivos para que tenhamos pena do louco da Rua Sete de Setembro.

Desse modo, ao reinventarem a sua realidade, os alienados afastam de si qualquer preocupação ou aborrecimento, tornando-se plenos e felizes. Muitos textos literários já abordaram a necessidade de evasão, de esquecermos de aspectos ruins da realidade,

¹³ Esse exercício encontraria, no romance moderno, campo fértil para procedimentos como o fluxo de consciência, ou aquilo que Rosenfeld (2006) chama de “enfocação microscópica”.

adequando-os segundo a nossa imaginação e desejo. Cecília Meireles, por exemplo, no poema “Reinvenção”, irá considerar que “A vida só é possível reinventada.”. Erasmo de Rotterdam, por sua vez, explicará como a demência faz com que surjam ilusões deliciosas, e que, portanto poderia ser considerada um “dom supremo dos deuses”. (ROTTERDAM, 1973, p. 69). Do mesmo modo, numa intertextualidade com o mito da caverna, de Platão, Erasmo irá argumentar no sentido de que não sair da caverna, e continuar vendo apenas a sombra das coisas, é grande felicidade. Desse modo, independentemente de um mundo verdadeiro, cada homem pode ser feliz dentro da sua realidade.

A leitura da crônica evidencia como a ideia de sensatez é comumente relacionada pela sociedade a uma máscara de satisfação e de felicidade. Na verdade, o posicionamento irônico assumido pelo cronista Machado de Assis define a alienação como condição para a felicidade, levando-nos a uma conclusão contrária à do senso comum: o fato de estar a par da realidade reduziria, para o indivíduo, a possibilidade de ser feliz.

Por fim, ironicamente, Machado de Assis irá problematizar, como é recorrente em seus textos que tratam da loucura, sobre o que, de fato, consiste a realidade, a verdadeira natureza das coisas. Desse modo, sugere que não está certo sobre quem detém a verdadeira visão dos fatos cotidianos: se o louco, protagonista de sua crônica, ou se as demais pessoas, tidas como sensatas, incluindo aí até mesmo seu leitor.

Nesse ponto das análises aqui empreendidas, já é possível constatar que as abordagens relacionadas à loucura e ao poder nas crônicas são reincidentes por toda a obra ficcional e não ficcional machadiana. São conexões que identificam como duvidosos os critérios para a classificação da loucura, e que explicitam as relações de poder intrínsecas à existência do louco. Nesse contexto, a máscara, legitimando o teatro social, permite que os indivíduos assumam papéis apropriados aos movimentos sinuosos da sociedade.

Capítulo 2

Sob a máscara da normalidade: uma leitura dos contos “O alienista” e “O lapso”

Loucura, palavra e poder em “O alienista”

O conto “O alienista” foi publicado inicialmente no jornal *A Estação*, no período de outubro de 1881 a março de 1882, sendo ainda naquele ano incluído na coletânea *Papéis Avulsos*, que consolida a experiência artística apresentada por Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880). Mais do que por tratar do tema loucura, o texto, veiculado em um momento histórico, em que a psiquiatria se instituíra na sociedade brasileira¹⁴, é reconhecido pela crítica machadiana por questionar as dimensões de poder do discurso médico e as abrangências desse mesmo discurso, procedendo a uma inversão que aponta para o que se pode reconhecer como “a loucura da ciência”.

Machado de Assis aparenta, durante a construção de sua narrativa, servir-se de ideias da história da loucura, e estar informado acerca da psiquiatria de seu tempo. Nesse sentido, uma visita ao acervo restante da biblioteca do escritor confirma seu interesse por novidades trazidas ao domínio do conhecimento por pesquisadores das ciências naturais. De acordo com Barbieri (2001), encontram-se em seu acervo, hoje localizado na Academia Brasileira de Letras (ABL), os títulos: *Le Philosophie de l'inconsciente*, de Édouard von Hartmann, 1877; *Prolégomènes à la psychogénie moderne*, de Pierre Siciliani, 1880; *L'Homme selon la science* e *La vie psychique des bêtes*, ambos de autoria do Dr. Louis Buchner, editados em 1881; *Lés maladies de la mémoire*, de Théodule Ribot, 1881; e *Physiographie*, de Th. H. Huxley, 1882. Segundo o pesquisador, apesar de escassa, a relação de obras decepciona pela ausência de nomes importantes, considerados como referência para a constituição da psiquiatria. Entretanto, chegar a conclusões exige cautela, já que a autenticidade do acervo é problemática, uma vez que, até sua doação para a ABL, é reconhecido que obras se perderam e que outras podem ter sido acrescentadas pelos herdeiros. Torna-se ainda relevante a observação de que dois dos volumes citados anteriormente, referentes a estudos relativos à psicologia e psiquiatria, se destacam por terem sido muito manuseados pelo autor. São eles: *Le Philosophie de l'inconsciente* (1877), de Hartmann, e *Physiographie* (1882), de Th. H. Huxley.

Segundo Barbieri (2001), a leitura de Siciliani (1880) explicita desde seu primeiro parágrafo a importância da psicologia, uma ciência que surgia como o fundamento de todo o saber filosófico positivo, resultante do cientificismo do período. Portanto, a produção literária

¹⁴ Segundo Muricy (1988), em 18 de Julho de 1841 é inaugurado o Hospício Pedro II, na Praia Vermelha (RJ), sendo que o conto em análise data de 1881. Desse modo, Machado de Assis transpõe as interrogações da realidade para o mundo virtual de Itaguaí.

de Machado retrata possíveis influências de tais estudos e saberes, interessados em sondar os enigmas da alma. Desse modo, personagens como Simão Bacamarte, de “O alienista”, Alferes Jacobina, de “O espelho”, Quincas Borba, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, e o Dr. Jeremias Halma, de “O lapso”, podem, entre outros, ser considerados exemplos de caricaturas das ambições científicas daquele contexto:

Em franca oposição ao que pregava a retórica otimista da época, a mordacidade crítica do narrador machadiano desmonta o aparato de verdades científicas que as mascaravam e abala no leitor os fundamentos de certezas em que assentavam o valor gnoseológico e a eficácia positiva que elas prometiam. (BARBIERI, 2001, p. 338).

No conto em questão, são discutidas questões sociais e políticas de maneira enviesada e irônica, perceptíveis, segundo a crítica, somente a partir da leitura de entrelinhas e indícios. Costa Lima (1991, p. 01) reconhece a poética machadiana assentada no primado do alegórico e, por isso, defende uma raspagem do texto visível. A hipótese levantada pelo autor, em artigo que investiga o conto “O alienista”, é a de que Machado foi um criador de palimpsestos¹⁵. Assim, considera

[...] haver em Machado uma segunda política do texto consistente em compor um texto aparente, “segundo”, capaz de interessar a seus leitores “cultos” pelo sóbrio casticismo da linguagem, seus polidos torneios, suas personagens de pequenos vícios e inofensiva aparência. Sob esses traços, eram deixadas marcas de um texto “primeiro”, que a impressão tipográfica antes velava do que apagava.

Nesse sentido, a escrita de Machado de Assis surge disfarçada sob uma máscara de neutralidade em relação ao objeto investigado. No caso de “O alienista”, o autor sobrepõe traços de verossimilhança histórica a um mundo imaginário. Dissimuladamente, o narrador diz se basear nas crônicas de Itaguaí, fazendo com que o leitor espere que a verdade surja de documentos, criando uma ilusão de que há na narrativa verdade documental. Céptico e mordaz, atento a tendências e manifestações, explora-as em seus textos, retratando o discurso psiquiátrico de fins do século XIX. Para reflexões que giram em torno das noções de discurso, conhecimento e poder na sociedade do período, não irá eleger como cenário do conto o Rio de Janeiro, mas Itaguaí, uma pequena vila, que de forma irônica acentua o experimentalismo de uma ciência diante da inocência da maioria da população, que dá ao discurso médico grande autoridade.

¹⁵ O palimpsesto era um pergaminho, cuja primeira escrita muitas vezes era rasurada para que uma segunda se depusesse sobre as letras apagadas, recuperando o texto primitivo.

O Doutor Simão Bacamarte, descrito como “o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 237), tem a pretensão de, no universo de Itaguaí, classificar a mente humana e de estabelecer critérios rígidos sobre a sanidade mental das pessoas: “O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 239). Entretanto, encontra-se durante todo o texto, a sugestão de que o alienista é na verdade o único alienado, homem totalmente entregue à ciência, que sempre faz escolhas segundo critérios científicos e racionais. Simão Bacamarte elege para esposa Dona Evarista, viúva que, apesar de não ser bonita ou simpática, “reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 237). Todavia, para efetivar sua escolha, o médico deixa de considerar o que seria perceptível até a um leigo: o fato de ela ser uma viúva sem filhos. Bacamarte não duvida da eficácia de seu método, impondo, a partir de consultas a leituras e colegas, uma dieta à esposa, que, por não segui-la, é responsabilizada pela esterilidade. Nesse sentido, a própria história familiar do médico introduz o questionamento da ciência e também de seu agente.

Há ainda de se considerar que, tendo como prioridade os interesses da ciência, Bacamarte mal comia ou dormia, e pouco dava atenção à mulher. Esta, inconformada em ser tão viúva como antes, definhava a olhos vistos. O médico, ao perseguir a mais alta manifestação do saber, acaba se aproximando de uma forma lunática de conceber a realidade. Sua motivação excessiva, uma espécie de hipérbole da razão, obriga o cientista a anular tudo o mais a sua volta. Entretanto, o lugar ocupado por Simão Bacamarte na sociedade itaguaiense, a partir da inauguração da Casa Verde, espécie de réplica do Hospício Pedro II, confere-lhe respeito e poder, tornando por isso, sua mulher, Dona Evarista, uma senhora invejada por todos:

D. Evarista, contentíssima com a glória do marido [...] foi uma verdadeira rainha naqueles dias memoráveis; ninguém deixou de ir visitá-la duas e três vezes, apesar dos costumes caseiros e recatados do século, e não só a cortejavam como a louvavam; porquanto, – e este fato é um documento altamente honroso para a sociedade do tempo –, porquanto viam nela a feliz esposa de um alto espírito, de um varão ilustre, e, se lhe tinham inveja, era a santa e nobre inveja dos admiradores. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 239).

Maria (2005, p. 152) chama a atenção do leitor para o fato de que “[...] há no texto diversas situações em que a linguagem, instrumento de comunicação, revestindo-se de sutilezas retóricas torna-se mecanismo de persuasão.” Assim, a proposta apresentada ao vilarejo, de reunir todos os loucos em um mesmo espaço para estudo e tratamento, incomoda a população, sendo a reação de todos de estranheza e resistência. Entretanto, o discurso científico de Simão Bacamarte é eloquente e desqualifica os que querem ver nele um delirante:

Dali foi à Câmara, onde os vereadores debatiam a proposta, e defendeu-a com tanta eloquência, que a maioria resolveu autorizá-lo ao que pedira, votando ao mesmo tempo um imposto destinado a subsidiar o tratamento, alojamento e mantimento dos doidos pobres. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 238).

Desse modo, para obter licença da Câmara para a construção da Casa Verde, o médico faz uso do poder da palavra, da autoridade do saber científico. A narrativa e o ilustre doutor desenham a loucura por meio da palavra, e Machado de Assis reconstrói um passado histórico em que a Europa, berço do Iluminismo, desenvolveu um modelo de pensamento científico, permitindo formas similares de poder. Necessitando de apoio do Estado, o médico irá, de modo sagaz, buscar aprovação para as suas ideias. A consciência coletiva de Itaguaí partilha da opinião de que o saber da ciência não pode ser questionado. Assim, festas públicas comemoram a inauguração de uma Casa de Orates¹⁶ na vila, sinônimo de modernidade, da ciência e do progresso.

A princípio, o alienista toma como louco todos aqueles que fogem ao padrão social, os que cometem excessos e fogem às regras instituídas, ou seja, todos aqueles que não se enquadram em uma estrutura pré-moldada e tida como normal. Casos de loucos de amor, de mania de grandeza ou monomania religiosa explicam sua teoria: “A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia [...]” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 245). Começa uma classificação por separar mansos e furiosos e posteriormente os subdivide em classes para facilitar sua observação: manias, delírios, alucinações.

Mais tarde, diante da rebelião liderada pelo barbeiro Porfírio com o fim de impedir o funcionamento do manicômio, o alienista irá lançar mão do mesmo poder que desenvolve no plano linguístico. Com impassível segurança, colocando-se acima dos demais, cheio de convicção, energia e serenidade, Bacamarte desequilibra o movimento revoltoso:

¹⁶ Casa de loucos, manicômio.

– Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus. Se quereis emendar a administração da Casa Verde, estou pronto a ouvir-vos; mas se exigis que me negue a mim mesmo, não ganhareis nada. Poderia convidar alguns de vós, em comissão dos outros, a vir ver comigo os loucos reclusos; mas não o faço, porque seria dar-vos razão do meu sistema, o que não farei a leigos, nem a rebeldes. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 254).

Vale ressaltar que, em “O alienista”, mais do que uma caricatura do médico psiquiatra, são considerados por Machado de Assis o poder político e o prestígio de Simão Bacamarte. Este não aparenta ser um cientista maluco, mas alguém altamente capacitado para executar os projetos da ciência. Filho da nobreza e reconhecido até pelo rei de Portugal, tem legitimados seu saber e suas ações, bem como o exercício do poder:

Em todos os passos e vaivens da rebelião, o alienista contou com força vitoriosa: primeiro vem em seu socorro a polícia, o corpo de dragões; com a defecção destes e a vitória do barbeiro Porfírio, a situação de Bacamarte parece desesperada, mas é o mesmo Porfírio vencedor que procura o médico, interessado agora em angariar-lhe o poder que momentos atrás contestara a mão armada; enfim; a intervenção militar ordenada pelo vice-rei restaura Bacamarte em todo o esplendor de seu prestígio, entregando ao hospício todos os revoltosos... além daqueles vereadores que não tinham sabido resistir-lhes. Mais tarde, mudada a teoria (loucos seriam os que cultivam virtudes raras), o alienista não hesitará diante dos maiorais da vila e recolherá à Casa Verde o padre e o juiz-de-fora. (BOSI, 2003, p. 89-90).

A igreja, no conto representada pela figura do Vigário Lopes, inspira receio ao recém chegado médico-psiquiatra, que, para não desagradar às autoridades católicas, adequa a fonte bibliográfica da citação que faz gravar na entrada da Casa Verde, ganhando apoio incondicional dos clérigos:

Como fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doidos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A ideia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontispício da casa; mas, como tinha medo ao vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedito VIII. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 239).

Então, para escapar da censura, o cientista atribui à perspectiva cristã um dado da cultura islâmica. Esse evento pode ser lido com forte conotação irônica e até mesmo humorística, já que o padre não irá perceber a fraude e, satisfeito com a homenagem, fará para Simão Bacamarte um discurso sobre a vida desse “pontífice eminente” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 239). Além disso, a passagem torna-se curiosa diante do fato de que o papa Benedito VIII

(1012- 1024) liderou grandes lutas contra os sarracenos que tentaram, naquele período, ocupar o litoral da Itália.

“A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 244). Com essas palavras, o alienista apresenta ao amigo Crispim Soares a resolução de ampliar o território da loucura e conseqüentemente o número de internos na Casa Verde. Acreditando ser a razão o perfeito equilíbrio de todas as faculdades, expõe argumentos e exemplos que justifiquem sua nova teoria. Apesar de pasmo, o boticário, não por concordar com a ideia, mas por querer agradar, explicita entusiasmo, sendo a ideia louvada como sublime e verdadeira. Esse personagem representa no conto em questão o leigo, a reação submissa frente à soberania do discurso da ciência: “Com efeito as pessoas admiram com prazer maior o que menos compreendem, pois a sua vaidade está nisso interessada.” (ROTTERDAM, 1973, p. 19). Além disso, a relação de amizade estabelecida com o médico o enche de prestígio, o que justifica a bajulação, que segundo Erasmo de Rotterdam (1973, p. 81), “[...] é o mel e o tempero de todas as relações”.

O sistema da matraca, meio de comunicação disponível, foi lembrado por Crispim Soares como eficaz para a divulgação das ideias do alienista. Segundo o narrador:

Naquele tempo, Itaguaí, que como as demais vilas, arraiais e povoações da colônia, não dispunha de imprensa, tinha dois modos de divulgar uma notícia: ou por meio de cartazes manuscritos e pregados na porta da Câmara e da matriz; - ou por meio da matraca. Eis em que consistia o segundo uso. Contratava-se um homem, por um ou mais dias, para andar as ruas do povoado, com uma matraca na mão. De quando em quando tocava a matraca, reunia-se gente, e ele anunciava o que lhe incumbiam. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 244).

O doutor Simão Bacamarte não aceita a sugestão do amigo, mas nesse episódio do conto de Machado de Assis, de modo irônico, é evidenciada mais uma vez a produção de verdades a partir de discursos e da ingenuidade da população, que com absoluta confiança no sistema, dá credibilidade a todas as informações veiculadas. O exemplo apresentado é o de uma figura pública, um vereador do vilarejo, que todos os meses, por meio da matraca, tinha divulgada a fama de domesticar cobras e macacos.

Ao vigário, também é confiada a nova teoria. Embora a considere absurda, o religioso, que cumpre papel de moderador, utiliza-se de eufemismos para expressar sua preocupação. Como explicitado em *Elogio da Loucura*, os sábios “Sabem fazer do branco preto, soprar no frio e no quente e evitar a confusão entre o que sentem e o que dizem.” (ROTTERDAM,

1973, p. 66). A insinuação de que a ideia não merecesse execução é sobreposta pelo impacto do silêncio e do desprezo do cientista. Desse modo, “A ciência contentou-se em estender a mão à teologia – com tal segurança, que a teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 245). Tal atitude, em que a igreja dá as mãos ao progresso científico, revela que o padre tem a preocupação de estar bem com o poder constituído, e ainda explicita o fato de que a religião se apresenta, no período, tímida e declinante diante da ciência. Compreendida como autêntica religião por Bacamarte, a ciência é apresentada sob o formato de dogmatismos e inflexibilidade diante do estabelecimento de “verdades”, que serão aos poucos desconstruídas na ficção machadiana. Diálogos exemplificam uma disputa velada entre o vigário e o alienista, e sinalizam circunstâncias em que a ciência tende a sobrepor suas explicações às explicações divinas sobre assuntos diversos.

O barbeiro Porfírio exemplifica o poder que corrompe. Após liderar a Revolta dos Canjicas e assumir o governo da vila, o personagem coloca seus interesses individuais acima dos interesses públicos e, assim, depois de conquistar o poder, irá procurar Bacamarte para estabelecer um acordo: “Unamo-nos e o povo saberá obedecer” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 259). Do mesmo modo, o boticário, depois de um conflito moral, também decide passar para o lado dos rebeldes, pois percebe que Simão Bacamarte será derrotado: “[...] o boticário caminhou resolutamente ao palácio do governo, não à casa do alienista. Ali chegando, mostrou-se admirado de não ver o barbeiro, a quem ia apresentar os seus protestos de adesão, não o tendo feito desde a véspera por estar enfermo”. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 258).

À psiquiatria coube, no século XIX, a tarefa de diagnosticar a loucura, tomando como base para tal diagnóstico o desvio em relação à norma, legitimando, deste modo, a interferência do científico na história do indivíduo e da própria sociedade. Nesse período, a loucura é detectada no nível da vontade, no comportamento que extrapola as normas. O olhar do médico é inquisidor e se volta para o indivíduo e para a sociedade. A loucura, pensada do ponto de vista da conduta, em consonância com a norma instituída, faz da medicina psiquiátrica um exercício de poder do estado:

Na instância do literário, Machado reproduz criticamente as relações que se estruturavam a sua volta, no Rio de Janeiro de final de século, momento em que a medicina social articulava-se enquanto instituição autônoma, servindo aos interesses reguladores do Estado como peça fundamental e não mais como engrenagem secundária do poder. O olhar atento e judicioso de Simão Bacamarte, investigando em cada gesto dos moradores de Itaguaí e adjacências, a sombra de um sintoma de demência, é a imagem metafórica amplificada do olhar médico que – identificando-se com o de um cientista social – privilegia o funcionamento da sociedade como o objeto de sua ação

e do seu controle, no momento em que a medicina social se constitui como agente normalizador do Estado. (MARIA, 2005, p. 156-157).

Machado de Assis mostra, desse modo, o quanto o indivíduo pode se tornar vítima de poderes outorgados a diferentes instâncias, como a ciência ou uma câmara de vereadores. “Pode-se perceber no humor de ‘O alienista’ uma crítica perspicaz às intenções controladoras da nascente psiquiatria brasileira em relação à população, bem como uma compreensão exata das alianças recíprocas entre ela e o poder político.” (MURICY, 1988, p. 36). Nesse sentido, o conto em análise, suscita o mesmo questionamento que posteriormente seria proposto por Foucault (2004, p. 55):

É esse modo de percepção que cabe interrogar a fim de saber qual foi a forma de sensibilidade à loucura de uma época que se costuma definir através dos privilégios da Razão. O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, [...].

A vigilância estabelecida em torno dos habitantes de Itaguaí provoca pânico geral, pois a qualquer momento se corria o risco de ser recolhido à Casa Verde, conforme a vontade do alienista, médico e déspota, que começa a encarcerar pessoas apenas por apresentarem certos caprichos, como, por exemplo, o gosto por emprestar dinheiro e a vaidade: “tudo era loucura” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 261). Considerando o caráter volúvel de suas ideias e práticas, percebe-se em Machado de Assis a mesma problematização que seria abordada por Foucault em seus estudos acerca das “verdades”, discussões que perpassam suas publicações pertencentes aos eixos arqueológico e genealógico.

É ressaltada, portanto, de modo satírico, por Machado de Assis, a importância de se fazer parte da verdade pública. Nesse sentido, segundo Bosi (2003, p. 92), o autor trabalha com a ideia de que “É preciso apartar do convívio público todo aquele que se diferencia, de algum modo, da norma instituída, da aparência dominante”: “Todo o tempo que lhe sobrava dos cuidados da Casa Verde, era pouco para andar na rua, ou de casa em casa, conversando com as gentes, sobre trinta mil assuntos, e virgulando as falas de um olhar que metia medo aos mais heróicos.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 243).

Assim, explicita-se a existência de normas e padrões sociais que funcionam como uma lei invisível à qual se deve obedecer, sem se atentar para o ilógico que possam conter. Ao fugir a um padrão de normalidade instaurado pela sociedade como sendo o domínio da razão, “[...] o transgressor atrai sobre si um olhar coletivo carregado de desconfiança e o pressuposto de uma desrazão ou demência.” (MARIA, 2005, p. 244). Até mesmo a esposa do médico,

Dona Evarista, foi recolhida durante um período à Casa Verde, sob o diagnóstico de mania sumptuária: “[...] o furor das sedas, veludos, rendas e pedras preciosas que manifestou, logo que voltou do Rio de Janeiro.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 261). A figura do albardeiro Mateus, recolhido à Casa Verde por ficar contemplando sua casa ricamente construída e mobiliada, considerada a mais grandiosa de toda Itaguaí, exemplifica como a classe em ascensão não ingressa na alta-roda, no círculo dos notáveis, que ri de sua fortuna, como se ela fosse falsa. A riqueza sem tradição ou título de nobreza não lhe dá respeito social: “O dinheiro andava casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga.” (FAORO, 2001, p. 15). Assim, ironicamente, motivos variados e de implicações diversas são utilizados por Bacamarte como pressuposto para as internações.

O texto de Machado de Assis possibilita recordar que, no século XVII, em Paris, fundou-se o Hospital Geral. O estabelecimento era responsável pela ordem nas ruas e, dentro dos seus limites, os diretores dispunham de celas para a imposição da ordem. Também nomeavam um médico, mas é sabido que não se tratava de um estabelecimento médico, mas antes de tudo uma entidade administrativa, responsável por julgamentos e execução das penas: “Soberania quase absoluta, jurisdição sem apelações, direito de execução contra o qual nada pode prevalecer – o Hospital Geral é um estranho poder que o rei estabelece entre a polícia e a justiça, nos limites da lei: é a terceira ordem da repressão.” (FOUCAULT, 2004, p. 50).

Vale ressaltar que, no final do século XIX, é recorrente nos textos de ficção o personagem do sábio revestido de mistério, envolto numa aura de magia e um quê de loucura, já que a ciência estava fundamentada em hipóteses e intuição. Mistura entre saber e misticismo. Nesse sentido, a figura do cientista apresenta certo distanciamento do meio social e poucas relações afetivas que confirmam sua aparente frieza de homem da ciência. Rodeado por intrigas, inveja, e hipocrisia, Simão Bacamarte havia, segundo seu próprio projeto científico positivista, moldado seu corpo, disciplinando-o apenas às paixões de um sábio. Sempre moderado, ao receber a esposa que vem de férias no Rio de Janeiro, permanece “frio como um diagnóstico, sem desengonçar por um instante a rigidez científica [...]” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 249).

A preocupação classificatória dos psiquiatras do final do século XIX, segundo as ideias positivistas, é também representada e ironizada no conto, bem como as técnicas de vigilância e controle:

Uma vez desonerado da administração, o alienista procedeu a uma vasta classificação dos seus enfermos. Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou a às subclasses, monomanias, delírios, alucinações diversas. Isso feito, começou um estudo apurado e contínuo; analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; inquiria da vida dos enfermos, profissão, costumes, circunstâncias da revelação mórbida, acidentes da infância e da mocidade, doenças de outra espécie, antecedentes na família, uma devassa, enfim, como a não faria o mais atilado correedor. E cada dia notava uma observação nova, uma descoberta interessante, um fenómeno extraordinário. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 241).

Desse modo, a Casa Verde tem a mesma organização e objetivos dos asilos do século XIX estudados por Foucault em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), sendo o papel do internamento, por meio do controle do tempo, dos espaços e atividades, reduzir a loucura à sua verdade, reconduzir o homem, podendo-o curar. Assim, a ordem disciplinar é uma condição para a observação e a cura. Ainda como o previsto pelo pensador em seus estudos, o médico da Casa Verde tem um círculo de funcionários que o auxiliam na administração do asilo, e em seu exercício de poder.

Itaguaí pode ser considerada também como um reflexo local do modelo da revolução política no século XIX: “a Revolução Francesa, com seu Terror, sua Restauração, suas revoltas locais, ambições, vaidades, sua crença em slogans e metáforas cintilantes [...]” (GLEDSON, 2006, p. 50). No texto, são apresentadas referências à tomada da Bastilha, sendo que a Casa Verde, considerada por alguns como cárcere privado, é comparada, no discurso persuasivo do líder da revolução, a uma espécie de “Bastilha da razão humana” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 252). As pessoas que acompanharam o barbeiro Porfírio, na “Revolta das Canjicas”, são comparadas pelo narrador aos revolucionários de Paris que tomaram a Bastilha. Vale lembrar que alguns dos revoltosos seriam posteriormente recolhidos pelo psiquiatra ao hospício. Curiosamente, o francês Michel Foucault, em capítulo de *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), que trata do nascimento do asilo, também irá comparar Bicêtre à Bastilha, considerando que ambos os espaços surgem como prisões que assombram a imaginação. O hospital dirigido por Pinel enfrentava problemas políticos, pois também, diante da Revolução, “A certeza de que inocentes haviam sido internados com os culpados e pessoas com razão entre os furiosos há muito tempo já fazia parte da mitologia revolucionária.” (FOUCAULT, 2004, p. 465).

O alienista passa a detectar sintomas de doença mental mesmo quando eles se apresentam sob a aparência da normalidade. O delírio classificatório é invertido e o médico solta os “loucos” e prende os sãos. Esses também são classificados: “Fez-se uma galeria de

modestos; isto é, os loucos em quem predominava esta perfeição moral; outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de simples, outra de leais, outra de magnânimos, outra de sagazes, outra de sinceros, etc.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 265). O médico, então, tenta curar a qualidade predominante em seus pacientes e, para tanto, utiliza a arbitrariedade de quem detém o poder, configurando-se numa espécie de ditador científico. Nesse sentido, a leitura de “O alienista” traz à lembrança o personagem de *Dom Quixote*, já que ambos os protagonistas, Simão Bacamarte e o cavaleiro de triste figura, travam lutas contra moinhos de vento. Tais combates se baseiam em delírios, em ideias que se constituem em ilusões, culminando em fins trágicos. Ambos, idealistas incansáveis, resistem às pressões em nome de princípios elevados, os quais norteiam seu discurso e sua ação. Assim como Dom Quixote, Simão Bacamarte é um leitor apaixonado, não pelas novelas de cavalaria, mas por estudos científicos que possam fundamentar suas pesquisas. Pode-se, inclusive, considerar que toda a loucura de ambos os personagens surge dos livros, a construir em seus espíritos uma ideia fixa, um heroísmo desproporcional que pretende consertar o mundo. Para o médico alienista, não falta sequer um escudeiro nos moldes de Sancho Pança, sendo que essa figura servil e medrosa pode ser representada pelo boticário da vila, Crispim Soares.

No final do texto, Bacamarte convoca um conselho de amigos e o discurso do bom senso é privilegiado. Assim, Machado de Assis “[...] foi capaz de denunciar as contradições de um saber que se postula absoluto, embora não dê conta de apreender questões fundamentais para a sua própria constituição.” (MARIA, 2005, p. 163). Numa atitude zombeteira da narrativa, a opinião dos leigos, que consideram o médico humanamente perfeito, fundamenta o diagnóstico: o próprio médico constituía um caso patológico. Vale lembrar a insensibilidade e a pretensão do personagem, que não desconfia das respostas dos amigos, os quais lhe respondem de maneira conveniente. Loucura e lucidez são, então, apresentadas como duas faces de uma mesma moeda.

Foucault, que apresentou novas formas para se pensar o presente, realizou em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) duas críticas: ao internamento como única solução para se lidar com a loucura e ao domínio exercido pelas concepções médicas em seu tratamento. Do mesmo modo, em produções subsequentes, trata do discurso científico e das relações de poder que produzem verdades e silenciam os demais discursos. Assim sendo, pode-se perceber no conto inúmeros pontos que se ligam às ideias do pensador, como a articulação entre o saber médico e as práticas de internamento com instâncias sociais como a política, a família e a justiça. Ambos, Machado de Assis e Foucault, apresentam a psiquiatria não como

libertadora, mas como processo de dominação, exemplificando o poder disciplinar, o poder médico e da ciência.

Enxergando longe e tornando perceptíveis suas ideias, Machado de Assis problematiza os tratamentos psiquiátricos e sua eficácia. Sua investigação dita psicológica desemboca, por um lado, na crítica à confiança cega na ciência, nas orientações positivistas e no racionalismo. Assim como faria Foucault, desmistifica o psiquiatra como figura que cuida e liberta o louco, sinalizando a loucura e a ciência em sua face política: “O hospício é a Casa do Poder, e Machado sabia disso bem antes que o denunciasse a antipsiquiatria.” (BOSI, 2003, p. 88). Retrata ainda, uma sociedade repleta de egoísmo, da vaidade, do oportunismo, das máscaras sociais e também das arbitrariedades do poder. Apesar do ceticismo amargo apontado por alguns, deve ser ressaltado o bom humor com que trata essas questões.

As relações de poder referentes ao contexto sócio-histórico da época permeiam todo o texto, sendo apresentadas de forma crítica e reflexiva. Nesse sentido, Ivan Teixeira (2008) defende a tese de que, em “O alienista”, há, apoiada no motivo da loucura, a verdadeira temática do texto: o poder. Assim, “O texto incorpora a insânia como condição para discutir não apenas o exercício, mas a constituição da autoridade.” (TEIXEIRA, 2008, p. 111). O conto retrataria, pois, em diferentes âmbitos a disputa pelo poder: a autoridade médica, religiosa, política e popular, além da função social da imprensa que participa da formação da opinião pública.

O personagem Simão Bacamarte traz a imagem da autoridade do saber científico e o prestígio da figura do médico na sociedade brasileira. O barbeiro representa a luta para alcançar e se manter no poder. O psiquiatra é, ainda, um alienado, já que propaga um discurso da época, em que crê piamente, assim como faz toda a população de Itaguaí, que toma o discurso médico como verdade absoluta.

Segundo o narrador, Itaguaí não fazia caso dos dementes, que permaneciam sem nenhum tratamento ou assistência: “Assim, é que cada louco furioso era trancado em uma alcova, na própria casa, e [...]; os mansos andavam à solta pela rua.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 238). Entretanto, na Casa Verde, “[...] os parentes tiveram ocasião de ver o carinho paternal e a caridade cristã com que eles iam ser tratados.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 239). Desse modo, o asilo psiquiátrico surge como espaço destinado à cura, regeneração, “assistência” e “consolo” de um tipo especial de enfermos, os da razão, incompatibilizados com as disciplinas requeridas pela ordem social. Esses indivíduos estavam sob o comando de “especialistas” da modalidade médica que então se inaugurava. Machado de Assis escreve “O alienista” em um

contexto em que o Brasil começava a construção do saber psiquiátrico¹⁷, uma ciência nova, matéria ainda mal explorada, cujo mérito seria o de produzir uma higienização do espaço social urbano. O médico Simão Bacamarte torna-se símbolo da ciência e da maneira racional-científica de pensar o mundo, enquanto que a cidade de Itaguaí configura-se como objeto sobre o qual a racionalidade fria e impessoal do cientista reconhecerá e tratará os casos de loucura e desequilíbrio mental.

Como personificação da ciência, o médico se coloca ideologicamente como verdade inquestionável, e a escolha de uma cidade pequena favorece o objetivo específico de ter em suas mãos um ambiente cuja observação pudesse ocorrer do modo mais controlado possível. A vila torna-se, então, o laboratório para sua busca obsessiva pela resposta ao enigma da loucura. Entretanto, o personagem Simão Bacamarte elabora o conceito de insensatez revestido de um cientificismo experimental e alicerçado sobre princípios morais. Pode-se deste modo, relacionar a figura de Simão Bacamarte às dos cientistas citados por Foucault em *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), tendo em vista que desenvolvem um mesmo trabalho, fundamentalmente, de ordem social:

Acredita-se que Tuke e Pinel abriram o asilo ao conhecimento médico. Não introduziram uma ciência, mas uma personagem, cujos poderes atribuíram a esse saber apenas um disfarce ou, no máximo uma justificativa. Esses poderes, por natureza, são de ordem moral e social; estão enraizados na minoridade do louco, na alienação de sua pessoa, e não de seu espírito. Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, é porque a domina; e aquilo que para o positivismo assumirá a figura da objetividade é apenas o outro lado, o nascimento desse domínio. (FOUCAULT, 2004, p. 498).

Entendendo que a superioridade do homem está no saber, Simão Bacamarte presume o domínio da técnica do diagnóstico e tratamento das doenças mentais, o que lhe dá o poder de agir sobre os loucos da cidade, não como pessoas, mas como objetos em que seriam experimentadas suas teorias. Assim, Machado de Assis também faz discussões em relação ao assujeitamento do louco. Desse modo, já inquieta o leitor para a “[...] violência que representa o gesto de se destituir de seu próprio ser uma outra pessoa. Gesto que é precedido ou acompanhado de outras pequenas agressões diárias ou de absurdas e radicais agressões.” (MARIA, 2005, p. 306). O desfecho do conto aponta o asilo psiquiátrico como instituição repressiva e arbitrária, que, por meio de uma falsa postura humanista, apenas contribui para a exclusão e violência em relação ao sujeito considerado anormal.

¹⁷ Vale ressaltar que no conto “O alienista”, de Machado de Assis, não são utilizados ainda termos como *psiquiatra* ou *psiquiatria*.

Em “O alienista”, uma reinvenção da realidade, são bem exploradas as potencialidades do texto literário. Assim, por meio de um processo de significação irônico e alegórico, tem-se o olhar crítico de Machado de Assis frente às questões de seu tempo, que evidencia através da virtual Itaguaí e do médico-psiquiatra Simão Bacamarte o questionamento da ciência, satirizando o discurso científico. Ao apresentar o protagonista, um alienado sob uma máscara de sensatez, o autor sinaliza, ainda, para uma ironia final, a tese de parecer haver mais loucura na pretensão de estabelecer com nitidez limites entre razão e loucura, do que em perder-se em seus supostos limites.

A figuração da loucura é uma das linhas de força de “O alienista”, mas não a única tampouco a principal. A denúncia irônica da ciência e a exploração humorística da loucura exercem função secundária em argumento mais importante na dinâmica da história. Apoiado no motivo da insânia, o tema central do conto é a disputa pelo poder, por meio da força de imposição do discurso científico a um público destituído dos dogmas anteriores e que precisava de certezas, reencontradas, agora, nas afirmações incontestáveis da ciência.

Humor e ironia: linhas curvas¹⁸ em “O lapso”

Atentando-se para os eixos comuns dessa abordagem em que a razão enlouquece, passa-se à análise do conto “O lapso” (1883), que também apresenta como protagonista um médico. Apesar de suas especificidades em relação à apresentação das temáticas do saber, do poder e da loucura, nota-se que, assim como em “O alienista”, há na narrativa a presença de uma máscara de sensatez. Desse modo, busca-se verificar como o agente da ciência apresentado nos textos machadianos veicula ideias insensatas como verdades científicas, abrindo espaço no campo do literário para discussões críticas e questionadoras.

A leitura de “O lapso” evidencia um caso curioso de esquecimento. Tomé Gonçalves, completamente esquecido de pagar aos seus devedores, terá diagnosticada pelo médico, Jeremias Halma, não uma falha moral, mas uma doença: o lapso de memória. Entretanto, o leitor não sabe o que pensar de Tomé Gonçalves, uma vez que o modo como é regida a narrativa, por meio de um discurso cerimonioso, mas repleto de uma ingenuidade dissimulada, faz com que se torne claro um tom de anedota. Assim, o narrador, marcando a

¹⁸ A expressão “linha curva” foi utilizada, metalinguisticamente, por Machado de Assis no título de seu conto “Linha reta e linha curva”, pertencente à coletânea *Contos Fluminenses* (1870). Nesse texto, o olhar machadiano elucida o percurso tortuoso de uma conquista amorosa, podendo o leitor vislumbrar a correspondência entre a estrutura e o conteúdo do conto.

ambiguidade de seu texto, chama a atenção para o fato de que há incerteza acerca do comportamento do personagem: “O descuido podia explicar os seus atrasos, a velhacaria também; mas quem opinasse por uma ou outra dessas interpretações, mostraria que não sabe ler uma narração grave.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). O foco narrativo, que parece pretender a imparcialidade, não é totalmente confiável. Maliciosamente, desde o princípio da narrativa, o narrador também apresenta lapsos, deixando lacunas ou levantando apenas hipóteses acerca de detalhes importantes da história a ser contada, como, por exemplo, as circunstâncias que trouxeram o médico estrangeiro ao Rio de Janeiro: “Não me perguntem pela família do Dr. Jeremias Halma, nem o que é que ele veio fazer ao Rio de Janeiro, naquele ano de 1768, governando o conde de Azambuja, que a princípio se disse o mandara buscar [...]” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). Do mesmo modo, o narrador oscila ao afirmar que Tomé Gonçalves exercia naquele tempo o cargo público de vereador: “[...] um tal Tomé Gonçalves, homem abastado, e, segundo algumas induções, vereador da câmara.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). A partir da utilização de elipses, o autor negaceia desde o início da narrativa na apresentação dos personagens e do enredo, o que ressalta seu caráter irônico e a dissimulação de sentidos. O leitor sente a necessidade de uma leitura reflexiva, que preencha tais lacunas intencionais, e vai ao longo do texto gerando significados para o não-dito: “Dr. Jeremias era simples, lhano, modesto, tão modesto que... Mas isto seria transformar a ordem do conto.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). Nesse sentido Schwarz, apresentaria a tese do narrador volúvel, isto é, do narrador que a todo momento está se desidentificando da posição que ocupava na frase anterior, no parágrafo anterior, no capítulo anterior ou no episódio anterior. Ao descrever Tomé, o narrador de “O lapso” utiliza a opinião de outras personagens, manipulando todas as informações com maestria.

O conto foi publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias* em abril de 1883, sendo no ano seguinte editado na coletânea *Histórias sem data*, livro machadiano em que, segundo Cardoso (2008), se acentua nas narrativas a presença de uma segunda história alegórica e irônica, que se esconde sob uma primeira aparentemente despretensiosa, com o objetivo de decifrar o homem e suas camadas morais. O texto partilha com “O alienista” o motivo da ciência, e parece também resultar de reflexões suscitadas por leituras de cunho psiquiátrico, publicações do cientificismo positivista do século XIX. Nesse sentido, como já apontado nesse trabalho, pesquisadores têm percebido como problemática a autenticidade do acervo da biblioteca de Machado de Assis, disposta hoje na Academia Brasileira de Letras (ABL). Na leitura de “O lapso”, por exemplo, o leitor encontra uma citação literal retirada de uma obra

não relacionada na biblioteca, *Essais choisis*, livro de ensaios de Charles Lamb publicado entre 1823-1833:

A teoria de Charles Lamb acerca da divisão do gênero humano em duas grandes raças é posterior ao conciliábulo do Rocio; mas nenhum outro exemplo a demonstraria melhor. Com efeito, o ar abatido ou aflito daqueles homens, o desespero de alguns, a preocupação de todos, estavam de antemão provando que a teoria no fino ensaísta é verdadeira, e que das duas raças humanas – a dos homens que emprestam e a dos que pedem emprestado – a primeira contrasta pela tristeza do gesto com as maneiras rasgadas e francas da segunda, *the open, trusting, generous manners of the other*. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 354).

Por outro lado, ao consultar os volumes da biblioteca do autor, em busca de fontes de interlocução com a ficção machadiana, Barbieri (2001) irá encontrar em *Les maladies de la mémoire* (1881), de Ribot, discussões que parecem servir como fundamento para a produção do conto em questão. Nesta obra, o referido autor desenvolve uma teoria acerca das falhas parciais de memória, defendendo a existência de um parcelamento de funções, e não de uma faculdade unitária. De acordo com essa perspectiva, seria aceitável que uma função desaparecesse enquanto outras atividades mnemônicas continuassem inalteradas. Faltando-lhe estudos sistêmicos acerca da estrutura e funcionamento da linguagem, que poderiam orientar uma classificação, Ribot se limita a apresentar a origem e evolução de alguns casos.

Vale lembrar que Vianna (2001) reconhece não ser uma prática comum a Machado de Assis fazer considerações nas margens dos textos lidos, entretanto, verifica que a prática de marcação de leitura pode ser observada em mais de 10% da coleção. Nesse sentido, encontra-se assinalado em Ribot (1881), página 7, o capítulo “A memória como fato biológico”; e as páginas 74 e 75 do capítulo “A amnésia geral” são marcadas com fita de leitura. Desse modo, podemos observar que:

Em franca oposição ao que pregava a retórica otimista da época, a mordacidade crítica do narrador machadiano desmonta o aparato de verdades científicas que as mascaravam e abala no leitor os fundamentos de certezas em que assentavam o valor gnoseológico e a eficácia positiva que elas prometiam. (BARBIERI, 2001, p. 338).

Por meio de recursos expressivos como o humor e a ironia, percebe-se que, na literatura de Machado de Assis, há um desmanche das verdades veiculadas pela ciência. O médico Jeremias Halma representaria a ingenuidade do cientificismo positivista, marcando a posição contrária do autor ao evolucionismo oitocentista, e ao culto do progresso e da ciência. As narrativas direcionam o olhar do leitor para a dúvida e para o questionamento, e diminuem

a credibilidade dada ao científico. Ao desconfiar da seriedade de ideias apresentadas, passa a considerar a possibilidade de que a ciência seja também uma forma de insensatez:

Se com a pena da galhofa relativiza o “século de maravilhas” rindo-se das certezas do cientificismo, de seu culto ao progresso, não é sem melancolia que o autor olha para “a diferença e a vulgaridade do [...] século”. Seu ceticismo em relação ao pensamento liberal e à racionalidade burguesa é o filtro crítico com que acolhe a entrada dos valores da modernidade européia no Brasil. O caminho feliz dessa crítica passou muitas vezes pela ironia às inovações da medicina. Passagem inevitável já que a medicina foi, entre nós, o veículo da modernização. (MURICY, 1988, p. 14).

Nesse conto, Machado apresenta, em perspectiva humorística, uma espécie de espírito de zombaria sobre a realidade burguesa. Acreditando que a comicidade se acentua quando surgem vícios de caráter, “Todo desvio é cômico.” (BERGSON, 1987, p. 77), o desmascaramento social de “O lapso” favorece uma visão cética e irônica, pois o humor da narrativa instaura-se a partir do “ser” e do “parecer”. O leitor apreende o jogo entre verdade e mentira, face às máscaras sociais. Não se pode negar que a consciência individual molda-se conforme as conveniências no processo de adaptação e sobrevivência à realidade e que, portanto, a essência humana se reduz à aparência e ao desempenho de papéis fictícios no cenário social. Contudo, em Machado de Assis, é necessário evitar uma leitura que pressuponha um padrão moral assumido e fixado, já que não há valores absolutos. O bem e o mal, o certo e o errado, são apresentados na literatura machadiana como perspectivas ambíguas de uma escala de valores arbitrária e de verdades que se justificam pela adaptação às conveniências sociais. Assim, diria Carlos Drummond de Andrade (1978, p. 238-239) em poema dedicado a Machado de Assis:

Todos os cemitérios se parecem,
e não pousas em nenhum deles, mas onde a dúvida
apalpa o mármore da verdade, a descobrir
a fenda necessária;
onde o diabo joga dama com o destino,
estás sempre aí, bruxo alusivo e zombeteiro,
que revolves em mim tantos enigmas.

Foucault, ao investigar a questão da constituição dos saberes em discursos qualificados como verdadeiros a partir da desqualificação de outros, compartilha de tais ideias, ao dizer que o discurso, tudo o que podemos discutir ou saber, não é um meio transparente que “espelhe” o mundo. Deste modo, o conhecimento é reconhecido como um conjunto de declarações que não poderá ser classificado como falso ou verdadeiro em um sentido objetivo,

mas apenas a partir da perspectiva de algum grupo ou instituição. Essas perspectivas ou conhecimentos são uma função das relações de poder, e somente poderiam ser avaliados a partir do questionamento de suas condições históricas, de seus efeitos, dos interesses a que servem e das relações de poder defendidas. Assim, segundo Foucault (2006, p. 12):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Semelhanças são encontradas entre o texto científico *Les maladies de la mémoire*, editado em 1881, e o conto machadiano, veiculado em 1883. Assim, de acordo com as conclusões a que chega Barbieri (2001), a terminologia científica de Ribot aplica-se ao personagem Tomé Gonçalves, que sofria de uma “desordem da memória”, definida como “uma forma de amnésia parcial”, manifestada pelo sintoma da afasia, podendo esta ser permanente ou transitória. Felizmente, a do personagem é diagnosticada pelo Doutor Jeremias Halma como curável.

Imitando a forma retórica do discurso da ciência, Machado de Assis, leitor de Ribot (1881), parece realizar uma paródia da argumentação médica. Desse modo, um exemplo de lapso de memória, apresentado em *Les maladies de la mémoire* (1881), o de um homem que, não reconhecendo sua mulher, dizia-lhe precisar ir para junto da esposa e dos filhos, ganha uma nova configuração no conto. O médico Jeremias ao tentar convencer dois credores da eficácia do tratamento que poderia oferecer, conta-lhes como curou uma senhora que havia perdido a noção do marido: “[...] a princípio confundia o marido com um licenciado Matias, alto e fino, quando o marido era grosso e baixo; depois com um capitão, D. Hermógenes, e, no tempo em que comecei a tratá-la, com um clérigo. Em três meses ficou boa.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 355). Assim, Barbieri (2001, p. 343) conclui que,

Enquanto a exposição do psicólogo apresenta-se com gravidade de quem pretende ter alcançado uma nova verdade científica, e para enunciá-la, necessita elaborar um discurso coeso e convincente, a narrativa do ficcionista desmascara, sob a aparência de falsa seriedade, a inconsistência da construção monolítica e presunçosa.

Desse modo, apesar de prevalecer a ambiguidade, os exemplos apresentados tornam a explicação cômica. Tem-se a impressão de que é cômodo para os personagens usar a

aparência de doente psíquico para realizar desejos normalmente reprimidos pela sociedade, uma vez que de um louco tudo se espera e se compreende. Assim, torna-se evidente ao leitor o tom humorístico e crítico presente na narrativa. Ainda na epígrafe do conto iniciam-se as insinuações. O leitor encontra um trecho bíblico do livro do profeta Jeremias: “E vieram todos os oficiais... e o resto do povo, desde o pequeno até ao grande. E disseram ao profeta Jeremias: Seja aceita a nossa súplica na tua presença. Jerem. XLII; 1-2” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). Com alguns cortes, Machado de Assis adequou o trecho ao contexto satírico do conto, em que o cientista-psiquiatra e o profeta bíblico têm o mesmo nome. O Doutor Jeremias Halma passa a ser visto como um profeta da psiquiatria, ou melhor, como profeta da alma, uma alusão ao seu sobrenome. Nos textos machadianos, será recorrente a utilização de nomes sugestivos, que acabam por exercer papéis importantes na estrutura da obra e na composição de personagens. No caso de Jeremias Halma, o nome próprio contribui para a descrição de aspectos do personagem e do ambiente que lhe cerca.

A figura bíblica de Jeremias é a de um justo sofredor. Na Bíblia, o povo lhe pede que interceda por eles junto a Deus. Apesar de alcançarem ajuda, não retribuem a atitude benévola do profeta. O mesmo acontece no conto, pois o personagem auxilia os credores já aflitos com as dívidas em aberto e ganha como recompensa apenas uma irônica beatificação, e nenhum pagamento.

O parentesco entre esse relato e o de “O alienista” reforça a atitude crítica do autor frente à ciência. Em ambos os casos o cientista é vítima de sua ciência: Simão Bacamarte acaba internando-se como o verdadeiro demente, e Jeremias Halma é o único a não alcançar pagamento, seja de Tomé Gonçalves, já curado, seja de algum de seus credores, beneficiados com a cura. Donos de tantos saberes, os dois médicos saem da Europa, vindo a morrer na obscuridade das terras brasileiras. Entretanto, podem-se observar especificidades, como o fato de Simão Bacamarte de “O alienista” ser brasileiro, enquanto Jeremias Halma, de “O lapso” é apresentado como um estrangeiro: um holandês. A partir da descrição de tais personagens, não passa despercebido, ao leitor atento, um retrato feito do quadro nacional, em que se reiteram a esperteza e o preparo do brasileiro para o enfrentamento do cotidiano e para a manipulação. A presente análise irá evidenciar que personagens sem nenhum conhecimento acadêmico, profissionais liberais, como o cabeleireiro, o sapateiro e o alfaiate, superam o médico Jeremias Halma no traquejo social em diversas situações. O estrangeiro “Dr. Jeremias era simples, lhano, modesto [...]” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352). Assim, conclui-se que, para Machado, aparentemente o “saber” não está ligado de forma direta ao poder, como o ditado

popular propaga. Jeremias Halma possuía vastos conhecimentos, e seu diploma deveria conferir-lhe autoridade e status:

[...] sabia toda a química do tempo, e mais alguma; falava coerentemente cinco ou seis línguas vivas e duas mortas. Era tão universal e inventivo, que dotou a poesia malaia com um novo metro, e engendrou uma teoria da formação dos diamantes. Não conto os melhoramentos terapêuticos e outras muitas coisas, que o recomendam à nossa admiração. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 352).

Ao fazer referência a algumas profissões, Erasmo de Rotterdam, em *Elogio da Loucura* (1973, p. 61-62), irá considerar que, dentre todos os profissionais, o médico, agente da ciência, tem sido reconhecido como o mais importante, alcançando grande respeito na sociedade. Entretanto, ironicamente, irá defender a tese de que a medicina tem, em seus representantes, homens que muitas vezes não passam de indivíduos ignorantes, desastrados e até mesmo aventureiros. Desse modo, o pensador revela uma concepção acerca da proximidade existente entre a medicina e a loucura, e conseqüentemente sobre o teor insensato de muitas ações justificadas pela ciência médica.

Curiosamente, o médico Jeremias não possuía destreza, não apresentava a capacidade de articulação necessária para um homem de sua posição. Verifica-se, desse modo, a importância da argumentação e de como a palavra tem, na sociedade, papel definidor nas relações de poder. Ironicamente, o médico que tratava a afasia de Tomé Gonçalves parecia sofrer de mal semelhante, não sendo capaz de cobrar pelos serviços prestados: “Mas, ai dele! a modéstia atou-lhe a língua. Tão expansivo era de coração, como acanhado de maneiras; e planejou três, cinco investidas, sem chegar a executar nada.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 357). Nesse sentido, Bergson (1987, p. 77) observa que “Não é raro que um personagem cômico censure certa conduta em termos gerais e lhe dê logo o exemplo.”

Tal constatação pode ser confirmada, ainda, no conto, a partir da observação do comportamento dos outros personagens, representantes da classe dos prestadores de serviços: o sapateiro, o cabeleireiro e o alfaiate. Estes, intrigados com a possibilidade apresentada pelo Doutor Jeremias, de que Tomé Gonçalves sofra de uma doença, organizam uma reunião com quase quarenta credores, definida pelo narrador como um “conciliábulo de rasgo pitoresco e teatral” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 354). Isso porque o grupo, temeroso de que o encontro parecesse ao intendente de polícia ter conotação política, configurando-se numa conspiração contra o Estado, toma precauções, inventando um bom e inocente pretexto para o evento, para onde se dirigiram à noite, usando capotes e lanternas. Após longo debate, chegam à resolução

de procurar o médico, ficando responsáveis pela negociação as mesmas figuras organizadoras daquele conciliábulo.

Os três são recebidos de maneira simpática pelo Doutor Jeremias. A figura do Mata sapateiro merece destaque, tendo em vista que, em alguns pontos, toma a narrativa. Como principal negociador, em suas argumentações apela à emoção, é convincente, e demonstra ter o poder da palavra: “Foi o Mata sapateiro quem expôs a questão; era dos três o que reunia maior cópia de talentos diplomáticos.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 355). Mesmo sem posição social privilegiada, terá o domínio da palavra e conseqüentemente, durante a narrativa, exercerá papel de líder. Como todos os outros, tem medo de questões ligadas ao cenário político e da justiça, da opinião pública que sempre fica do lado dos mais fortes, e de se indispor com pessoas bem sucedidas.

O tratamento utilizado pelo médico contempla dois procedimentos distintos: a prescrição de um remédio milagroso, que restaura na mente o campo semântico danificado, e o exercício da contemplação dos gestos esquecidos; por isso, “O médico levava o doente às lojas de sapatos, para assistir à compra e venda da mercadoria, e ver uma e muitas vezes a ação de pagar.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 357). Nesse ponto, o leitor pode novamente estabelecer relações entre os nomes dos personagens e referências bíblicas. Basta lembrar que São Tomé, em sua aparição mais famosa do Novo Testamento, João 20:24-29, precisa ver e tocar as chagas de Jesus para convencer-se de sua ressurreição. Curando Tomé Gonçalves, Jeremias restabelece a tranquilidade social, mas é inevitável a indagação quanto à validade do tratamento que continua a resultar em débito. Deste modo, Machado de Assis evidencia, no conto, o questionamento da ciência e de seu agente, dando voz cômica à racionalidade científica. O médico, que ocupa na sociedade papel de respeito, possuindo credibilidade frente à ingenuidade das pessoas, é ironicamente comparado ao profeta, apresentando um discurso que é visto, naquele período, como a verdade incontestável e eterna da ciência. A observação das relações sociais também explicita a posição do personagem Tomé Gonçalves, que além de abastado ocupava o cargo de vereador, o que justifica o cuidado com que seus credores continuam a tratá-lo. O medo de desagradar uma pessoa tão importante mantém uma espécie de contrato, impede as cobranças, destacando descrições de comportamentos e perfis que definem as diferentes classes. Apesar de não receberem e estarem aflitos, continuavam a emprestar e o débito aumentava, pois, por causa do receio. Nenhuma daquelas pessoas procurou à justiça, pelo contrário, a única tentativa ou sentimento de esperança veio com as palavras do médico, de seu diagnóstico. Assim, encontraram uma forma de agir sem a exigência de um confronto direto.

A memória, como uma capacidade de fixação de informações, pode ter nas funções psíquicas uma primeira referência, entretanto, mais do que um mecanismo biológico e individual, representa um processo intrinsecamente relacionado à natureza social do homem, às suas formas de vida e organizações. Muitas são as discussões acerca da relação entre lembrança e esquecimento ou sobre a dimensão efêmera da memória, já que a capacidade de esquecer apresenta muitas funções. Serve como referência de tempo, pois as lembranças tendem a se tornar, a partir desse distanciamento, mais difusas, como instrumento de adaptação a novos aprendizados a partir da supressão de antigos padrões, e ainda como forma de aliviar a ansiedade decorrente de experiências dolorosas. Nesse sentido, “A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado [...] e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.” (STERN, 1957, p. 253 apud BOSI, 2003, p. 68). Assim, “[...] os psicanalistas e os psicólogos insistiram quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual.” (LE GOFF, 1994, p. 426).

Todos os personagens do conto parecem adotar atitude dissimulada em defesa de seus próprios interesses. Nesse sentido, a Loucura, personificada no texto *Elogio da Loucura*, explicitaria que sua influência é determinante para que as relações interpessoais sejam bem sucedidas:

Em suma, se não fosse eu, até agora amizade alguma seria agradável, ou teria continuação qualquer ligação. O povo não suportaria por muito tempo o seu príncipe, o criado o seu amo, a mulher o marido, o empregado o patrão, o estudante o professor, o amigo o seu amigo, nem o hospedeiro o hóspede, se entre eles não houvesse a ilusão, o engano recíproco, a adulação, a convivência prudente, em suma, o lenitivo da Loucura. (ROTTERDAM, 1973, p. 42).

Tomé Gonçalves, sob uma máscara de doente e do esquecimento, evita o pagamento de suas dívidas; seus credores, com máscara de ingênuos e de crentes na ação desinteressada e científica do médico, fingem não notar o desejo de Jeremias Halma em receber seus honorários pelo serviço prestado; e o próprio médico aparece, ao leitor, sob uma máscara de sensatez. Sem questionamentos, as pessoas lhe dedicam certa admiração, mas suas teorias e procedimentos apresentam um tom de anedota, que pode ser considerado equivocado ou até mesmo insensato.

Nesse conto, não se pode apenas falar em um lapso, como evidencia o caso de Tomé Gonçalves, paciente do Doutor Jeremias Halma, portador de amnésia seletiva, doença que o faz esquecer de saldar dívidas. Outros lapsos permeiam a história: o do narrador, explícito pelo modo de composição da narrativa, marcada por recuos, avanços, pausas, elipses e reticências; o lapso do médico, explícito por meio de uma espécie de afasia; o lapso dos credores, que não se preocupam com o pagamento do Doutor Jeremias. E, por fim, vale ressaltar o próprio lapso da ciência, já que o tratamento utilizado pelo médico ironicamente resulta falho: “[...] a verdade é que o Tomé Gonçalves, no dia em que falecera, tinha um só credor no mundo: o Dr. Jeremias.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 357).

Uma forte relação entre Literatura e Ciência aparece no decorrer da narrativa de “O lapso”. Desse modo, no conto analisado, encontram-se noções acerca dos estudos científicos da memória, mesmo que no texto o tema possa ser apenas um pretexto para ironias e reflexões acerca da ciência positivista e dos comportamentos sociais dissimulados. O atento olhar de Machado de Assis lançado sob a conduta humana coloca a medicina, e o seu representante, sob uma máscara de insensatez, problematizando suas ações e discursos.

Capítulo 3

O discurso da loucura e a máscara da insensatez em “A segunda vida” e “Entre santos”

Interfaces da alienação em “A segunda vida”

“A segunda vida” (1884), conto também pertencente à coletânea *Histórias sem data* (1884), possibilita uma análise diferenciada das realizadas até esse ponto da pesquisa, pois viabiliza a explicitação do próprio discurso da loucura e da forma como esta é entendida pela sociedade em geral. Assim, tendo como motivação uma suposta “reencarnação”, um personagem do texto é reconhecido como louco, oferece risco, é considerado como ameaça, e tem sua palavra classificada como inverossímil. No entanto, algumas das reflexões desse alienado podem ser consideradas pertinentes e coerentes em relação à alma e à existência humana, o que traz o entendimento de que, por trás de uma máscara de insensatez, muitas vezes colocada por uma sociedade, pode haver uma determinada parcela de “razão”.

Machado de Assis parece apresentar em “A segunda vida” uma versão para o mito de Er, descrito inicialmente por Platão no Livro X da *República*. Er, morto em uma batalha, consegue retornar do Hades, tendo como missão ser mensageiro junto aos homens de tudo o que fosse observado no mundo dos mortos. Além de presenciar o modo como os injustos pagavam penas pelo o que houvessem realizado, toma conhecimento de que as almas voltavam à terra, sendo livres para escolher um modelo de vida, bem como as condições nas quais viveriam. Tendo em vista que poderiam optar por itens como poder, riqueza ou sabedoria, eram advertidas de que teriam total responsabilidade por suas escolhas, devendo, portanto, fazê-las com grande prudência e reflexão. Antes do retorno, em que partiriam cintilando como estrelas, as almas eram conduzidas a uma planície onde deveriam, em maior ou menor proporção, beber da água de um lago, água que serviria ao esquecimento. Er não bebe dessa água, e quando volta ao seu próprio corpo pode então contar sua maravilhosa e inusitada história.

No conto machadiano em análise, que começa com um diálogo já em andamento, o leitor vai, por meio do discurso direto, reconhecendo os eventos motivadores do texto. Nesse caso, pode-se dizer que existe uma narrativa dentro da narrativa, já que se mostram dois narradores: um “oficial”, e o outro “delirante”. Um certo José Maria relata ao Monsenhor Caldas ter morrido e nascido novamente: “Como ia dizendo a Vossa Reverendíssima, morri no dia 20 de março de 1860, às cinco horas e quarenta e três minutos da manhã. Tinha então sessenta e oito anos de idade.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 413). Nesse sentido, tal como Er, José Maria alega ter sido recompensado, após a morte, com o retorno à vida e com a permanência de sua memória. O padre mostra-se amedrontado com o temperamento de José Maria, que oscila e utiliza a loucura como justificativa para as atitudes e palavras de seu interlocutor. Por

isso, interrompe a narração e solicita a um preto velho que busque ajuda: “João, vai ali à estação dos urbanos, fala da minha parte ao comandante, e pede-lhe que venha cá com um ou dois homens, para livrar-me de um sujeito doido. Anda, vai depressa.” (ASSIS, 2008, p. 413). Até que chegue a polícia, o Monsenhor irá distraíndo o visitante, que em suas confidências lhe contará como sua morte o levou ao paraíso e como foi surpreendido pela notícia de que sua alma, a de número mil em uma sequência, seria premiada com uma nova vida. Além de uma nova encarnação, lhe é concedida a liberdade de escolha: “podia nascer príncipe ou condutor de ônibus” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414). De início, ele conta ter recusado retornar à vida terrestre, já que considerava sua primeira existência penosa e repleta de infortúnios. Todavia, lembrando-se das palavras do pai, “Quem me dera aquela idade, sabendo o que sei hoje!” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414), dispensa o direito de escolha e declara ser-lhe indiferente nascer rico ou pobre, sendo seu único desejo voltar com experiência. Apesar do riso com que seu desejo foi ouvido, ele insiste, explicando que atribuía à inexperiência a responsabilidade pelas dificuldades vividas, e consegue, enfim, que o seu pedido seja atendido. Ironicamente, será a experiência o motivo do insucesso de sua segunda vida. Considerando a experiência como uma forma de saber, pode-se dizer que, mais uma vez, Machado de Assis desenvolve a noção de que o acesso ao conhecimento pode não representar garantia de poder ou de felicidade.

E a narrativa continua com a confusão que se tornou a vida de José Maria, tomado pelo medo advindo das lembranças da outra vida. O excesso de cautela o impedirá de experimentar a vida. O personagem renasce em cinco de janeiro de 1861 e relata como foi sua segunda infância:

Mamava pouco; chorava o menos que podia para não apanhar pancada. Comecei a andar tarde, por medo de cair, e daí me ficou uma tal ou qual fraqueza nas pernas. Correr e rolar, trepar nas árvores, saltar paredes, trocar murros, coisas tão úteis, nada disso fiz, por medo de contusão e sangue. Para falar com franqueza, tive uma infância aborrecida, e a escola não o foi menos. Chamavam-me tolo e moleirão. Realmente, eu vivia fugindo de tudo. Creia que durante esse tempo não escorreguei, mas também não corria nunca. Palavra, foi um tempo de aborrecimento; e, comparando as cabeças quebradas de outro tempo com o tédio de hoje, antes as cabeças quebradas. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414-415).

Sua juventude também é repleta de restrições: não comia em festas porque se lembrava de indigestões da outra vida, mantinha-se casto por temer apaixonar-se e sofrer de amor e assim por diante. Desse modo, o personagem compara-se ao protagonista da obra de

Alexandre Herculano, *Eurico, o presbítero*¹⁹ (1844), quando diz ao Monsenhor: “Vivo como Eurico, atado ao próprio cadáver...” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 415). O padre diz compreendê-lo bem: “Suponho que vive assim como um pássaro, batendo as asas e amarrado pelos pés...” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 415). A cena é teatralizada, podendo ser entendida pelo leitor como uma confirmação da loucura do personagem. Por fim, José Maria se rende aos encantos de uma jovem viúva, Dona Clemência, e, vencido o medo inicial, faz planos de casamento. O que levaria José Maria a procurar o Monsenhor Caldas parece ser justamente a conturbada relação que estabelece com essa senhora. Os desencontros do casal apaixonado são mais uma vez resultado do excesso de experiência que o rapaz traz consigo em sua segunda vida. Em tudo estão presentes as lembranças ruins da outra vida que o atormentam. Sem saída e dominado pelo medo, acaba, segundo sua própria narrativa, por transformar sua vida e a da companheira num verdadeiro tormento, por meio de desconfianças, ameaças de suicídio e até mesmo alucinações. Ainda sob a semelhança que percebe entre si e Eurico, dirá: “Para ver o quanto é feliz a comparação, basta a aventura que me traz aqui, um caso de consciência, uma paixão, uma mulher, uma viúva, D. Clemência.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 415). Entretanto não é esclarecido pelo personagem o que houvera feito para ter um problema de consciência. Essa é uma das elipses da narrativa, que dá abertura à constatação de que poderia haver um motivo oculto para a aparência insana com que se apresenta ao Monsenhor. Em outro momento o narrador pontua como o personagem “Confessava ao padre que, realmente, não tinha até agora lucrado nada; ao contrário, perdera até, porque fora levado ao sangue... Ia contar-lhe o caso do sangue.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 417). O caso de sangue não é descrito como anunciado no trecho citado, o que instaura a ambiguidade no texto e abre novas possibilidades de interpretação para o conto. A insinuação de que José Maria havia feito algo contra Clemência também é forte no final da narrativa, quando o personagem relata que, numa noite, ao despertar de um pesadelo que o deixa à beira da loucura, encontra a mulher diante de si e reconhece nos olhos dela o mal.

Machado tece, no conto, por meio do personagem José Maria, elogios a um poeta, “Bom poeta, o padre Caldas²⁰. Poesia é um dom, eu nunca pude compor uma décima”. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414). E, em outro trecho: “[...] não sou poeta, Monsenhor, não ousa

¹⁹ A ação da obra *Eurico, o presbítero* ocorre durante a invasão árabe. Eurico, um godo (alemão), apaixona-se por Hemengarda, mas o pai da moça opõe-se ao casamento. Triste, Eurico se torna um presbítero. Com a invasão Sarracena o jovem abandona o hábito e se torna militar, convertendo-se num cavaleiro misterioso que se destaca por suas façanhas. Reencontra a amada, o amor ressurge, mas havia o empecilho do voto de castidade. O casal decide-se pela separação. Ela então enlouquece, enquanto ele atira-se a uma batalha suicida.

²⁰ O cônego Fernandes Pinheiro, em seu *Curso elementar de literatura nacional*, de 1862, descreve o poeta Sousa Caldas como pioneiro da escola romântica no Brasil.

descrever-lhe as magnificências daquela estância divina” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 413). Enquanto o personagem nega seu talento para a escrita literária, o que faz Machado senão utilizar com requinte as diversas possibilidades da linguagem? Ressalte-se o uso de figuras como a ironia e a metáfora, geradoras de ambiguidades e sentidos nos textos machadianos. O autor apresenta em “A segunda vida” (1884), de maneira artística, reflexões para algo que nos escapa. Fala de como seria a vida ocupada por uma emoção virtual, da necessidade da ilusão e da convivência com o desconhecido. Assim, no texto em análise, não querer correr os riscos da existência, substituir a vivência pelo conhecimento prévio, leva o protagonista à dor e ao desequilíbrio.

Como já observado neste estudo, a escrita machadiana tende a atender diferentes leitores, uma vez que, por meio de palimpsestos, abre diferentes possibilidades de interpretação. Como Orfeu, que graças ao acorde de sua lira consegue retornar da morada dos mortos, José Maria, nessa narrativa insólita, narra as desventuras de sua segunda vida. Mas seria o personagem realmente um louco? Comentários enunciativos do Monsenhor Caldas geram ambiguidade em relação à loucura de José Maria. Já a dissimulação do padre é revelada, pois a focalização interna executada pelo narrador onisciente desmascara o personagem: “Enquanto esperava o auxílio policial, Monsenhor Caldas desfazia-se em sorrisos e assentimentos de cabeça, espantava-se com ele, alegrava-se com ele, política útil com os loucos, as mulheres e os potentados.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414). Nesse sentido, José Maria também poderia estar fingindo, uma vez que a figura do Monsenhor poderia ser considerada a de um potentado, ou seja, de uma autoridade. A aparência insana poderia estar sendo utilizada, nesse contexto, com objetivos diversos. Em contraposição à sua descrição, que parece ser a de alguém pouco lúcido: “Era um homem de trinta e poucos anos, pálido, com um olhar ora mole e apagado, ora inquieto e centelhante.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 414), o próprio Monsenhor Caldas não deixa de admirar a imaginação de José Maria, notando-lhe ainda a polidez com que conta a sua história, o que coloca em dúvida a loucura do personagem: “[...] apesar dos rompantes mórbidos, tinha maneiras. Quem diabo podia ser esse homem?” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 416). Apesar da eloquência, o padre irá concluir que o outro trazia sinais de loucura, pois, quanto mais narrava sua história, mais se alterava: “Monsenhor aprovava de cabeça, ao mesmo tempo afiava as orelhas para ver se ouvia passos na escada.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 415).

Diversas outras passagens do conto confirmam a ansiedade do Monsenhor Caldas em relação à chegada dos policiais, que lhe livrariam dos riscos e transtornos oferecidos pela presença do transtornado José Maria. Tal desejo traz à lembrança o rito da idade média,

representado na tela *A nau dos loucos*, de Bosch, em que um barco afastava do convívio toda linguagem que destoasse dos padrões. O personagem que narra sua segunda vida é reconhecido como um transgressor das normas religiosas instituídas, atrai um olhar coletivo carregado de desconfiança, e o pressuposto da desrazão ou demência, precisando, por esse motivo, ser mantido a uma certa distância.

Em alguma medida, o texto machadiano sempre suscita uma discussão sobre possibilidades de leitura. Apesar de em nenhum momento ser citada a palavra espiritismo, há no conto referências a elementos espíritas, como a reencarnação e o esquecimento do passado. Assim, a análise desse conto pode ainda revelar diálogos machadianos com a doutrina espírita. Pesquisas revelam, principalmente a partir de crônicas publicadas em jornais, que a relação de Machado de Assis com o espiritismo foi marcada por pareceres irônicos e ácidos. Fruto de um olhar que contesta, seus comentários a respeito da doutrina estão enraizados em terras de desconfiança e descrença. Em alguns de seus contos, como “A segunda vida” (1884) e “Uma visita de Alcibiades” (1882), chegou a ilustrar a doutrina por meio de personagens considerados insanos, já que a loucura associada à doutrina espírita era um pensamento recorrente, sobretudo na Europa do século XIX. Ubiratan Machado, autor de *Os intelectuais e o espiritismo* (1996), faz uma análise bastante crítica sobre a intransigência, como ele diz, de Machado de Assis contra o espiritismo. Em *Esaú e Jacó* (1904), Machado de Assis dá vida à cabocla do Castelo, estereótipo do espírita brasileiro, fusão entre práticas negras, catolicismo e espiritismo, no período imperial brasileiro.

Sob esse viés, torna-se relevante, para uma análise do conto “A segunda vida” (1884), a observação de que, no *Livro dos Espíritos* (1857), obra básica da doutrina espírita, a questão de número 392 problematiza os motivos que levariam um espírito a perder a lembrança de seu passado. E apresenta a seguinte resposta: “Não pode o homem, nem deve, saber tudo. Deus assim o quis em sua sabedoria. Sem o véu que lhe oculta certas coisas, ficaria ofuscado, como quem, sem transição, saísse do escuro para o claro. Esquecido de seu passado, ele é mais senhor de si.” (KARDEC, 1995, p. 181). Nesse sentido, o esquecimento das vidas passadas é um dos preceitos da doutrina espírita, a qual ensina que a alma não deve se lembrar de sua encarnação passada para o seu próprio bem. Machado de Assis, na narrativa em análise, acaba por, indiretamente, concordar com Kardec quanto a esse aspecto, pois, se José Maria enlouqueceu com as lembranças da vida passada que lhe atormentavam a existência presente, isto prova que é melhor que o homem não se lembre de nada. Desse modo, as reflexões suscitadas no texto machadiano conduzem ao pensamento de que conhecimento não produz felicidade.

Curiosamente, José Maria morre em 1860, data que, segundo Maldonado (2008) seria utilizada para determinar a chegada do espiritismo no Brasil. Allan Kardec publicou o *Livro dos Espíritos* em 1857, na França, e logo a notícia desse lançamento chegou ao Brasil. Também nesse ano de 1860, Casimir Lieutaud, diretor do Colégio Francês, publica *Les temps son arrivés*, profissão de fé publicada em terras brasileiras, porém, escrita na língua pátria de seu autor. Estes fatos servem para nos mostrar que, no ano em que morria o fictício José Maria, o espiritismo dava seus primeiros passos no Brasil, e que Machado de Assis, atento a tudo o que acontecia ao seu redor, não deixou de incluir o assunto em seus textos.

Em uma de suas crônicas, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 7 de junho de 1889, Machado diz que José Basílio Moreira Lapa, um amigo espírita, enviou-lhe previsões feitas por ninguém menos que Nostradamus. Esta crônica classifica o espiritismo por etapas, comparando o processo de aperfeiçoamento do adepto na doutrina com a progressão da demência. A primeira, na qual dizia estar seu amigo, seria aquela em que há uma inclinação ao obscuro, mas o indivíduo ainda dispõe de razão – o problema seria que, nessa fase, os espíritos respondem menos às evocações. E continua em sua análise: “A segunda fase do espiritismo é muito melhor. Depois de 4 ou 5 anos (prazo da primeira), começa a pura demência. Não é vagarosa nem súbita, um meio-termo, com este característico: o espírita, à medida que a demência vai crescendo, atira-se-lhe mais rápido.” (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 867). E salienta que, para melhor resultado na evocação, é preferível o maníaco ao são, e o doido varrido ao maníaco, ou seja, quanto maior o grau de demência do evocador, mais prontamente os espíritos atenderiam aos chamados e melhor seria a comunicação. Allan Kardec certamente já havia recebido esse tipo de acusação quando compilou as informações que resultaram no *Livro dos Espíritos* (1857), pois, no item XV da introdução do referido livro, defende a doutrina das denúncias de que ela provocaria a loucura em seus seguidores:

Todas as grandes preocupações do espírito podem ocasionar a loucura: as ciências, as artes, a própria religião fornecem seus contingentes. A loucura tem por causa primeira uma predisposição orgânica do cérebro que o torna mais ou menos acessível a certas impressões (...) Digo, pois, que o Espiritismo não tem nenhum privilégio sob esse aspecto; mas, vou mais longe: digo que, bem compreendido, é um preservativo contra a loucura. (p. 51).

Machado de Assis fazia parte do meio jornalístico e fez, a seu modo, do espiritismo, uma notícia da qual se ocupou por diversas vezes em sua carreira de cronista e escritor e, ainda que não fosse médico, também considerou o espiritismo uma doença, uma perturbação mental, capaz de conduzir os acometidos por ela aos sanatórios. Por muito tempo, a questão

da loucura faria parte das críticas contra o espiritismo. Nesse sentido, o *Jornal do Comércio* publicaria, em 13 de dezembro de 1874, uma matéria com o objetivo de criticar o espiritismo, acusando-o de fazer loucos, de acordo com consenso da época:

[...] vem a propósito passar a um assunto grave e tristonho: o da influência do Espiritismo, que vai-se generalizando de modo assustador. O Espiritismo vem produzindo loucos. É uma epidemia mais perigosa que a febre amarela. De tempos em tempos vem-nos a notícia de que de que mais uma vítima tombou no abismo. Uns fetiches asiáticos e outros africanos exigiam sangue, Allan Kardec exige a razão. [...] Fizeram de Allan Kardec um Deus e é um Deus de sombras que vai envolvendo em trevas e na dúvida a todos os princípios de moral e religião.

A literatura machadiana pode ser reconhecida como eco da realidade de seu tempo. Nesse caso, o conto faz reflexões sobre as bases da doutrina, e abre discussão acerca de uma polêmica da época: o espiritismo torna as pessoas melhores ou as influencia negativamente? Há a sugestão de que José Maria teria passado da crença para um estágio de alucinações. Assim, no conto em questão, a loucura parece ser retratada como resultado da crença religiosa. Desse modo, podemos concluir que a máscara de insensatez era comumente colocada em quem acreditasse e divulgasse preceitos da doutrina espírita. Temos, portanto, como hipótese para a leitura desse conto machadiano, a ideia de que o discurso da loucura situa-se onde não está reconhecida a verdade, onde não há poder. Com seus textos, Machado lançou dúvidas sobre o espiritismo, sugerindo a hipótese do charlatanismo, zombando da obscuridade da doutrina, que poderia ter a intenção do embuste.

Cabe dizer que várias foram as restrições e críticas feitas ao lançamento do *Livro dos Espíritos* no Brasil, em abril de 1875, tendo sido a doutrina espírita responsabilizada por desequilíbrios mentais e vista como um processo de indução à loucura:

Por falar em maus livros, obriga-me o dever de crítico a dirigir algumas palavras de estranheza ao primeiro editor que conta o Brasil; e a cujos louváveis esforços se tem devido a publicação das melhores obras de que se honra a literatura nacional no período de mais de dez anos. Intuitivo é que quero falar do amabilíssimo livreiro, o Sr. B. Garnier, que, cedendo a instigações de interessados, ou não pensando assaz no mal que com a sua condescendência poderia fazer, tem dado à estampa os devaneios de ALLAN KARDEC, famigerado apóstolo do – espiritismo – e responsável por tantos desarranjos mentais, sabido que é na natureza humana sempre houve, e infelizmente ainda há, extraordinária propensão para o maravilhoso, que tem o atrativo do fruto proibido, prometendo-nos descortinar novos horizontes, e revelar mistérios insondáveis. (*Jornal Novo Mundo*. Editado nos Estados Unidos em 23 de abril de 1875. Autor: Araucarius, pseudônimo do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Apud MACHADO, 1996, p. 116).

Em crônica veiculada em 19 de julho de 1888, Machado de Assis irá, com ironia, denunciar o mau hábito das pessoas que acreditam em tudo aquilo que não é entendido. Desse modo, sugere que os leitores prestem mais atenção em verdades e anormalidades que, apesar de seu fundo nebuloso, são cordialmente aceitas. E assim, apontando para atitudes entendidas como sensatas, irá propor reflexões acerca da possível farsa do médium norte-americano Dr. Henry Slade, em sua passagem pelo Brasil. O médium, que produzia vários fenômenos de efeitos físicos, enfrentou durante toda a vida diversas acusações de fraude. Confirmando dados que aproximam o espiritismo da loucura, a biografia do Dr. Henry Slade mostra que o médium faleceu num sanatório, em Michigan, em 1905.

No conto “A segunda vida”, há uma progressão do delírio, o personagem fica cada vez mais exaltado, apresenta um riso descontrolado e fisionomia transtornada. A cena final do conto é ambígua: há a sugestão de que o personagem José Maria, armado e muito alterado, agride ou mata o Monsenhor Caldas. O suposto louco pode, ainda, ter sido simplesmente preso pelas autoridades que possivelmente chegam ao local: “Pela escada acima ouvia-se um rumor de espadas e de pés.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 418). Não se pode afirmar, todavia, se toda aquela conversa em tom inverossímil representava a narrativa de um delirante, ou se tinha como único objetivo a confissão do assassinato da esposa Clemência. Portanto, a leitura intriga e resulta em indagações. A história narrada, bem como a linguagem utilizada pelo personagem, é reconhecida como indicador de insânia. Entretanto, os lapsos, as omissões discursivas, as elipses, permitem a circulação de significados e instauram a ambiguidade na narrativa centrada no discurso do personagem José Maria.

O narrador beneficia a ampliação de sentidos, delega voz às personagens e o discurso direto faz prevalecer o ambíguo. A loucura é apenas sugerida pela focalização externa de José Maria e pelas internas do padre, o que aumenta a neutralidade enunciativa e distancia o enunciatário dos fatos. Desse modo, informações são sonegadas: não sabemos qual é o problema de consciência de José Maria, que negócio urgente o levou ao padre, se matou a esposa, são várias as dúvidas.

Em “A segunda vida”, reencontra-se a expressiva abordagem da loucura em Machado de Assis, agora relacionada ao poder nas instituições religiosas. A exploração dessa temática parece atender a um projeto que busca, pela linguagem, desmascarar e pôr em questão as normas e padrões sociais que funcionam como lei invisível, à qual simplesmente se obedece, sem se atentar para o ilógico que possa conter. Por outro lado, o discurso do indivíduo considerando insano pode apresentar ideias coesas. Nesse sentido, como diria Erasmo de

Rotterdam (1973, p. 145), lembrando um provérbio grego: “Mesmo um louco diz muitas vezes coisas acertadas.”

Diante das ideias expostas na presente análise, que considera a trama machadiana ambígua e aberta a diferentes possibilidades interpretativas, considera-se que a perspectiva de uma máscara de insensatez pode ser visualizada no personagem José Maria sob dois pontos de vista distintos. O primeiro considera que o protagonista, um adepto de ideias da doutrina espírita, precisa ser silenciado em seu discurso que ameaça a concepção cristã católica. A máscara da loucura adequa-se, portanto, a um propósito de desqualificar a palavra de um indivíduo que se diferencia, e que incomoda as normas estabelecidas. Por outro lado, no lugar de pensarmos numa insensatez atribuída ou imposta, pode-se considerar que uma máscara de insensatez é escolhida por José Maria, com a finalidade de aliviar ou até mesmo justificar um crime cometido. Tal hipótese surge a partir da insinuação do assassinato de Clemência.

A existência da máscara a partir de suas relações com a loucura e o poder em instâncias religiosas será retomada e também explorada no conto “Entre santos”, texto analisado na próxima seção desta pesquisa.

“Entre santos”: o medo da loucura

Sob esse mesmo viés de análise, serão apresentadas considerações acerca do conto “Entre santos”, veiculado inicialmente na *Gazeta de Notícias*, em 1886, e depois incluído na coletânea *Várias Histórias* (1895). No texto, a discussão acerca da loucura e da utilização das máscaras sociais torna-se ainda mais pertinente, uma vez que um velho padre, protagonista do conto, vive uma experiência inusitada, que racionalmente só poderia ser explicada como delírio ou sonho. Ao relatar com riqueza de detalhes o episódio que lhe parece bastante real, o personagem se envolve em mistérios e ambiguidades, o que sugere ao leitor certa hesitação ou receio do padre em, com sua história, acabar recebendo o rótulo de louco. Nesse sentido, como diria Erasmo de Rotterdam em seu irreverente ensaio sobre a loucura: “É tão louco exprimir uma verdade intempestiva como é imprudente ser de uma sabedoria deslocada.” (ROTTERDAM, 1973, p. 54).

Por meio de uma aparição discreta no início do texto, um narrador principal e suposto autor do conto repassará a palavra ao narrador em primeira pessoa, testemunha do acontecimento surpreendente: “Quando eu era capelão de São Francisco de Paula (contava um padre velho) aconteceu-me uma aventura extraordinária.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 453).

Observa-se que uma terceira instância narrativa surgirá no decorrer do conto, a qual será explicitada mais adiante nesta análise. Torna-se importante ressaltar o fato de que a cena descrita pelo religioso havia acontecido havia muitos anos, no tempo em que o padre ainda era um capelão. Nesse caso, o texto em questão pode ser reconhecido como uma revisitação à memória, como uma tentativa de alcançar uma melhor compreensão de acontecimentos passados. Entretanto, estudos relativos à memória irão considerar a reconstrução do passado como uma tarefa árdua, pois, por mais que uma lembrança pareça nítida, já não é mais a mesma imagem experimentada. O distanciamento em relação aos fatos alteraria percepções e sentimentos, fazendo com que lembrar não seja reviver, mas, sob uma nova perspectiva, repensar os acontecimentos. Assim, durante o mecanismo de recuperação de informações, torna-se comum e compreensível o surgimento de novos pontos de vista, esquecimentos, hesitações, incoerências e até mesmo ambiguidades.

Dando continuidade a sua narrativa fantástica, o velho padre conta que, numa noite, ao verificar as portas do templo, constata a existência de estranhas luzes. Com medo, mas muito intrigado, decide-se por entrar na igreja e investigar os fatos. O suspense aumenta quando o narrador relata ter começado a ouvir vozes tranquilas e claras. Nesse instante, várias possibilidades lhe passam pela mente: pensa em ladrões, e até mesmo em almas penadas, que poderiam ter deixado seus túmulos para participarem de uma reunião. Mas o personagem-narrador aumenta as expectativas do leitor, ao dizer que: “A realidade ia dar-me coisa mais assombrosa que um diálogo de mortos.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 453). Enfim, é feita a revelação de que assistira a um diálogo entre santos que, durante o dia, eram apenas estátuas no templo:

Dois dos três santos do outro lado, S. José e S. Miguel (à direita de quem entra na igreja pela porta da frente), tinham descido dos nichos e estavam sentados nos seus altares. As dimensões não eram as das próprias imagens, mas de homens. Falavam para o lado de cá, onde estão os altares de S. João Batista e S. Francisco de Sales. Não posso descrever o que senti. Durante algum tempo, que não chego a calcular, fiquei sem ir para diante nem para trás, arrepiado e trêmulo. Com certeza, andei beirando o abismo da loucura, e não caí nele por misericórdia divina. Que perdi a consciência de mim mesmo e de toda outra realidade que não fosse aquela, tão nova e tão única, posso afirmá-lo; só assim se explica a temeridade com que, dali a algum tempo, entrei mais pela igreja, a fim de olhar também para o lado oposto. Vi aí a mesma coisa: S. Francisco de Sales e S. João, descidos dos nichos, sentados nos altares e falando com os outros santos. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 453-454).

A estranha visão causaria grande impacto sobre o personagem, que fica completamente sem ação: “[...] diante de tão estranho espetáculo, fiquei absolutamente sem medo; perdi a reflexão, apenas sabia ouvir e contemplar.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454). Perplexo, irá descrever uma atmosfera de completo mistério, um cenário sobrenatural, no qual a luz que emanava dos santos “[...] era como um luar, que ali penetrasse, sem que os olhos pudessem ver a lua.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454). E, acerca das vozes, diria que era: “[...] como se as ondas sonoras tivessem recebido um poder maior de transmissão”. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454).

Nessa atitude de expectador, o capelão percebe que os santos estão conversando acerca das orações e das súplicas dos devotos que lhes procuraram naquele dia. Assim, de modo semelhante à postura do escritor Machado de Assis, interessado em análises psicológicas de seus personagens, aqueles santos estavam empenhados em falar sobre a alma e o caráter dos fiéis, revelando, para além das aparências, as imperfeições e contradições inerentes à condição humana:

Compreendi, no fim de alguns instantes, que eles inventariavam e comentavam as orações e implorações daquele dia. Cada um notava alguma cousa. Todos eles, terríveis psicólogos, tinham penetrado a alma e a vida dos fiéis, e desfibravam os sentimentos de cada um, como os anatomistas escarpelam um cadáver. (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454).

Nesse ponto de seu relato, o padre introduz uma nova perspectiva narrativa, a terceira do conto, aquela que será conduzida pelos santos. Participavam da conversação São José, São Miguel, São João Batista, São Francisco de Sales e São Francisco de Paula, santo ao qual o templo era consagrado. São Francisco de Paula e São João Batista, descritos como duros ascetas, comportavam-se como juízes diante dos réus, e eram os autores dos comentários mais ácidos em relação ao gênero humano, enquanto São Francisco de Sales podia ser reconhecido como o de temperamento mais indulgente. Decepcionado com casos de dissimulação e indiferença religiosa, São João Batista diz: “– Francisco de Sales, digo-te que vou criando um sentimento singular em santo: começo a descrer dos homens.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454). Entretanto, São Francisco de Sales corre em socorro da humanidade, afirmando que os homens não são piores do que eram em outros séculos, e arremata: “[...] descontemos o que há neles de ruim, e ficará coisa boa.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 455).

O diálogo entre os santos, de grande densidade narrativa, aponta para dúvidas em relação à bondade humana, e para uma descrença em relação à sociedade, que nutre amor pelo dinheiro e um grande apego às paixões mundanas. Nesse sentido, são relatados dois casos de

fiéis que, naquele dia, haviam se prostrado diante dos santos em busca de alguma graça. Primeiro, uma devota de São José, adúltera, queria que ele a purificasse da luxúria. Iniciou rezando piamente e sinceramente concentrada, mas, aos poucos, seu pensamento foi-se distanciando, voltando-se para os deleites de seu relacionamento amoroso, e ela afrouxou a reza, que se tornou morna e inconsciente. Por fim, levantou-se e saiu sem pedir nada.

A adúltera vinha pedir ajuda porque havia sido humilhada pelo namorado, havia chorado a noite toda e queria deixá-lo. Não por uma inclinação sincera vinha pedir uma graça, a liberação do pecado da luxúria, mas em função de seu amor-próprio ferido. Entretanto, o amor-próprio ainda é nela uma paixão menor do que o é a luxúria, visto que no meio da oração já esquece as ofensas e parte sem pretender a cura. O condescendente São Francisco de Sales refere-se a ela como uma "pobre alma ferida do mal da terra" (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 455), e parece indicar que se trata de um pecado menos grave, visto que a graça do Senhor ainda a poderia salvar.

Em seguida, São Francisco de Sales expõe o caso de um fiel chamado Sales. Trata-se de um homem de cinquenta anos cuja mulher estava doente, com uma erisipela na perna esquerda. O mal vinha se agravando, e ele já estava ficando muito aflito. Ninguém, entretanto, acreditava que ele pudesse estar sofrendo, pois se julgava que seu único afeto era o dinheiro. Como todos os avaros, guardava seu tesouro em armários fechados a sete chaves, que abria de vez em quando a altas horas, a fim de contemplá-lo, em seguida guardando-o novamente. Também, como eles, vivia mal, comendo apenas para não morrer. Não tinha filhos e apenas uma criada servia a ele e à mulher. Chegou ao ponto de libertar o cadáver de uma escrava, que fez enterrar como pessoa livre e pobre, para não ter que pagar o enterro como seu dono que fora em vida. Não almejava ter representatividade social, nenhuma recreação de família, pois tudo custava dinheiro.

O pedido que fez ao santo ocorreu em conformidade com o seu caráter. Assim, ao dirigir-se à igreja, pensou em oferecer ao santo uma perna de cera em troca da cura da mulher. No decorrer da oração, a perna de cera e a moeda que deveria ser gasta para tanto começaram a dançar em sua mente e ele chegou a ter alucinações. Decorrido certo tempo nesse impasse interior, propôs uma nova transação, prometendo trezentos padre-nossos e trezentas ave-marias. Depois, foi aumentando a cifra e chegou a mil. E não via essas cifras escritas com letras do alfabeto, mas em números. Assim, ficou explícito que a religião do Sales era de ordem econômica, e mesmo a mulher, que representava seu único elo afetivo, estava submetida a essa obsessão maior.

São Francisco de Sales narra o episódio mais longo do conto, e por isso torna-se conveniente investigar os motivos que possam ter levado Machado de Assis a escolhê-lo como voz principal da narrativa. Em paralelo à vida religiosa, esse santo escreveu várias obras de teor cristão, entre elas a obra citada no próprio conto, *Filotéia, ou Introdução à vida devota* (1609): “Não era assim São Francisco de Sales; esse ouvia ou contava as coisas com a mesma indulgência que presidira ao seu famoso livro da *Introdução à vida devota*.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 454). Essa alusão à figura de São Francisco de Sales parece se afinar com a intenção de colocar o julgamento dos homens nas mãos daquele que é considerado exemplo de benevolência. Todavia, se por um lado demonstra grande humanidade e compreensão, por outro há a visão implacável do psicólogo, que retira disfarces e que convoca os outros santos para o riso. Uma leitura da citada obra de São Francisco de Sales pode revelar semelhanças de estilo e de interesses com o texto machadiano. Ao considerar a verdadeira natureza da devoção humana, irá dizer que:

Um pintor por nome Aurélio, ao debuxar seus painéis, costumava desenhar neles aquelas mulheres a quem consagrava estima e apreço. É este um emblema de como cada um se afigura e traça a devoção, empregando as cores que sugerem as suas paixões e inclinações. Quem é dado ao jejum tem-se na conta de um homem devoto, quando é assíduo em jejuar, embora fomite em seu coração um ódio oculto; e, ao passo que não ousa umedecer a boca com umas gotas de vinho ou mesmo com um pouco de água, receoso de não observar a virtude da temperança, não se faz escrúpulos de sorver em largos haustos tudo o que lhe ensinam a murmuração e a calúnia, insaciável do sangue do próximo. Uma mulher que recita diariamente um acervo de orações se considerará devota, por causa desses exercícios, ainda que, fora deles, tanto em casa como alhures, desmande a língua em palavras coléricas, arrogantes e injuriosas. Este alarga cordões da bolsa pela sua consideração com os pobres, mas cerra o coração ao amor ao próximo, a quem não quer perdoar. Aquele perdoa ao inimigo, mas satisfazer as dívidas é o que não faz sem ser obrigado à força. Todas essas pessoas têm-se por muito devotas e são talvez tidas no mundo como tais, conquanto realmente de modo algum o sejam. (SALES, 2008, p. 11).

O livro é considerado revelador dos desconcertos e tendências da alma, das motivações que constituem o caráter e a vida humana. Assim como Machado de Assis, o santo trata de modo elegante as contradições que rondam a alma humana, conferindo leveza estilística a um conteúdo denso e reflexivo.

E os santos riem diante da narrativa de São Francisco de Sales, frente aos labirintos da alma e à fragilidade humana. Em oposição ao riso livre dos deuses, que ressoa no Canto I da *Ilíada* como gargalhadas infinitas, os santos do conto, cuja existência se relaciona ao contexto do cristianismo, têm um riso mais contido: “E os outros santos riram efetivamente, não

daquele grande riso decomposto dos deuses de Homero quando viram o coxo Vulcano servir à mesa, mas de um riso modesto, tranquilo, beato e católico.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 458).

A tentativa do narrador de explicar racionalmente o evento extraordinário vivenciado no passado favorece a presença simultânea de sentidos que dialogam entre si. Dividido entre uma interpretação fantástica e outra realista, estabelece-se no texto uma tensão permanente entre o possível e o imaginado. Desse modo, o ambíguo é instaurado principalmente pela voz narrativa que não se compromete pelo insólito: “Depois, não pude ouvir mais nada. Caí redondamente no chão. Quando dei por mim era dia claro... Corri a abrir todas as portas e janelas da igreja e da sacristia, para deixar entrar o sol, inimigo dos maus sonhos.” (ASSIS, 2008, p. vol. 2, 458). Nesse trecho final, lê-se um paradoxo: ao mesmo tempo que se afirmam os acontecimentos descritos, eles são negados, por não se adequarem à racionalidade. Há prudência e o oferecimento de indícios que tornam a hipótese de sonho plausível. Desse modo, o conto “Entre Santos”, assim como os demais focalizados nesta análise, sustenta a opinião de Schwarz (2000) de que não há frase despreziosa ou sem segunda intenção em Machado de Assis, o que garante o caráter plurissignificativo de seus textos e tramas.

Mas o que se passa com o religioso é um sonho ou uma experiência espiritualista? A instabilidade de pensamento do narrador-personagem resulta em indeterminação e na obscuridade dos fatos, o que impede uma resposta exata a essa indagação. A narrativa-testemunho do padre é indecisa e estabelece relações imprevisíveis, fazendo com que o leitor sinta falta de um narrador onisciente e de focalizações internas provenientes desse tipo de voz. Todavia, não interessa à presente leitura responder tal questão, mas sim elucidar alguns aspectos do conto, resultantes de sua multiplicidade e ambiguidade de significações.

Ao longo de sua obra, Foucault considera os diversos mecanismos utilizados para a exclusão do diferente, que é marginalizado pela lógica do social, tornando-se um ser humano diminuído e destituído de poder. O indivíduo louco se insere nesse grupo, que apenas inspira o receio e a indiferença. De fato, o pensador comprova como a palavra do louco tem sido, ao longo da história, interdita em diferentes instâncias da organização social: a jurídica, a econômica e a religiosa. Nesse sentido,

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; [...] (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

Enquanto a palavra do médico Simão Bacamarte, de “O alienista”, por exemplo, é tomada como instrumento de poder, o discurso do louco, que tem reconhecida sua condição, não alcança credibilidade. Assim, o discurso da loucura se relaciona, a partir de um consenso geral, ao inverossímil, não exercendo poder algum. “Entre santos”, tal qual o conto “A segunda vida”, sinaliza um indivíduo com comportamento diferenciado e, portanto, considerado insano. Todavia, ambos os textos explicitam como esses mesmos indivíduos podem apresentar discursos coerentes sobre a alma humana, o que leva novamente aos estudos de Michel Foucault e às ideias de Erasmo de Rotterdam, aos questionamentos sobre como são elaboradas e instituídas as “verdades”, sobre as convenções sociais, sobre os limites incertos entre a razão e a desrazão. O personagem de “A segunda vida” recebe da sociedade uma máscara de insensatez, sem prerrogativas para questionamentos, dada à total ausência de poder intrínseca à loucura. Em “Entre Santos”, apesar de sua certeza em relação à veracidade do episódio narrado, o velho padre, não querendo ser rotulado pela sociedade como louco, conta sua história envolta em ambiguidades, de modo que o leitor não o julgue mal. Atormentado pela lembrança, o personagem demonstra grande preocupação em não parecer insano perante os outros, exemplificando o medo da loucura e da exclusão dela decorrente.

A análise do conto revela que em todos os personagens apresentados há um certo desdobramento de faces. Curiosamente, os santos, criaturas celestiais, adotam, em suas reuniões, a forma humana e, sem perder o privilégio da onisciência que possuem, assumem uma observação das camadas mais ocultas da consciência dos homens, vendo-os além da aparência. Como homens, questionam, julgam e riem das falhas humanas, mas, como santos, perdoam e intercedem pelos fiéis junto a Deus. O próprio capelão, apesar de religioso, de homem que se coloca a serviço da religião, mostra-se consciente de sua natureza humana e pecadora, e sente receio de que os santos observem sua alma: “Aqui fiquei com medo; lembrou-me que eles, que vêem tudo o que se passa no interior da gente, como se fôssemos de vidro, pensamentos recônditos, intenções torcidas, ódios secretos, bem podiam ter-me lido já algum pecado ou gérmen de pecado.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 455).

As figuras que visitam a igreja são apresentadas como essencialmente frágeis e volúveis, e sob intensa influência das paixões mundanas. Os interesses particulares são visualizados como forças que condicionam ações e pensamentos. O homem seria capaz de se ajoelhar, colocando-se em posição de devoção e súplica aos céus. Entretanto, não conseguiria abandonar a sua máscara, vícios e bens materiais nem, tampouco, teria práticas generosas e sem segundas intenções para com seu semelhante. Nessa exposição de desejos contraditórios, Machado de Assis revela que “[...] a normalidade e o senso das conveniências constituem

apenas o disfarce de um universo mais complicado, e às vezes turvo.” (CÂNDIDO, 1995, p. 20). Desse modo, os santos, em sua análise dos fiéis, observam que o comportamento humano contrasta com as aparências e as ilusões acalentadas.

**Pontos de chegada: o viés da
loucura através das máscaras
em Machado de Assis**

Este estudo buscou elucidar abordagens e desdobramentos realizados a partir da temática da loucura, em crônicas e contos de Machado de Assis. Tal intuito levou, inicialmente, ao reconhecimento de que os gêneros em análise apresentam pontos em comum com os romances, parte da obra machadiana que tem recebido da crítica maior atenção. As semelhanças são relativas tanto ao tratamento dado à temática, quanto à utilização de procedimentos literários estruturadores da narrativa, tais como a ironia, a elipse, a ambiguidade, o desdobramento do foco narrativo, a intertextualidade e os palimpsestos. Desse modo, o tema loucura mostra-se recorrente por toda a obra ficcional e não-ficcional machadiana, tecendo-se na trama das relações humanas, e apontando para uma certa fascinação pela hipótese sedutora de ler no perfil do absurdo, do ilógico, do insensato, do irracional, uma coerência reveladora de comportamentos dissimulados e de verdadeiras motivações.

Sob o viés da loucura, Machado de Assis irá colocar o homem em observação, desfilando tipos humanos e uma diversidade de interesses e estados de alma. Segundo as análises empreendidas, a duplicidade do “eu” surge nos textos machadianos em consonância com as contradições humanas, por meio da utilização de recursos como a elipse, ou como resultado do ponto de vista narrativo adotado. Essa perspectiva considera a multiplicidade de faces e a utilização de máscaras sociais. Todavia, para a percepção do disfarce, faz-se necessário que o leitor desvende a engenhosa escrita do autor, pautada no implícito. Assim, o sentido explícito na superfície textual machadiana nem sempre corresponde aos significados e intenções ocultos, existentes em um nível mais profundo do texto. Por diversas vezes, ainda, podem-se identificar dois sentidos opostos que coabitam nas narrativas, gerando a ironia e a ambiguidade, elementos típicos de sua escrita. É nesse ponto que se pode entender a máscara, em Machado de Assis, de modo diverso da perspectiva defendida por Alfredo Bosi, pois não se acredita na existência de referentes idealizados que ficam encobertos pela máscara, mas sim na pluralidade que denota a visão de um sujeito nacional e também político.

Em sua leitura do nacional, a dissimulação é apresentada como elemento essencial nas relações sociais, capaz de garantir a consideração e o respeito público. No conto “O segredo do bonzo”, por exemplo, encontra-se a seguinte constatação machadiana: “[...] se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente.” (ASSIS, 2008, vol. 2, p. 303). Em estudos de textos machadianos, Antonio Cândido (1995, p. 27) também chegaria a essa conclusão: “[...] o que há de mais profundo em nós é no fim de contas a opinião dos outros.” Assim, o uso da

máscara se sustenta porque, entre os atores que convivem nas tramas, prevalece a falta de conhecimento de uns sobre os outros, e pouco se sabe acerca do que realmente desejam e sentem. A sondagem aqui empreendida aponta, portanto, na relação indivíduo e sociedade, para uma poética do disfarce, de simulacro, justificada pelo desejo de ser aceito em seu meio e da disputa pelo poder.

A história da loucura mostra como a definição da insensatez parece depender da caracterização de seu oposto, o que justifica a necessidade do estabelecimento de limites para as noções de normalidade e desvio. Entretanto, a razão da loucura é posta, por Machado de Assis, em paralelo com a loucura da razão, ou seja, em seus textos, razão e delírio coexistem e se interpenetram e, desse modo, a existência de limiares são problematizados. Nesse sentido, na perspectiva machadiana, a loucura pode ser entendida como a visão de uma única pessoa sobre a realidade, enquanto a razão é apresentada como a loucura de todos. Sem a pretensão de distinguir sensatos de alienados, prevalece a confluência de posicionamentos e a ambiguidade machadiana.

Ao considerar a lucidez do louco e a insanidade presente em muitas atitudes entendidas como racionais, o escritor coloca em dúvida o consenso de que a razão seria a única verdade. Assim, na arquitetura textual machadiana, ressalta-se a presença de dúvidas diante de “certezas” ou “verdades”. Em suas publicações, ao considerar o papel do escritor, Machado de Assis se definirá como responsável por instaurar na mente de seus leitores dúvidas sobre a aparência e verdadeira natureza das coisas. É o que explicita no trecho abaixo, veiculado em crônica de 14 de junho de 1896:

Eu, posto creia no bem, não sou dos que negam o mal, nem me deixo levar por aparências que podem ser falazes. As aparências enganam; foi a primeira banalidade que aprendi na vida, e nunca me dei mal com ela. Daquela disposição nasceu em mim esse tal ou qual espírito de contradição que alguns me acham, certa repugnância em execrar sem exame vícios que todos execram, como em adorar sem análise virtude que todos adoram. Interrogo a uns e a outros, dispo-os, palpo-os, e se me engano, não é por falta de diligência em buscar a verdade. O erro é deste mundo. (ASSIS, 2008, vol. 4, p. 1287-1288).

A moral, a religião e até mesmo a ciência são vistas pelo perspicaz olhar machadiano como embustes, como veiculadoras de proposições legitimadas, mas não incontestáveis. Nesse sentido, enquanto a cientificidade positivista do período ignorava a natureza contraditória do homem e de seus dilemas, Machado de Assis, em seus textos, foi capaz de suscitar o sinuoso e complexo comportamento humano, apresentando-o como fruto dos paradoxos inerentes à existência.

Em suas reflexões críticas acerca da subjetividade humana e dos desconcertos do mundo, Machado de Assis irá estabelecer diálogos com saberes de ordem filosófica, teológica, científica e literária. Nos textos investigados, foram levantadas evidências de interlocuções com a obra *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Rotterdam. Assim como o pensador renascentista, Machado de Assis irá considerar que a insensatez domina o mundo, fazendo-se presente em episódios comuns do cotidiano. Se Erasmo personifica a loucura, conferindo-lhe uma voz crítica e reflexiva, o processo criativo machadiano também permitirá que o discurso da “loucura” se expresse de forma significativa.

Uma leitura atenta das ideias de Michel Foucault revelou grande aproximação com reflexões suscitadas em textos machadianos e, por isso, foram consideradas nesta pesquisa, contribuindo para subsidiar teoricamente discussões acerca da história da loucura e de suas implicações com o poder.

As noções apresentadas, de máscaras de sensatez e de insensatez, para personagens da literatura machadiana, mostraram-se adequadas e pertinentes, e evidenciaram como o autor, tendo em vista as pouco nítidas fronteiras entre a razão e a loucura, apresentou o razoável e o insensato sob o viés das relações sociais e dos jogos de interesse.

Ao término deste estudo, parece válido trazer à lembrança um verso do famoso poema “A um bruxo com amor”, no qual Carlos Drummond de Andrade faz uma homenagem ao escritor Machado de Assis: “Outros leram da vida um capítulo, tu leste o livro inteiro” (1978, p. 237). Por meio desse verso, pode-se ter uma ideia considerável acerca da importância do autor e do motivo do entusiasmo com que foi desenvolvida a presente pesquisa. A reverência e admiração por Machado de Assis, escritor de excelência já tão reconhecida, faz retomar o diálogo com sua obra, que seduz e encanta sempre. Espera-se, com as discussões realizadas, mesmo que modestamente, contribuir para os estudos críticos contemporâneos acerca do autor.

Referências

Do autor:

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: obra completa em quatro volumes.** Aluízio Leite, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn (orgs.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. (Volume I: Fortuna Crítica/ Romance; Volume II: Conto; Volume III: Conto/ Poesia/ Teatro/ Miscelânea/ Correspondência; Volume IV: Crônica/ Bibliografia).

Sobre o autor:

ALMEIDA, José Maurício Gomes. Da humana comédia ou no teatro de Itaguaí. In: SECCHIN, Antônio C.; ALMEIDA, José Maurício G. de; SOUZA, Ronaldes de Melo e. **Machado de Assis, uma revisão.** Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A um bruxo com amor. In: **Reunião: 10 livros de poesia.** Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1978. p. 237-239.

BARBIERI, Ivo. O alienista: a razão que enlouquece. **Revista Brasileira.** Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, fase VII – jan-fev-mar. 1998 – ano IV nº 14.

_____. O "lapso" ou uma psicoterapia de humor. In: JOBIM, José Luiz (org.). **A biblioteca de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

BOSI, Alfredo. **O enigma do olhar.** São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Brás Cubas em três versões: estudos machadianos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOSI et al. Mesa-Redonda. In: **Machado de Assis.** São Paulo: Ática, 1982. Coleção escritores brasileiros: antologia e estudos.

CÂNDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: **Vários Escritos.** São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARDOSO, Patrícia Alves. **Linhas retas e linhas curvas: a intensificação retórica e a ampliação de sentidos em contos de Machado de Assis.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUVIN, Jean Pierre. **O alienista: a teoria dos contrastes de Machado de Assis.** São Paulo: Reis Editorial, 2005.

COSTA LIMA, Luiz. O palimpsesto de Itaguaí. **Revista Pensando nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** Rio de Janeiro: Globo, 2001.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: impostura e realismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRANJA, Lúcia. Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**. São Paulo: USP/ Ed. 34/ Imprensa oficial, 2006, p. 385-399.

LOPES, José Leme. **A psiquiatria de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1974.

MALARD, Letícia. Analistas de “*O alienista*”. **O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, volume 7, 2001, p. 45-53.

MALDONADO, Elaine Cristina. **Machado de Assis e o Espiritismo: diálogos machadianos com a doutrina de Allan Kardec (1865-1896)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2008.

MURICY, Kátia. **A Razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Adriane Câmara de. “O alienista”: ou a ciência como religião. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica**. Chapecó: Argos, 2006.

PEREIRA, Cilene Margarete. **A assunção do papel social em Machado de Assis: uma leitura do Memorial de Aires**. São Paulo: Annablume, 2007.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis: Curso Literário em Sete Conferências na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo**. Academia Brasileira de Letras: Imprensa Oficial, 2007.

RIEDEL, Dirce Cortez. **Metáfora: o espelho de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1974.

ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: estudo comparativo de Literatura Brasileira**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha. Racionalidade Moderna, Ciência e Loucura: especulações sobre O alienista de Machado de Assis. **Revista Trilhas**. Belém, ano 4, n^o 1, p. 85-94, jul. 2004.

TEIXEIRA, Ivan. **Irônica invenção do mundo** – uma leitura de “O alienista”. In: GUIDIN, Márcia Lúcia; GRANJA, Lúcia; RICIÉRI, Francine W. Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIANNA, Glória. Revendo a biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luiz (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. O alienista de Machado de Assis: o Dom Quixote de Itaguaí. **Revista Letras & Letras**. Uberlândia, 20 (1) p. 69-80, jan./jun. 2004.

Teóricas:

BERGSON, Henry. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao filosofar**. Porto Alegre: Globo, 1976.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÂNDIDO, Antonio (org.). **A crônica**: o gênero, sua fixação, suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: Eduerj; São Paulo: Edusp, 1998.

CERVANTES, Miguel de. **O engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: **Valise de cronópio**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault**: um pensador do presente. Ijuí: Unijuí, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FRAYZE-PEREIRA, João. **O que é loucura**. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2002. Col. Primeiros Passos.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. [S.l.]: Portugália Editora, [197-?]. Col. Problemas.

_____. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

- _____. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva: 2004.
- _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.
- _____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **O poder psiquiátrico:** curso no Collège de France (1973-1974). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa.** Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, s/d. Col. Vega Universidade.
- GOTLIB, Nádya Batella. **Teoria do conto.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos.** Tradução de Salvador Gentile. Araras: IDE, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MACHADO, Ubiratan. **Os intelectuais e o espiritismo:** de Castro Alves a Machado de Assis. Niterói: Lachartre, 1996.
- MARIA, Luzia de. **Sortilégios do avesso:** razão e loucura na literatura brasileira. São Paulo: Escrituras, 2005.
- MORAIS, Eliane Robert. A palavra insensata. **Revista Cult.** n° 81, ano VI. Junho/2004. (Dossiê “O pensamento da palavra e do poder em Michel Foucault”, organizado por Renato Janine Ribeiro).
- MOREIRA, Ana Cleide Guedes; BERLINCK, Manoel Tosta. Mania de saber: ironia e melancolia em O alienista, de Machado de Assis. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental.** Ano VI, n° 2. jun/2003. p. 99-113.
- MUCHAIL, Salma Tannus. Um filósofo que pratica histórias. **Revista Cult.** n° 81, ano VI. Junho/2004. (Dossiê “O pensamento da palavra e do poder em Michel Foucault”, organizado por Renato Janine Ribeiro).
- PIGLIA, Ricardo. **Formas breves.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PLATÃO. **A República.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PORTER, Roy. Loucura e poder. In: **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

REVISTA SCRIPTA LITERATURA. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. v. 3, n. 6, 1º Semestre 2000.

REVISTA MENTE, CÉREBRO & FILOSOFIA. A dissolução do sujeito: Foucault, Deleuze. n.º 06. São Paulo, Duetto editorial, 2007.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto I**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

SALES, São Francisco de. **Filotéia ou Introdução à vida devota**. Tradução de Frei João José P. de Castro. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHOLES, Robert & KELLOG, Robert. **A natureza da narrativa**. Trad. Gert Meyer. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. 2. ed. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1970. Col. Debates.

TODOROV, Tzvetan. Os dois princípios da narrativa. In: **Os gêneros do discurso**. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980. Col. Ensino superior.

VAN ROSSUM-GUYON, Françoise et al. **Categorias da narrativa**. Lisboa: Arcádia, 1976.